



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**A DESTERRITORIALIZAÇÃO DA VILA CHOCOLATÃO NO CONTEXTO DE  
FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PORTO ALEGRE/RS**

NANASHARA D'ÁVILA SANCHES

Orientador:

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

Porto Alegre, fevereiro de 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A DESTERRITORIALIZAÇÃO DA VILA CHOCOLATÃO NO CONTEXTO DE  
FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PORTO ALEGRE/RS**

NANASHARA D'ÁVILA SANCHES

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Porto Alegre, fevereiro de 2016

#### CIP - Catalogação na Publicação

D'Ávila Sanches, Nanashara  
A DESTERRITORIALIZAÇÃO DA VILA CHOCOLATÃO NO  
CONTEXTO DE FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PORTO  
ALEGRE/RS / Nanashara D'Ávila Sanches. -- 2016.  
147 f.

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre,  
BR-RS, 2016.

1. Vila Nova Chocolatão. 2. Fragmentação. 3. Espaço  
Urbano. 4. Desterritorialização. 5. Gueto. I.  
Rodrigues Soares, Paulo Roberto, orient. II. Título.

NANASHARA D'ÁVILA SANCHES

**A DESTERRITORIALIZAÇÃO DA VILA CHOCOLATÃO NO CONTEXTO DE  
FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2016.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Mário Leal Lahorgue

Prof. Dr. Óscar Alfredo Sobarzo Miño

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Leda Velloso Buonfiglio

## **AGRADECIMENTOS**

Devo primeiramente agradecer a cada família da Vila Nova Chocolateira que abriu as portas de sua casa para nos receber. Agradecer pela troca de experiência, pelo cafezinho, pela confiança. Sem isto, esse trabalho não seria realizado.

Também devo agradecer à minha família, pela educação que me proporcionou e pelo apoio para que eu siga me especializando.

Às minhas amigas e aos meus amigos, agradeço pelos seus conselhos e abraços apertados. Em especial, agradeço à Camila Souza e à Iris Guedes, que me auxiliaram na correção desta dissertação.

Ao meu orientador, por acreditar nesse projeto e me auxiliar em sua elaboração.

E finalmente, agradeço aos meus camaradas, que confio e acompanho, que me protegem e me dão força para seguir a nossa luta cotidiana.

*“A cidade se apresenta  
Centro das ambições  
Para mendigos ou ricos  
E outras armações  
Coletivos, automóveis,  
Motos e metrô  
Trabalhadores, patrões,  
Policiais, camelôs  
A cidade se encontra  
Prostituída  
Por aqueles que a usaram  
Em busca de uma saída  
“Ilusora” de pessoas  
De outros lugares,  
A cidade e sua fama  
Vai além dos mares  
E no meio da esperteza  
Internacional  
A cidade até que não está tão mal  
E a situação sempre mais ou menos  
Sempre uns com mais e outros com menos”.*

(A Cidade, letra de Chico Science)

## RESUMO

Analisar a desterritorialização de uma comunidade carente reflete a organização socioeconômica imposta às cidades como um todo. No Brasil, a prática de remoções surge concomitantemente ao processo de urbanização e tal prática perpetuou-se ao longo de nossa história. Para analisar como esta prática ocorre e alguns de seus impactos, este trabalho teve como objetivo verificar o processo de produção do espaço urbano de Porto Alegre tendo como objeto de estudo a remoção da Vila Chocolate, ocorrida em 2011. Internacionalmente, o projeto de reassentamento da Vila Chocolate é considerado um exemplo a ser reproduzido em outras municipalidades. Contudo, carecem estudos que analisem os impactos da remoção da comunidade citada. Este trabalho busca mudar este panorama. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas referentes à produção espacial e à remoções de comunidades carentes e ainda, produziu-se o perfil socioeconômico da Vila Nova Chocolate para os anos de 2013 e 2014. Os dados do perfil socioeconômico apresentados neste trabalho foram comparados aos dados da Vila Chocolate de 2009-2010, divulgados através do Projeto de Trabalho Técnico Social realizado pelo Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre. Por fim, buscou-se desenvolver junto à comunidade atividades que solucionassem os principais problemas encontrados ao longo da pesquisa e que foram elencados pelos moradores a fim de atuar em conjunto com a Vila Chocolate na consolidação de direitos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vila Nova Chocolate, fragmentação, espaço urbano, desterritorialização, gueto, Porto Alegre/RS.

## ABSTRACT

The analysis of the deterritorialization of a poor community reflects the socioeconomic organization imposed to all cities. In Brazil, the removal of poor communities came up concomitantly with the process of urbanization and such practice has been perpetuated throughout our history. To analyze how this kind of practice occurs and their impacts, this dissertation had as an objective to verify the process of production of urban space of Porto Alegre having as studying object the removal of Vila Chocolatão, in the year of 2011. Internationally, the project of removal and resettlement of Vila Chocolatão is considered an example to be reproduced in other cities. However, there are not many studies that analyze the removal of this community. To change that, we realized a research related to the production of space and removal of poor communities and we produced a socioeconomic profile from the New Vila Chocolatão to the years of 2013 and 2014. The data from the socioeconomic profile presented in this work was compared with the data from the Vila Chocolatão from the years of 2009-2010, publicized in the Project of Social and Technical Work made by the Municipal Department of Housing of Porto Alegre. Lastly, activities were developed with the community to solve the major problems found in this research and brought from the community, so we could act together in the consolidation of social rights.

**KEY-WORDS:** Vila Nova Chocolatão, fragmentation, urban space, deterritorialization, ghetto, Porto Alegre (Brazil).

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do território de origem da Vila Chocolateão.....	21
Figura 2 - Localização da Vila Nova Chocolateão.....	26
Figura 3 - Localização da área Morro Santana – Porto Alegre/RS .....	27
Figura 4 - Planta do Residencial Nova Chocolateão.....	29
Figura 5 - O modelo de desenvolvimento estrutural da metrópole na América Latina.....	37
Figura 6 - Evolução do Planejamento Zonal de Porto Alegre de 1959 a 2010 .....	58
Figura 7 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos Bairros de Porto Alegre – 2014 .....	59
Figura 8 - Ocupação Irregular de acordo com as metodologias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre – 2008 e 2010 .....	64
Figura 9 - Remoções de Porto Alegre – 1960 a 2015.....	65
Figura 10 - Distribuição do levantamento socioeconômico da Nova Vila Chocolateão .....	67
Figura 11 - Reportagem “Moradores cobram avanços na Nova Vila Chocolateão”, publicada em 21 de outubro de 2013 .....	84
Figura 12 - Reportagem “Irmãos morrem baleados na Vila Nova Chocolateão” de 17 de Agosto de 2015.....	86

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Domicílios em Ocupações Irregulares por Regiões do Orçamento Participativo de Porto Alegre.....	63
Gráfico 2 - Pirâmide etária da Vila Nova Chocolateão entre 2013 e 2014 .....	69
Gráfico 3 - Situação Ocupacional da Vila Nova Chocolateão entre 2013 e 2014 .....	71
Gráfico 4 - Distribuição da População em Idade Ativa com Ensino Fundamental Incompleto da Vila Nova Chocolateão em 2013 e 2014 .....	71
Gráfico 5 - Grau de Escolaridade Total da Vila Nova Chocolateão em 2013 e 2014.....	72
Gráfico 6 - Distribuição de Renda entre a População em Idade Ativa na Vila Nova Chocolateão entre 2013 e 2014 .....	73
Gráfico 7 - Faixas Etárias da Vila Chocolateão (2009/2010) e da VNC (2013/2014).....	74

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Histórico das Remoções em Porto Alegre até o ano de 2014 .....	61
Tabela 2 - Distribuição da Amostra por Faixa Etária e Sexo .....	68
Tabela 3 - Percentual de homens e mulheres com carteira assinada ou com vínculo empregatício .....	70
Tabela 4 - Porcentagem de homens e mulheres que trabalham sem vínculo empregatício e autônomos.....	70
Tabela 5 - Distribuição da População da VC por Faixa Etária.....	73
Tabela 6 - Distribuição da População da VNC por Faixa Etária.....	74
Tabela 7 - Ocupação dos antigos moradores da Vila Chocolateão em 2013 e 2014 .....	77
Tabela 8 - Quadro de quantificação das ações do Eixo de Organização e Mobilização Comunitária para o Reassentamento da Vila Chocolateão .....	90

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Moradias na Vila Chocolateão, 2010 .....	24
Fotografia 2 - Vila Nova Chocolateão e entorno .....	29
Fotografia 3 - Residencial Nova Chocolateão em 2011 – Casas padronizadas .....	30
Fotografia 4 - Vazamento de esgoto no galpão de reciclagem da Vila Nova Chocolateão .....	78
Fotografia 5 - Visão aérea: Vila Chocolateão, 2010 .....	80
Fotografia 6 - Residências da Vila Nova Chocolateão em 2011.....	81
Fotografia 7 - Residências da Vila Nova Chocolateão em 2015.....	82
Fotografia 8 - Residências da Vila Nova Chocolateão em 2013.....	82
Fotografia 9 - Residências ao serem entregues para os moradores da Vila Chocolateão (sem piso) – 2011 .....	83
Fotografia 10 - Terreno passível de construção da sede da Associação de Moradores da Vila Nova Chocolateão .....	87
Fotografia 11– Parte do território da Vila Chocolateão em 2016, atualmente estacionamento .	93
Fotografia 12 – Terreno da Vila Chocolateão em 2016 .....	93

## **LISTA DE SIGLAS**

ACRVC – Associação de Catadores e Recicladores da Vila Chocolateão

AGB – POA - Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre

AMVIC – Associação de Moradores da Vila Chocolateão

CMIAP – Congresso Mundial de Investigação Ação Participativa

DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ESF – Estratégia da Família

ETE – Tratamento de Esgoto

GAJUP/SAJU-UFRGS - Grupo Assessoria e Justiça Popular do Serviço de Assessoria Jurídica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MOC – Eixo de Organização e Mobilização Comunitária

MPF – Ministério Público Federal

ONG-CIRANDAR – Organização Não governamental Centro de Integração de Redes Sociais e Culturas Locais

PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre

PIA – População em Idade Ativa

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PTTS – Plano de Trabalho Técnico Social

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre

S.M. – Salários mínimos

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UTP – Unidade Territorial de Planejamento

VC – Vila Chocolatão

VNC – Vila Nova Chocolatão

## ANEXOS

Anexo 1 - Projeto de Trabalho Técnico Social da Vila Chocolateão (DEMHAB, 2010). Material suplementar, entregue em CD-ROM. ....	106
Anexo 2 - Questionário do Perfil Socioeconômico da Nova Vila Chocolateão – Parte I.....	107
Anexo 3 - Questionário do Perfil Socioeconômico da Nova Vila Chocolateão – Parte II .....	108
Anexo 4 - Reportagem referente a incêndio na Vila Chocolateão (Zero Hora – 22/10/2007).	109
Anexo 5 - Reportagem referente a incêndio na Vila Chocolateão (Zero Hora – 26/01/2009).	110
Anexo 6 - Reportagem referente a incêndio na Vila Chocolateão (Zero Hora – 08/03/2011).	111
Anexo 7 - Taquigrafia – Câmara Municipal de Porto Alegre – Reunião entre Prefeitura, DEMHAB, moradores.....	112
Anexo 8 - Ata de Reunião entre moradores da Vila Nova Chocolateão, representantes do Grupo Assessoria Justiça Popular e o Procurador Regional de Direitos Humanos, Júlio Carlos Schwonke de Castro Júnior .....	143
Anexo 9 - Suspensão do pagamento de taxa referente à concessão especial de uso para moradia.....	147

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
Objetivos.....	19
Localização e Caracterização do território de origem e de reassentamento.....	20
<b>1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS</b> .....	31
1.1 Fundamentação Teórica.....	31
1.2 Procedimentos operacionais .....	43
<b>2.A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PORTO ALEGRE E A REMOÇÃO DE COMUNIDADES POBRES DE ÁREAS CENTRAIS</b> .....	52
2.1 A Produção do Espaço Urbano Brasileiro .....	52
2.2 Da fragmentação do espaço urbano à segregação espacial de Porto Alegre/RS .....	56
2.3 Segregação Residencial e formação de guetos em Porto Alegre/RS.....	60
<b>3. VILA CHOCOLATÃO: DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO</b> .....	67
3.1 Caracterização Socioeconômica da Vila Nova Chocolateão .....	68
3.2 Desterritorialização: histórico, remoção e reassentamento .....	88
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	94
<b>5. REFERÊNCIAS</b> .....	98
ANEXOS .....	105

## INTRODUÇÃO

Os problemas atuais percebidos nas cidades brasileiras tornam necessária a reflexão sobre as transformações sociais resultantes da passagem da hegemonia do capital industrial à supremacia do capital financeiro no capitalismo nacional. Este processo teve como consequência uma nova divisão social do trabalho e a conformação de uma nova organização espacial, marcada pela dialética de centralização do poder, localizado precisamente no espaço urbano, e dispersão (ou globalização) dos processos econômicos e sociais. Com o triunfo do capital financeiro, tanto as relações sociais quanto o planejamento urbano voltaram-se, de forma ampla, para a eficiência econômica do processo de acumulação de capital. Tal dinâmica vem aprofundando características já conhecidas do processo de urbanização brasileiro: a desigualdade socioeconômica e espacial. A metropolização das cidades agrava esta característica e traz como efeito a sua fragmentação. Inclusive o planejamento urbano torna-se um instrumento de fragmentação espacial.

A conformação das cidades em setores foi uma tendência forte em meados do século XX na maioria das cidades brasileiras e podemos observar esta característica na história da urbanização de Porto Alegre, cuja formação e investimentos concentraram-se durante um longo período no centro da cidade.

A palavra zoneamento segue sendo mote do planejamento urbano, resultando em práticas espaciais de sucessivas fragmentações, tanto da perspectiva política quanto da configuração espacial. A lógica da tecnoestrutura, instaurada através do discurso utópico urbanístico, impõe a cidade como um espaço impessoal e racionalizado a partir de generalizações e assim, o espaço urbano fragmenta-se funcionalmente e as relações espaciais e de poder que ocorrem na cidade tornam-na cenário de uma intensa segregação residencial, resultando em diversos conflitos sociais de disputa por território. Não raro, estas disputas territoriais envolvem representantes de classes socioeconômicas distintas: ora o poder público, ora o poder privado *versus* a população, principalmente a de baixo poder aquisitivo que, em

prol das políticas desenvolvimentistas vê seus direitos serem cerceados. Tal questão, além de ser socioeconômica, política e ideológica, trata-se também de uma questão territorial de moradia.

A história da urbanização brasileira foi marcada por remoções de comunidades pobres dos centros urbanos. Normalmente, moradores de comunidades carentes não têm a posse formal de seus terrenos, elevando as estatísticas da formação de aglomerados subnormais no Brasil. Mais que um direito social garantido pela Constituição Brasileira (Emenda Constitucional 90/2015), a moradia digna é um elemento que deve ser protegido e garantido pelo Estado, segundo o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (*General Comment 4*, 1991). Porém, nem a Emenda Constitucional citada, nem a Resolução do Comitê das Nações Unidas se limitam a garantir somente a posse de uma habitação, evitando despejos forçados, mas compreende também toda a estrutura urbana que deve prover os serviços e equipamentos necessários à população urbana como fornecimento de saneamento, transporte, condições físicas de salubridade, acesso a emprego, serviços de saúde, educação, esporte e lazer.

De forma geral, remoções demonstram as políticas que regem este cenário urbano fragmentado, adotadas por governos locais de diversas cidades brasileiras e Porto Alegre não foge desta lógica.

Para compreender estes conflitos espaciais, este trabalho analisa o processo de produção do espaço urbano a partir da remoção de comunidades pobres que habitam áreas centrais, considerando principalmente as relações espaciais de natureza social, reflexo da estrutura de classes, tendo como objeto de estudo a remoção da Vila Chocolateiro (VC) ocorrida em 2011 e os impactos consequentes desta ação.

Este tipo de ação governamental de gestão urbana não ocorre de forma isolada. No processo de urbanização brasileiro constata-se que a maioria das remoções e reassentamentos de comunidades carentes foram incentivadas por políticas públicas guiadas para a manutenção de vias e em detrimento de obras de edificação, revitalização e megaprojetos, públicos e privados. Neste contexto, colocam-se em disputa diferentes concepções ideológicas, considerando o conflito existente entre o espaço concebido, neste caso pelo poder público (espaço abstrato ou conceitual, global e estratégico) e os espaços vivido e percebido, visto nesta perspectiva como espaço habitado, construído e apropriado simbolicamente pela população. A contradição do mundo moderno evidencia-se neste caso, no qual políticas

espaciais, dadas através do planejamento urbano, primam pela valorização de terrenos localizados em áreas centrais, valorização do capital, realocando comunidades pobres que, porventura, os habitem.

Para demonstrar esta dinâmica, foi adotado um procedimento metodológico estruturado em dois eixos: um teórico, de contextualização através da obtenção de informações relativas ao processo de urbanização brasileiro e da cidade de Porto Alegre; e um eixo prático, de interação e ação perante os problemas ocasionados pela remoção da Vila Chocolateiro. No plano teórico, foram analisados principalmente conceitos relacionados à formação do espaço social, utilizando a teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre (1991) e os estudos sobre *ghetos*, de Loïc Wacquant (1995, 2004 e 2008), para demonstrar o tipo de segregação residencial que pode ocorrer em um processo de reassentamento. O método utilizado para analisá-las é o materialismo histórico e dialético, centrado na tríade espaço concebido, espaço percebido e espaço vivido, também analisado por Lefebvre principalmente no livro *A Produção do Espaço* de 1974.

E ainda, este trabalho apresenta um mapa da localização das remoções ocorridas historicamente em Porto Alegre, representando a política urbana adotada na cidade quanto à remoção de comunidades de baixo poder aquisitivo, que ocorrem principalmente do centro em direção à periferia. Ademais, observa-se que ao reassentar comunidades de baixo poder aquisitivo em bairros periféricos, tem-se, além do controle dos moradores, controle de sua autonomia e localização, a mudança de seu cotidiano, seus hábitos e, de modo extremo, de sua identidade. Para compreender tal processo, analisamos a percepção dos moradores da Vila Chocolateiro quanto a sua nova localização através de relatos. Tornou-se, assim, necessária a interação constante com a comunidade estudada, tornando a tomada de consciência quanto o problema desta situação, concreta, tanto para esta pesquisadora quanto para os moradores da Vila Chocolateiro.

Para isto, foi imprescindível a atividade que, durante quatro anos junto à comunidade, possibilitaram a obtenção de dados dos moradores da Vila Chocolateiro. Estes dados foram obtidos através de questionários realizados junto ao Grupo de Assessoria e Justiça Popular (GAJUP-SAJU/UFRGS). Neste trabalho, tais dados foram quantificados e apresentados, para, juntamente com as informações obtidas nos relatos, elencar os principais impactos e problemas para os moradores removidos.

Através destes dados foi produzido o perfil socioeconômico da Vila Nova Chocolatão (VNC) e, a partir deste perfil, estudamos caminhos que pudessem auxiliar na resolução dos problemas da comunidade (total ou parcialmente). Estes preceitos fazem parte da metodologia desenvolvida por Michel Thiollent (2002), através da pesquisa-ação, escolhida para esta pesquisa, dada a necessidade de envolvimento com o tema proposto.

No plano prático, foram realizadas reuniões semanais com os moradores da Vila Nova Chocolatão, nas quais estudamos o processo de urbanização de Porto Alegre, mais especificamente, a periferização de comunidades centrais, além de avaliarmos os principais problemas da comunidade como a falta de emprego próximo e a rotatividade dos moradores na Vila.

A realização deste trabalho justifica-se pela constatação de elevado número de reassentamentos incentivados por políticas públicas e pela existência de assentamentos erigidos em áreas impróprias e de risco na cidade de Porto Alegre. A intervenção estatal que promove reassentamento na maioria das vezes atinge comunidades pobres, e não raro é mal planejada, colocando em risco o exercício de direitos fundamentais, acarretando em um verdadeiro retrocesso social (STROHAECKER, 2011). Tal conceito jurídico refere-se à subtração de um direito social (como acesso à educação, saúde, alimentação, o trabalho, moradia, o lazer, entre outros) já adquirido.

Ao analisar o processo de remoção de comunidades pobres, o dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, intitulado “Megaevento e Violação de Direitos Humanos”, pontua que:

(...) via de regra, [remoções forçadas ocorrem] em comunidades localizadas em regiões que, ao longo do tempo, tiveram enormes valorizações e passaram a ser objeto de cobiça dos que fazem da valorização imobiliária a fonte de seus lucros. Mas os motivos alegados para a remoção forçada são, evidentemente, outros: favorecer a mobilidade urbana, preservar as populações em questão de riscos ambientais e, mesmo a melhoria de suas condições de vida, mesmo que à sua revelia e contra sua vontade (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2012, p. 14).

Remoções de comunidades pobres dos centros urbanos não são fatos novos na história da urbanização brasileira e carecemos de dados para quantificar quantas remoções ocorreram ao longo deste processo, porém, a partir deste trabalho, será possível analisar com maior precisão não só como ocorrem as remoções, mas também os reassentamentos e seus impactos.

Para isso, o processo de remoção e reassentamento da Vila Chocolatão foi estudado, constituindo o referencial empírico para a análise da fragmentação espacial que vem ocorrendo precisamente na cidade de Porto Alegre. Tal fragmentação, analisada neste trabalho, pode ser vista tanto pela perspectiva econômica, de zoneamento da cidade em áreas voltadas para determinadas atividades, quanto pela perda de identidade territorial e dispersão dos moradores de comunidades pobres, causada pelas remoções. Frisa-se que nem todas as remoções são acompanhadas de reassentamento, como ocorreu na Vila Chocolatão. Contudo, os projetos de reassentamentos podem ser desenvolvidos com maior ou menor grau de impactos socioeconômicos e ambientais, assim como podem ocorrer de forma democrática, com participação massiva da comunidade, ou de forma imposta e alienante.

Independente destes fatores compreende-se que o reassentamento muda a dinâmica de uma comunidade e, como explica Milton Santos, ao deparar-se com um novo espaço, “um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é sede de uma vigorosa alienação” (SANTOS, 1996, p. 328).

É neste sentido que analisamos o processo de produção do espaço urbano diante às remoções e os impactos resultantes do processo de reassentamento da Vila Chocolatão, considerando que este trabalho é um retorno histórico à própria comunidade, além de servir como subsídio para a administração municipal de Porto Alegre e para a discussão teórica sobre desterritorialização de comunidades de baixa renda.

## **Objetivos**

Como objetivo geral esta dissertação busca analisar o atual processo de produção e fragmentação do espaço urbano de Porto Alegre perante a remoção de comunidades carentes dos centros para as periferias através do processo de reassentamento da Vila Chocolatão. Como objetivos específicos, elencamos:

- Verificar o processo de produção da cidade no Brasil e da cidade de Porto Alegre perante a remoção de comunidades carentes;
- Caracterizar o perfil socioeconômico da Vila Nova Chocolatão (VNC);
- Comparar a situação socioeconômica da Vila Chocolatão antes e após a remoção;

- Compreender os impactos socioeconômicos relativos ao reassentamento da Vila Chocolateão;
- Analisar o processo de reconstrução da identidade territorial na Vila Nova Chocolateão.
- Investigar as representações sociais dos moradores da comunidade estudada quanto ao seu histórico e suas possibilidades futuras;
- Discutir com a comunidade um plano de ações para a resolução dos problemas encontrados ao longo da pesquisa.

### **Localização e Caracterização do território de origem e de reassentamento**

Oficialmente a Vila Chocolateão localizava-se no bairro Praia de Belas, região central da cidade de Porto Alegre. Localizado próximo à orla da cidade e ao centro, o Praia de Belas é um dos bairros mais antigos de Porto Alegre. Relatos históricos apontam que a ocupação da região surgiu a partir de assentamentos de povos negros ainda no século XIX:

“Aquele sitio ali, à Praia de Belas, onde está hoje o quartel do Segundo Batalhão da Brigada Militar, era, há 50 anos (1870) um matagal cerradíssimo onde os negros fugidos iam esconder-se. (...) A mata era espessa e eles encontravam ali, para alimentar-se, o araçá, a cereja, a pitanga, o maracujá, o joá, o ananás e tantas outras frutas silvestres” (PORTO ALEGRE, 1994, p.41).

O final do século XIX é marcado por obras de estrutura urbana que levam, pela primeira vez, as populações negras para as áreas periféricas de Porto Alegre. Segundo Pesavento (2001), neste período a cidade passava por uma política de higienização e normatização do solo urbano, dando espaço a grandes avenidas como a Borges de Medeiros, em detrimento dos becos e ruas que antes conformavam o centro de Porto Alegre.

Desde então, a área do bairro Praia de Belas passa a ser valorizada pelo mercado imobiliário e reúne serviços e equipamentos urbanos da cidade.

Em 2010, o bairro Praia de Belas possui 1.869 habitantes, com densidade demográfica de 716,09 habitantes por km<sup>2</sup>, em uma ocupação populacional bem consolidada (IBGE, 2010). O rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 12,7 salários mínimos (S.M.), configurando uma população majoritariamente pertence à “classe B” que usufrui da disponibilidade local de serviços públicos e privados de saúde e educação.

Apesar destas características, até 2011 o bairro Praia de Belas abrigava a Vila Chocolateão. O território de origem da comunidade localizava-se no entorno do prédio da Justiça Federal de Porto Alegre, em terreno com área de aproximadamente 13.285m<sup>2</sup>, próximo à Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, conforme a Figura 1.

Figura 1 - Localização do território de origem da Vila Chocolateão:



Fonte: Imagem GoogleEarth, 2015. Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches.

Devido à centralidade do local e a proximidade dos prédios públicos, a principal fonte de renda dos moradores da VC baseava-se na catação, triagem e comercialização de resíduos sólidos, realizada por cerca de 45% da população em Idade Ativa (15 anos ou mais conforme Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE, 2011) da comunidade, conforme consta no Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) da Vila Chocolateão (DEMHAB, 2010, p. 14) (Vide Anexo 1 – CD-ROM). A forma de subsistência baseada na atividade informal, de reciclagem, foi imprescindível para a organização espacial da VC. De acordo com Santini (2007), os resíduos sólidos recicláveis encontrados em abundância nos bairros Menino Deus, Cidade Baixa, Azenha, Praia de Belas e Santana impulsionaram a ocupação e o progressivo aumento da VC. Não obstante, a centralidade do terreno é um fator que aumenta a incidência de pessoas que, ao chegar de outros bairros ou cidades, permaneceram no centro pelo fácil acesso a equipamentos públicos disponíveis. Este raio de abrangência de uso do território para geração

de renda, assim como para o uso de unidades de saúde e escolas demonstra que o território desta comunidade não é estanque e não está circunscrito apenas ao terreno ou ao bairro em que a VC encontrava-se.

Para designarmos o território de origem da VC, precisamos compreender a territorialidade da comunidade e faremos isto através da análise da disponibilidade de equipamentos tanto no bairro de origem, assim como nos bairros adjacentes ao Praia de Belas, que são Menino Deus, Cidade Baixa e Centro Histórico.

O primeiro eixo a ser analisado será o de geração de renda, já citados como sendo majoritária a atividade voltada à reciclagem. Outro fator que gerava renda aos moradores da VC era relativo à ocupação de “guardador de carro”, também informal.

Segundo DEMHAB (2010, p. 14), 24% dos moradores da comunidade declaram-se desempregados. Isto é corroborado se analisarmos os dados de escolaridade e de renda média familiar. Ainda conforme o Departamento, seis por cento da População em Idade Ativa (PIA) se declaravam analfabetos e 52% do total dos moradores possuíam até cinco anos de estudo. Assim, a renda das famílias era reduzida, correspondendo a 0,73 S.M. por família.

A baixa escolaridade levou os moradores da VC a realizarem atividades informais que geram pouca renda e que, portanto, dificultava o pagamento de impostos referentes a contas de água e luz. E ainda, a área onde encontrava-se a VC não tinha acesso à saneamento cloacal.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estes dados caracterizam uma população vulnerável. O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) considera três dimensões de análise: a infraestrutura urbana, capital humano e de renda e por fim, trabalho, agrupando indicadores que caracterizem o acesso da população aos serviços de infraestrutura urbana como saneamento e mobilidade e indicadores que retratem o histórico escolar das famílias.

Contudo, a proximidade da VC a diversas instituições educacionais garantia que 97,5% da sua população em idade escolar frequentassem escolas da região central de Porto Alegre (DEMHAB, 2010, p. 13). Nos quatro bairros escolhidos para esta análise, os moradores da VC tinham acesso a:

- Uma escola de educação infantil (Escola Municipal de Ensino Infantil Pica-Pau);
- Uma escola de ensino fundamental (Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre);

- Oito escolas estaduais de ensino fundamental (Escolas Estaduais de Ensino Fundamental Candido Portinari, Euclides da Cunha, Olintho de Oliveira, Senador Pasqualini, Professora Leopolda Barnewitz, Rio de Janeiro, Mané Garrincha e William Richard Schisler);
- Duas escolas estaduais de ensino fundamental e médio (Escolas Estaduais Paula Soares e Presidente Roosevelt);
- Uma escola estadual somente de ensino médio (Colégio Estadual Protásio Alves);
- Duas escolas técnicas estaduais (Escola Técnica Estadual Parobé e Ernesto Dornelles).

Somadas, as escolas públicas nos bairros são um total de quinze instituições de ensino. A disponibilidade de escolas públicas apresentou reflexos na escolaridade da população em Idade Escolar (de 4 a 17 anos conforme Emenda Constitucional nº 59/2009). Este fator também tem reflexos na baixa taxa de analfabetismo apresentada no bairro Praia de Belas, de 1,6% somente (IBGE, 2010).

Utilizando os mesmos bairros da análise quanto à Educação, examinaremos as unidades de saúde passíveis de utilização dos moradores da VC. São eles: Centro de Saúde Santa Marta; Hospital Santa Casa de Misericórdia; Hospital Beneficência Portuguesa; Hospital Santa Rita; Hospital Mãe de Deus.

O Centro de Saúde Santa Marta era a referência de atendimento dos moradores da VC, que contavam com diversos profissionais que já conheciam o histórico dos moradores. Por estarem localizadas na região central da cidade, estas unidades são referências estaduais, não só locais, e dispõem de infraestrutura para atendimento clínico e especializado. Próximo à comunidade havia quatro hospitais de grande porte e amplo atendimento.

De forma geral, concluímos que no bairro Praia de Belas, os moradores da comunidade tinham acesso a trabalho, principalmente a atividades informais de subsistência, através da reciclagem e ainda, tinham acesso a diversas escolas públicas e a unidades de saúde. Porém, as condições de habitação da comunidade eram precárias. Os barracos foram autoconstruídos com restos de obras, principalmente de tapumes, madeiras de construção e outros resíduos recicláveis (Vide Fotografia 1).

Fotografia 1 - Moradias na Vila Chocolateão, 2010:



Fonte: Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre, 2010.

A maioria das casas da VC não tinha ligação com a rede de esgotos e água (69% das residências conforme DEMHAB). O fornecimento destes era feita de forma improvisada, através dos chamados “gatos”, ligações clandestinas das casas à rede elétrica e de água. Não obstante, esta forma artesanal de ligação aos serviços que devem ser prestados pela prefeitura, resultaram em incidentes, principalmente em incêndios, além das doenças causadas pela falta de higienização de uma forma geral. De acordo com o Departamento de Habitação, “a ocupação do solo configura acessos precários às moradias, com becos estreitos e locais alagadiços, além do acúmulo de lixo nas vias” (DEMHAB, 2010, p. 11).

Internamente, o território da VC garantia a organização da atividade de reciclagem contando com oito galpões de armazenamento e triagem de resíduos sólidos. Destes, sete eram de propriedade privada e um era da Associação de Catadores e Recicladores da Vila Chocolateão (ACRVC), constituída em 2010.

No total havia 225 construções na VC, contando com oito galpões, quatro construções voltadas para o comércio além de 25 de uso misto (três de comércio e vinte dois de moradia e armazenamento de resíduos sólidos), uma construção de cunho religioso e 187 de uso exclusivo para moradia, que abrigavam 235 famílias. Estas famílias eram compostas por 126

crianças de zero a seis anos, 123 crianças e adolescentes de sete a catorze anos, 360 adultos de quinze a cinquenta e nove anos e 22 idosos, com mais de sessenta anos, totalizando em 631 pessoas, 335 do sexo masculino e 296 do sexo feminino (DEMHAB, 2010, p. 10).

A dinâmica ocorrida na comunidade insere-se no contexto urbano de Porto Alegre e sua região metropolitana. Há uma forte interação e fluxo populacional nesta região. Desde a década de 1980, bairros periféricos de Porto Alegre e municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) passam por um processo de expansão urbana, consequência de movimentos de ocupação do solo por moradia, seja por parte da população pobre que não tem acesso à habitação, seja pela autosegregação das classes médias e altas em condomínios fechados (MMAMARELLA *et al*, 2015). Esta expansão pode ser observada através do processo de conurbação que ocorreu entre diversos municípios até a consolidação da região metropolitana.

A área de reassentamento da VNC no final da Avenida Protásio Alves em Porto Alegre, próxima ao município de Viamão, pode ser considerada uma área de expansão da cidade, assim como um vazio urbano. Consideramos um vazio urbano conforme a definição apresentada pelo Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Ministério das Cidades (2008, p. 142):

Vazios urbanos consistem em espaços abandonados ou subutilizados localizados dentro da malha urbana consolidada em uma área caracterizada por grande diversidade de espaços edificados, que podem ser zonas industriais subutilizadas, armazéns e depósitos industriais desocupados, edifícios centrais abandonados ou corredores e pátios ferroviários desativados (BRASIL, 2008, p.42).

O território da Vila Nova Chocolatão encontra-se no bairro Morro Santana na região nordeste de Porto Alegre, próximo ao número 9.099 da Avenida Protásio Alves, conforme a Figura 2:

Figura 2 - Localização da Vila Nova Chocolatão:

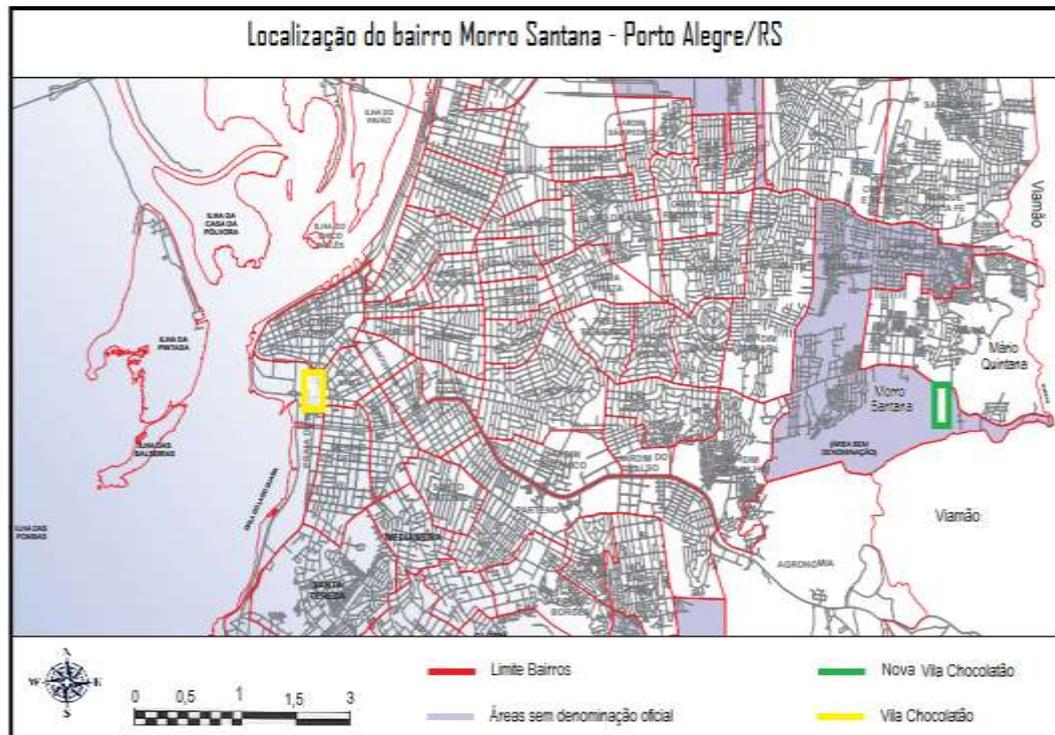


Fonte: Google Earth e Prefeitura Municipal de Porto Alegre.  
Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches, 2015.

A área está localizada nas bordas do município de Porto Alegre e, ao observamos o mapa, vemos que é um vazio urbano, uma área em expansão da cidade, constituída por diversos morros, alguns de difícil acesso.

Até novembro de 2015, o bairro citado era uma área sem denominação oficial, conhecida assim pela população por nomes locais (PORTO ALEGRE, 2015). O bairro foi oficializado em 21 de dezembro de 2015. Portanto, carecem dados oficiais quanto à área. À época da remoção, os dados utilizados para a análise de impacto foram os referentes ao bairro Mário Quintana, do qual a Vila Nova Chocolatão e o bairro Morro Santana fazem divisa. A Figura 3 mostra a localização do bairro através do mapa oficial de Porto Alegre.

Figura 3 - Localização da área Morro Santana – Porto Alegre/RS:



Fonte: Prefeitura de Porto Alegre – Mapa bairros vigentes, 2012. Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches, 2015.

Distante cerca de doze quilômetros do território de origem, o novo território encontra-se mais próximo ao centro de Viamão, município conurbado com Porto Alegre. A distância da VNC ao centro de Viamão é de cerca de dez quilômetros.

Longe de centros urbanos, a região dos bairros Morro Santana e Mário Quintana carece de infraestrutura, característica diagnosticada no PTTS, antes da remoção:

A área conhecida como Chácara da Fumaça tornou-se um local destinado a reassentamentos promovidos pelo poder público, deslocando-se para a área um número significativo de populações removidas de áreas de risco e ocupações irregulares do restante da cidade. O bairro sofreu, então, um surto populacional, ocasionando uma série de demandas em relação a equipamentos e serviços urbanos. (DEMHAB, 2010, p. 08).

Em termos comparativos, a mudança de bairro levaria os moradores da VC a outra realidade. Se no bairro Praia de Belas a densidade demográfica era de 716,09 habitantes por km<sup>2</sup> (DEMHAB, 2010), no bairro Mário Quintana a densidade era de 4.206,19 habitantes por km<sup>2</sup>, dentre os quais parte já vivia em ocupações irregulares, num total de 25 ocupações em 2009 (Associação de Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre - AGB-POA, 2011).

E ainda, a região no qual insere-se o bairro Morro Santana possuía o Índice de Vulnerabilidade mais alto da cidade em 2004. De acordo com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 67,29% das famílias da região eram carentes (PORTO ALEGRE, 2004).

Com relação ao centro da cidade, a região do bairro Morro Santana dispõe de menores possibilidades de trabalho qualificado e geração de renda, o que se constata no dado de rendimento médio dos responsáveis por domicílios de 2,6 S.M. (IBGE, 2010). Ademais, a região carece de creches, escolas e colégios o que é corroborado por uma alta taxa de analfabetismo, de 7,6% (IBGE, *op.cit*). No total, os bairros Mário Quintana e Morro Santana apresentam uma quantidade de sete escolas, sendo que uma delas disponibiliza o Ensino Médio, a Escola Estadual Alcides Cunha. São elas:

- Colégio Marista Irmão Jaime Biazus;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Wenceslau Fontoura;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Chico Mendes;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Timbaúva;
- Escola Estadual de Ensino Fundamental Porto Alegre;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Victor Issler;
- Escola Estadual de Ensino Médio Alcides Cunha.

Quanto ao acesso a unidades de saúde, os bairros apresentam apenas duas Unidades Básicas de Saúde: Unidade Básica de Saúde (UBS) Morro Santana, UBS Mário Quintana, e ainda a Estratégia Saúde da Família (ESF) Tijuca.

O hospital mais próximo a VNC é o São Lucas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, distante cerca de nove quilômetros da comunidade.

Considerando-se que a remoção ocorreu em 2011, após quatro anos, nenhuma Unidade Básica de Saúde (UBS) ou hospital foi construída na área. De acordo com a DEMHAB (2010), a área apresentava alto índice de mortalidade infantil (22,3 mil por cem mil) e ainda, configura-se em uma área de baixa expectativa de vida.

No novo bairro, a VNC é constituída por 181 residências, mesmo com o apontamento de existirem 225 famílias na VC segundo DEMHAB. As 181 residências estão distribuídas em uma área de 33,451m<sup>2</sup>, enquanto a VC distribuía-se em 13.285m<sup>2</sup>. Sua estrutura conta com uma praça, uma creche (mantida pela ONG Obra Social Imaculado Coração de Maria), uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), um galpão de reciclagem e duas casas de comércio e um bar, conforme Figura 4.

Figura 4 - Planta do Residencial Nova Chocolateão:



Fonte: Projeto de trabalho técnico social: Vila Chocolateão. DEMHAB, 2010.

Na nova localização, o conjunto habitacional Residencial Nova Chocolateão é internamente homogêneo, mas destoa das residências em seu entorno e, o vazio urbano percebido na Fotografia 2, de Áreas de Proteção Permanente, possibilitará a formação de ocupações irregulares nos morros próximos ao Residencial Nova Chocolateão. Não há muros ou portões que separem a Comunidade do restante do bairro, mas a padronização das casas populares e o adensamento fazem com que a segregação residencial fique nítida na paisagem (vide Fotografia 3).

Fotografia 2 - Vila Nova Chocolateão e entorno:



Fonte: Skyscrapercity. Disponível em:  
<http://s1200.photobucket.com/user/avillex2/media/Novachocolato.jpg.html>  
Autor desconhecido, 2011.

Fotografia 3 - Residencial Nova Chocolate em 2011 – Casas padronizadas:



Fonte: Skyscrapercity. Disponível em:  
[http://s1200.photobucket.com/user/avillex2/media/Nova\\_Vila\\_Chocolate\\_.jpg.html](http://s1200.photobucket.com/user/avillex2/media/Nova_Vila_Chocolate_.jpg.html)  
Autor desconhecido, 2011.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

### 1.1 Fundamentação Teórica

O estudo da Geografia compreende a cidade a partir de análises socioespaciais. De forma geral, esta ciência percebe no espaço, a interação existente entre sociedade e natureza e utiliza, entre outros, conceitos específicos como *espaço* e *território* para explicar esta relação. Cabe ressaltar que espaço e território não são termos equivalentes (RAFFESTIN, 1993). O território é o espaço produzido através da intencionalidade de concebê-lo como tal. Tal intencionalidade é crucial para a análise de remoções e reassentamentos e para a compreensão do papel de cada ator na conformação de um território. Do Estado ao indivíduo, das grandes às pequenas organizações, o ator “territorializa” o espaço ao apropriar-se dele, de forma concreta ou abstrata.

Por ser uma produção e devido às relações e intencionalidades envolvidas em sua perpetuação, o território inscreve-se num campo de poder. Neste sentido, produzir uma representação do espaço, torna-se uma ferramenta de controle, uma vez que “uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. [...] A imagem ou modelo, ou seja, toda construção da realidade é um instrumento de poder.” (RAFFESTIN, *op. cit.*, p.129). É a partir das representações que os atores repartirão as superfícies, prática que está ligada aos planos diretores urbanos, às decisões, estratégias e interações políticas, econômicas, sociais e/ou culturais.

Podemos averiguar a apropriação territorial dos moradores da VC através de alguns eixos de análise como as condições de habitação, a conformação e a organização da Vila, a atividade econômica exercida pelos moradores e o nível de renda resultante (através de um perfil socioeconômico), assim como o acesso à educação e à saúde.

Além das características de apropriação territorial da VC, cabe determinarmos o papel do Estado neste processo. Isto pode ser feito através das decisões judiciais envolvendo a VC

além da análise dos planos diretores municipais que determinam a localização de comunidades vulneráveis na cidade.

Analisar a conformação do território específico da VC envolve dois fatores: as relações internas e externas à comunidade. Assim, torna-se importante analisarmos a conformação interna da VC, seus moradores e as condições socioeconômicas em que estavam inseridos, assim como as relações construídas externamente à comunidade, que garantiam sua sobrevivência e representam seu cotidiano. Tal cotidiano, ou vivência é a territorialidade dos membros da VC.

Marcelo Lopes de Souza (1995) aborda o conceito de território e territorialidade, e pontua que o território é fundamentalmente um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder que são construídos e desconstruídos em diferentes escalas, dando-lhes características únicas, definindo, portanto, a territorialidade” (SOUZA, 1995, p. 78).

Disto, podemos concluir que a realização de uma ocupação durante vinte anos reflete ao mesmo tempo o abandono do Estado, ao não garantir condições legais e dignas de moradia, assim como a auto-organização de comunidades para criar seus próprios territórios. A relação de poder que instaura-se aí muda em um processo de desterritorialização. Ao definir a remoção, o Estado passa a atuar definitivamente no território, retirando a capacidade de produção territorial da própria comunidade.

Isto remete a outro autor que além das relações de poder e domínio, vê no território a identificação simbólica de um sujeito ou um coletivo com um determinado lugar. É o caso de Rogério Haesbaert, que analisa o território como produto de apropriações e representações sociais do espaço quando alega que a territorialidade é:

O conjunto de múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo à subjetividade (HAESBAERT, 2006, p. 45).

A territorialidade envolve identidade espacial, elemento único de cada território, pois está relacionada a particularidades locais e subjetivas e a contextos históricos e sociais.

Ademais, a dinâmica de remoções pode ser relacionada aos conceitos de desterritorialização e reterritorialização (BAREL, 1986).

Usualmente, a desterritorialização é relacionada ao processo de mundialização econômica e principalmente cultural. Ortiz (2005) alega que a desterritorialização afasta o

espaço do meio físico que o aprisiona e a reterritorialização seria uma atualização territorial em sua dimensão social. De fato, a desterritorialização exige uma mudança material, física, mas também cultural. Se a Geografia contemporânea analisa a desterritorialização através de “modos de vida” cada vez mais semelhantes em diversas partes do globo, aqui, daremos prioridade para a análise da desterritorialização em escala local e majoritariamente através de seus caracteres físico e cultural, de ruptura com o meio construído, com o território organizado e historicamente apropriado.

Cabe ressaltar que toda desterritorialização envolve, obrigatoriamente, uma reterritorialização. Ao deixar seu território de origem, seja física ou culturalmente, uma nova identidade é criada, assim como um novo território.

Analisando estes preceitos para a VC, percebemos que no centro da cidade, seus moradores tinham uma relação territorial consolidada. No território em que se desenvolveu a comunidade, seus moradores tinham além de sua fonte de geração de renda, acesso a equipamentos públicos de assistência social, saúde e educação e uma Associação de Moradores coesa. Porém, as casas que habitavam destoavam da imponência dos prédios administrativos centrais e as condições precárias em que viviam serviram de argumento para que se desse início ao processo de desterritorialização da comunidade, apesar da possibilidade de construir novas residências no território de sua formação. Ainda tendo como base o conceito de Haesbaert, este argumento seria a dimensão política da desterritorialização da Chocolatão. O que justifica a saída da VC de seu território de origem não considera o tempo em que a comunidade se constituiu, nem a relação territorial que a vinculava ao território, mas sim o estranhamento e, talvez, repulsa que a Vila causava, um território “estranho”, em meio a prédios administrativos. Não obstante, a remoção da VC está inserida na política e no planejamento da cidade de Porto Alegre que designa áreas periféricas para comunidades removidas.

Há também o viés cultural relacionado ao reassentamento, um viés simbólico. O próprio nome, Vila Chocolatão, perde conotação em sua nova localidade. O nome Chocolatão é uma alusão ao prédio da Secretaria da Receita Federal, de cor marrom e formas retangulares. No novo terreno, a comunidade ganha um novo nome, Vila Nova Chocolatão.

A Nova Chocolatão, reterritorializada, até o presente momento, não tem uma sede para a Associação de Moradores, o que ocasiona uma desarticulação entre os moradores, além da falta de sentimento de pertencimento em sua nova localização.

Ademais, para a análise pretendida, utilizaremos conceitos de espaço e de território que são correlacionados. Assim, dentre os principais conceitos de espaço, podemos priorizar três nesta análise:

O de Milton Santos (1996), quando se refere a um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, visto para este caso como sistema de objetos urbanos e de ações voltadas ao planejamento urbano ou decorrentes deste planejamento. Para o autor, as cidades são ponto de intersecção entre verticalidades e horizontalidades, sendo as verticalidades vetores da racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, que podem ser representados pelo Estado, por exemplo, ou pelo poder privado (como construtoras imobiliárias). As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, como o *locus* do fortalecimento, da reconstrução, dos laços de solidariedade e do cotidiano compartilhado na luta pela sobrevivência. No caso de Porto Alegre, mais especificamente da VC, as verticalidades compreendem as decisões tomadas pelos agentes que detém o poder de decisão sobre os terrenos públicos federais, da União Federal do Brasil, proprietária do terreno habitado pela comunidade e o Poder Judiciário Regional do Rio Grande do Sul (4ª Região) que, ignorando as premissas do Estatuto da Cidade e da Medida provisória nº2.220/2001 (concedem o direito de concessão de uso especial para fins de moradia), deu o prosseguimento à ação da União de retomada do terreno ocupado. A partir disto, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre foi acionada como responsável pela remoção e reassentamento da VC, conforme o texto da ação emitida pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

A invasão desordenada e a conseqüente construção de precários barracos, com materiais facilmente incendiáveis, além do acúmulo de lixo em terreno pertencente à União Federal situado nos fundos do prédio da Justiça Federal e do Ministério da Agricultura, consiste em risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Certamente será de difícil reparação um incêndio que atinja um ou outro prédio público ou os dois. Também será irreparável a propagação de moléstias decorrentes da falta de saneamento e do acúmulo de lixo. As pessoas carentes que se acumularam no referido terreno, certamente, merecem um local de moradia mais sadio. Tanto é assim, que a União Federal já colocou à disposição da Prefeitura Municipal uma área para localização desses invasores, falta, apenas, que a Prefeitura Municipal, por intermédio do órgão competente, tome as providências necessárias para a realização dos assentamentos e da remoção dos pertences dos invasores, o que, certamente, será feito, com a máxima brevidade (Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 2000, sem página).

Observa-se que o texto da ação judicial considera a falta de condições dignas de habitação e de salubridade somente como argumentos para sua remoção, e não como a

materialização do descaso do poder público quanto àquelas famílias que ocupavam o referido terreno. Ao mencionar a possibilidade de incêndios, refere-se somente aos prédios públicos, sem mencionar, novamente, as famílias. Tal discurso encaixa-se com a análise quanto às verticalidades de Milton Santos. Usualmente, as verticalidades, são introduzidas no espaço, entre outras formas, através de informações unívocas, obedientes a atores hegemônicos que introduzem no espaço intervenções verticais “que geralmente ignora o seu entorno, pondo-se a serviço de quem tem os bastões do comando” (SANTOS, *Ibidem*. p.258). Tal decisão resultou na reintegração de posse do terreno e consequente remoção de mais de duas centenas de famílias que nele construíram suas habitações e suas vidas.

Esta lógica está inserida no conceito de espaço social de Henri Lefebvre, amplamente analisado em sua teoria da produção do espaço. Para Lefebvre o espaço social é um produto social. O espaço não existe em si mesmo, ele é produzido (LEFEBVRE, 1991). A partir disto, Lefebvre aponta que a produção do espaço pode ser compreendida através de três processos dialeticamente interconectados (momentos da produção do espaço):

- Práticas espaciais (produção material): dimensão em que ocorrem interações interligadas, redes de atividades, sobre uma base material;
- Representações do espaço (produção do conhecimento): a representação serve como referência para a comunicação, que permite uma orientação e a coordenação de uma atividade;
- Espaços de representação (produção de significados): nesta dimensão os significados são transmitidos, expressando e invocando normas, valores e experiências sociais.

Neste contexto, Lefebvre traz uma tríade dialética, da auto-produção da sociedade e do próprio ser humano. Esta tríade dá-se a partir de três dimensões na produção do espaço, representadas pelos conceitos de espaço percebido (*perçu*), espaço concebido (*conçu*) e espaço vivido (*vécu*) (LEFEBVRE, 1972).

Estas dimensões do espaço social estão relacionadas aos objetos e fenômenos de produção do espaço de forma diferenciada. O espaço concebido está relacionado às verticalidades analisadas por SANTOS (1996). Sua produção não considera a construção social do espaço, porém atinge quem o constrói e incide sobre o processo histórico de produção espacial, o transformado. O espaço percebido relaciona-se às elaborações simbólicas apreendidas cognitivamente enquanto o espaço concebido é um símbolo, influenciando diretamente nos espaços de representação. Este último seria um espaço

intermediário entre o percebido e o concebido, é o espaço dos conflitos e das lutas (SERPA, 2005).

Estas categorias podem ser analisadas a partir da cotidianidade, definida como a apropriação pelos seres humanos de sua própria vida. Este seria o setor da prática, onde as necessidades se convertem em desejos e estes tomam forma, produzem o espaço. De forma geral, estas práticas espaciais podem ocorrer combinadamente ou em caráter complementar. Neste sentido, o conceito de fragmentação espacial relaciona-se às práticas espaciais, observando-se que no processo de produção do espaço há uma inerente dimensão de prática política que leva a diferentes formas de controle sobre o espaço (CORRÊA, 1999). Para ele:

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos de terra justapostos entre si. (...). Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado (CORRÊA, 1999, p. 07).

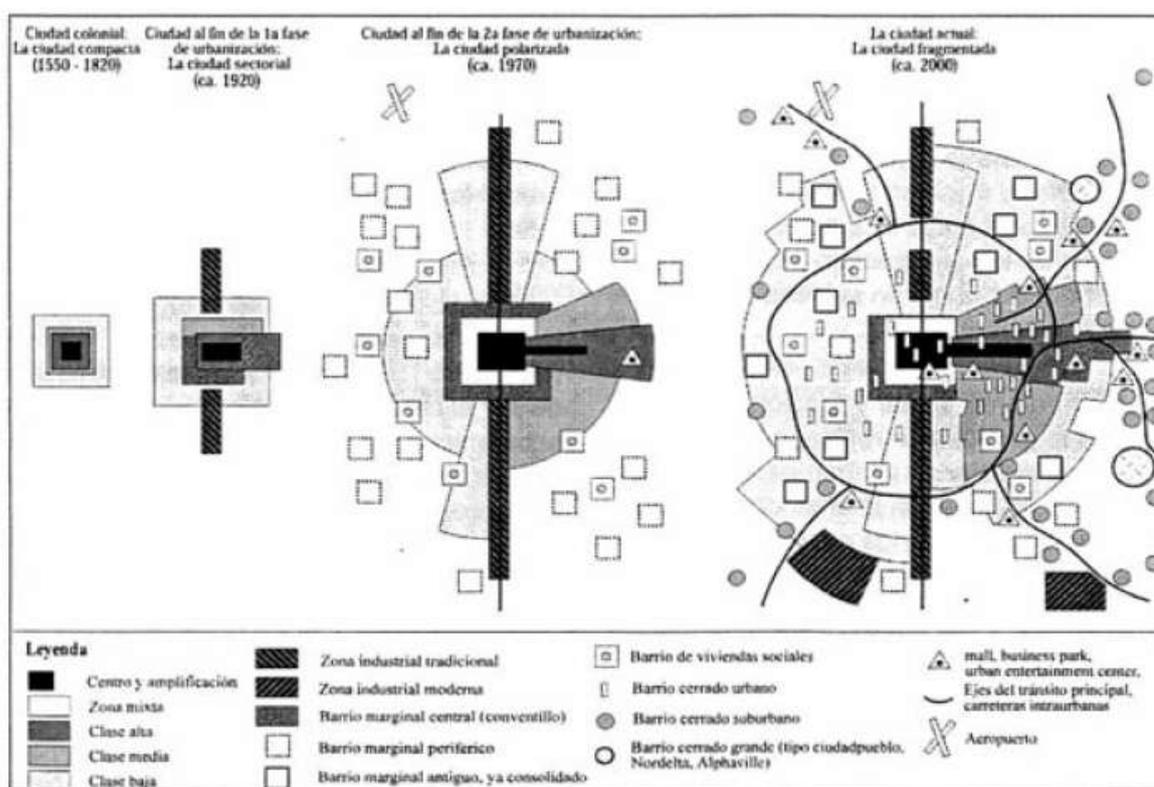
A produção urbana está voltada para as necessidades do capital e ainda, da classe dominante que domina os melhores espaços da cidade. Ao longo dos anos, a segregação resultante desta lógica evoluiu para um quadro de segregação residencial. O espaço atual da cidade capitalista comporta, muitas vezes lado a lado, classes sociais díspares, o que resulta, cada vez mais, em conflitos e luta por posse de terra. Assim, para o estudo de remoções torna-se necessário consideraremos o uso do conceito de espaço social, privilegiando aspectos socioeconômicos que influenciam a produção do espaço urbano para observarmos este tipo de prática espacial: a fragmentação.

Embora a cidade preexistia à chamada Revolução Industrial, não podemos analisar o processo de urbanização sem considerarmos o que vem caracterizando a sociedade moderna há mais de um século: a industrialização. Ao analisarmos o tema, veremos que o próprio termo “urbanização” surge após a Revolução Industrial, através dos estudos de Idefonso Cerdá (1867) em sua *Teoría General de L'urbanización*. Tal termo está relacionado tanto à aglomeração urbana decorrente da formação de sociedades industriais quanto ao estudo sistematizado das cidades.

De forma geral, podemos dizer que na América Latina, as primeiras cidades surgem com os maias e após com os astecas e com o povo inca. Isto muda com o início da colonização europeia na América, fazendo do século XVI um marco pela constituição das cidades coloniais. Desde então, a estrutura das cidades vem mudado, dado o aumento massivo

da população urbana, principalmente a partir de meados do século XX (MARICATO, 2001). Borsdorf, Bähr & Janoschkka (2002) apresentam um resumo geral desta evolução do desenvolvimento estrutural das cidades latino-americanas, marcadas pelas transições econômicas que impulsionaram o aumento das populações urbanas ao longo de sua história (Figura 5).

Figura 5 – O modelo de desenvolvimento estrutural da metrópole na América Latina:



Fonte: BORSZDORF, BÄHR & JANOSCHKKA (2002).

Desde o princípio, as cidades latino-americanas eram divididas por zonas. Mais próxima dos centros localizava a aristocracia e quanto mais distantes do centro urbano, localizavam-se as classes intermediárias e baixas.

No Brasil, este cenário é reforçado pelas reformas urbanas ocorridas em diversas cidades num período que vai do final do século XIX ao início do século XX (MARICATO, *op. cit.*). À época, as obras viárias, de embelezamento e de saneamento promoveram a implantação das bases legais de um mercado imobiliário que destinava aos pobres dos centros urbanos, os morros das cidades.

Até então, a influência externa se dava principalmente no plano arquitetônico, nos quais modelos desenvolvidos em cidades principalmente europeias eram adaptados às cidades brasileiras. Isto muda drasticamente após o Consenso de Washington, em 1989. Desde então, as cidades ganharam um papel de suma importância para a globalização econômica. Os países em desenvolvimento, como o Brasil, adotaram a agenda programática do Consenso de Washington à risca e priorizaram investimentos públicos e privados que tornaram as cidades brasileiras em “máquinas urbanas de produzir renda” (ARANTES *et al*, 2000).

De fato, a cidade atual é ela própria resultado da divisão socioespacial do trabalho decorrente não só da industrialização, mas também da financeirização do mercado mundial e pode ser vista como uma unidade, dentre outras que fazem parte do sistema de produção e acumulação. No sistema capitalista, a cidade em si é uma força produtiva e por isso, possui um valor de uso, uma vez que através dela e nela produz-se e circula capital e força de trabalho. E ainda, sua forma, sua organização espacial é fruto do sistema espacial do processo de produção, circulação e consumo. Tais processos necessitam de um aporte físico, de objetos materiais incorporados no solo urbano, dos produtos imobiliários (TOPALOV, 1979). Neste sentido, podemos falar de uma urbanização capitalista e de uma cidade capitalista, nas quais ocorrem constantemente inúmeros processos de apropriação e desapropriação do espaço.

Na cidade capitalista do século XXI, novos produtos imobiliários ganham um novo valor. Motor da economia global, o investimento imobiliário vem delineando as políticas urbanas em diversas escalas. Porém, o processo de urbanização atual não é reflexo de uma lógica isolada. Ao contrário, a tomada de decisão é cada vez mais longínqua e universal, tendo consequências profundas na conformação local. E isto pode ser observado tanto pela capacidade da comunicação, como dos mercados, de estarem presentes em escala global na totalidade do mundo (HARVEY, 2015).

Segundo a síntese apresentada por Borsdorf (*op. cit*), a sociedade sempre esteve representada por expressões espaciais setoriais e, por consequência, excludentes. Porém, na atualidade, o discurso da “globalização” econômica traz como farsa a possibilidade de inclusão de Estados e cidades e suas respectivas populações no sistema econômico de forma próspera. Na realidade, o que se confirma é a progressão dos territórios de exclusão e a concentração de renda entre poucos países. E mesmo nos países ricos, o processo de exclusão social não foi erradicado, vide os processos de imigrações na busca por sub-empregos com sub-remunerações, xenofobia, racismo.

A adoção do plano estratégico neoliberal desenvolvido por instituições como o Fundo Mundial Internacional e o Banco Mundial trouxe consequências locais drásticas. A abertura absoluta das cidades para o mercado mundial relegou ao planejamento urbano um papel de apêndice e viabilizador da desregulamentação, privatização e fragmentação do espaço urbano.

Neste sentido, globalização e fragmentação são processos indissociáveis e dialéticos. No plano real, os efeitos deste processo, ao serem observados nas cidades, podem ser descritos como diversas rupturas internas que, na América Latina, reforçam padrões de exclusão econômica e socioespacial.

Segundo Alain Bourdin:

O uso frequente do termo *fragmentação urbana* repousa sobre uma imagem: a sociedade (e seus territórios, em particular urbanos) seria um todo que se quebra em pequenos pedaços. Esta imagem é tanto mais eficaz porque se pode associar a ela provas sociais e espaciais: criação de fronteiras ou de rupturas internas às aglomerações, isolamento de grupos, uns em relação aos outros, expresso pela segregação das áreas fechadas, fortes disparidades no acesso aos serviços urbanos, falta de sentimento de pertencimento (BOURDIN, 2005. *apud* SPOSITO, 2012. pg. 142).

Neste contexto, a lógica da urbanização, de construção de obras para megaeventos e até as políticas de habitação ora servem para aquecer uma economia estagnada ou para absorver capital excedente, ora para dinamizar a economia mundial (HARVEY, *op. cit*) e, localmente, ao se (re)valorizar produtos imobiliários e dinamizar a economia local têm-se por consequência a alta dos preços da habitação (construção e aluguéis), aumento do custo de vida nas cidades como transporte e alimentação, e ainda, a reestruturação da organização espacial da cidade através da valorização de determinados bairros. É nesta reestruturação socioespacial que ocorrem as remoções de comunidades carentes de centros urbanos e áreas estratégicas de consumo e/ou de mobilidade.

Como resultado, diversas comunidades carentes localizadas nos centros urbanos, como ocorria com a VC, por exemplo, vêm sendo removidas de seus territórios de origem, embora se considere que tal processo é corrente e habitual na história da urbanização brasileira e da América Latina. Através do planejamento urbano e planos diretores, as comunidades carentes encontram territórios para reassentamento em áreas cada vez mais periféricas. No caso da VC, a comunidade foi removida para um bairro limítrofe do município de Porto Alegre.

Para maior rentabilidade do solo urbano, as cidades capitalistas são subdivididas funcionalmente, através da segregação de atividades e de classes. Contudo, o isolamento de

atividades e de comunidades de diferentes classes, tem uma intenção: manter a ordem e o controle da sociedade. Como resultado, a experiência em comunidades e guetos atualmente se torna, muitas vezes, uma experiência de fratricídio, termo utilizado tanto pelo viés da violência entre irmãos internos à comunidade, como a irmãos externos à comunidade (SENNET, 1999). Ao estarem mergulhadas neste contexto de isolamento, tem-se a concretização dos planos urbanos que descentralizam ações, deixando as grandes instituições da ordem social intocadas. Desta forma, o planejamento urbano torna a cidade fragmentada mais intimista, fato que cria uma esterilidade, uma estagnação.

Historicamente, as diferenças espaciais de cunho físico ou social (cultural) sempre foram um dos principais temas da disciplina de Geografia. Porém, para o estudo de remoções, não se trata apenas de compreender distinções e discontinuidades. Entender o processo de remoção exige uma orientação que considere o social no processo espacial das divisões urbanas.

O uso do conceito de diferenciação espacial na Geografia desde seus primórdios ocorre exatamente pelo fato da diferenciação socioespacial ser uma das principais características das cidades (SPOSITO, 2012).

Se antes a análise da diferenciação espacial estava voltada para as diferenças inerentes ao campo e à cidade, hoje ela se volta para o estudo referente às relações inter e intraurbanas. No século XXI, uma reestruturação urbana acompanha as mudanças socioeconômicas mundiais. A intensificação das relações nas cidades e da divisão do trabalho de uma forma geral viabilizam uma maior taxa de lucro e maior circulação de bens e serviços. Concomitantemente, tais mudanças criam novos postos de trabalho, não raro, mal remunerados e estigmatizados. Podemos citar aqui o exemplo dos catadores de materiais recicláveis que inserem-se indiretamente na economia urbana e promovem a reutilização de materiais dispensáveis no mercado de consumo, mas de extrema importância para a rede de recicladores que se formam nas cidades do País. Cabe salientar que esta categoria, de uma forma geral, organiza-se espontaneamente ou em associações e cooperativas, e estão relacionadas à formação de comunidades e bairros de diversas capitais, assim como ocorre em Porto Alegre na Vila dos Papeleiros, por exemplo (vide FENALTI, 2004).

Assim como a Vila dos papeleiros, A VC é uma comunidade que tem sua fonte de renda oriunda da reciclagem, e também materializa, assim como a Vila dos Papeleiros, um espaço segregado.

Em geral, a segregação é a expressão espacial das diferentes classes sociais que compõem a cidade (CORRÊA, *Ibidem*) e, numa época em que há o aprofundamento das relações de desigualdade social no espaço urbano, (re)surgem formas específicas de segregação no processo de urbanização e a segregação residencial é uma delas. Segundo Manuel Castells, a segregação residencial origina áreas de forte homogeneidade social interna e de disparidade com áreas externas adjacentes (CASTELLS, 1983). Peter Marcuse vai além ao afirmar que a segregação é um processo no qual um grupo é forçado a se aglomerar em uma área definida, em um gueto (MARCUSE, 2004).

A formação de guetos urbanos, analisada em profundidade pelo sociólogo Loic Wacquant, é um exemplo de instrumento de poder sócio-organizador, criado para cercamento e controle de populações economicamente excluídas do sistema. Segundo Wacquant (2004) criam-se nos guetos uma institucionalidade paralela e um isolamento coercitivo de um determinado grupo. Tal isolamento é produto de uma dialética entre o grupo interno ao gueto, com afinidades e características similares, e o grupo externo ao gueto, hostil e heterogêneo.

Etimologicamente, a palavra gueto deriva do italiano *giudecca*, *borghetto* ou *gietto*. Também há derivação do alemão *gitter*, e do hebreu talmúdico *get*. Inicialmente, referia-se à consignação forçada de judeus a distritos especiais, a mando de autoridades políticas e religiosas. Entre os séculos XIII e XVI, o termo *ghetto nuovo* foi utilizado pelo Senado de Veneza, em alusão a uma ilha isolada onde os judeus da Europa seriam realocados.

Contudo, foi somente na Escola de Sociologia de Chicago, no início do século XX, que o conceito de gueto tornou-se científico, embora muito limitado, principalmente pela atribuição da Escola à constituição do gueto ser um efeito natural das imigrações quando, na verdade, “é uma forma muito peculiar de urbanização modificada por relações assimétricas de poder, [...] uma forma especial de violência coletiva concretizada no espaço urbano” (WACQUANT, 2004, p.158).

Se durante muito tempo o conceito de gueto foi utilizado para compreender os processos de exclusão urbana estadunidense, imbricados pela desigualdade e preconceito racial, na Europa outro fator também intensifica o isolamento de determinados segmentos sociais em guetos: a atividade econômica exercida por determinado grupo. Este fator foi analisado, da mesma forma por Wacquant na década de 1990, a partir de estudos comparativos entre o “Cinturão Negro” ou *dark ghetto* formado nos centros metropolitanos do nordeste e meio-oeste dos Estados Unidos e o “Cinturão Vermelho” parisiense, ou *cites*,

antigos bairros operários redutos do partido comunista francês, onde estão localizados vastos conjuntos de habitação popular. Este estudo trouxe considerações importantes quanto os processos de desigualdade urbana e a exclusão étnico-racial e de classe. Dentre outros resultados, a comparação demonstrou que ambas as regiões apresentam populações com o domínio da faixa etária de jovens sem qualificação profissional, na maioria sem emprego formal ou desempregados e ainda, “pode-se afirmar que a exclusão, no Cinturão Negro, se baseia na cor, com o reforço dos fatores classe e Estado, ao passo que no Cinturão Vermelho se baseia na classe social, embora amenizada pelo Estado” (WACQUANT, 1995, p.67).

Portanto, além do cunho étnico-racial, a formação dos guetos está ligada à classe social, à atividade econômica que seus membros ocupam e exercem na sociedade e o papel do Estado pode amenizar ou intensificar a exclusão urbana de uma determinada classe. Apesar das diferenças analisadas para os casos, podemos observar que existe, em cidades de diversos portes e em diversos países, a formação de territórios de exclusão, de guetos, estigmatizados e marginalizados, segregados por muros concretos e/ou simbólicos que apresentam como características:

- 1) a pobreza, resultante da escassez de espaço;
- 2) o adensamento;
- 3) a precarização das condições de trabalho e sustento de seus residentes;
- 4) o maltrato generalizado;
- 5) e a imposição da segregação residencial por um grupo externo (WACQUANT, 2004).

Considerando o processo de “guetização” na cidade de Porto Alegre, podemos relacionar a ocorrência das características (de guetos) analisadas por Wacquant na configuração da VNC. Isto envolve reconhecer a classe econômica da comunidade estudada, assim como as condições de habitação, de socialização com o entorno, considerando neste caso, a reterritorialização da VC.

## 1.2 Procedimentos operacionais

A elaboração desta dissertação iniciou-se antes mesmo do ingresso na Pós-Graduação em Geografia, através da nossa participação no GAJUP/SAJU-UFRGS, no qual parte deste trabalho foi realizada.

Ao longo dos anos 2013 e 2014, conjuntamente com os participantes do GAJUP, foram realizados questionários com os moradores da VNC. Neste processo, a metodologia escolhida para a aplicação dos questionários tinha como objetivo conscientizar moradores e pesquisadores dos problemas enfrentados pela comunidade, para que, a partir de resultados parciais e completos, um planejamento consequente fosse elaborado. As informações geradas através da pesquisa realizada conjuntamente com o GAJUP culminam com a elaboração do atual perfil socioeconômico da VNC, a ser comparado ao perfil da antiga VC, realizado pelo Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) em 2010.

Tendo como base a pesquisa previa realizada como participante do GAJUP e ainda, a proposição de seguir atuando ao lado dos moradores da VC para sua contínua emancipação, a metodologia escolhida para este trabalho é a da pesquisa-ação, descrito e analisado por Michel Thiollent, entre outros autores, desde a década de 1970.

A escolha da pesquisa-ação desenvolvida por Thiollent (2002) deu-se pela resolução que este autor traz perante a ambiguidade que existe em diversas bibliografias referentes a esta metodologia, que por muitas vezes confunde-se com a pesquisa participativa. Para o autor, toda pesquisa-ação envolve a pesquisa-participante, mas o contrário nem sempre ocorre. A pesquisa-ação envolverá não somente a interação entre pesquisadora e as pessoas implicadas na situação da remoção, mas também trará como resultados ações elencadas a partir de uma ordem de prioridades de problemas a serem pesquisados, esclarecidos e, quando possível, solucionados. Assim, através desta metodologia será possível aumentar o conhecimento da própria comunidade, de pesquisadores e da sociedade frente à situação social e os problemas encontrados ao longo da pesquisa.

Ao relacionar o projeto urbano de Porto Alegre com a territorialidade de comunidades pobres reassentadas para as periferias, temos forças opostas atuantes na organização do espaço urbano da referida cidade. Esta disputa territorial foi analisada por Lefebvre que compreende que há uma relação de poder na produção e apropriação entre o espaço concebido (abstrato) e o espaço vivido e percebido (subjetivo).

Estes elementos, ou forças opostas que, sem dúvida, disputam um mesmo território levam-me a fazer uma análise territorial a partir do método dialético. Contudo, existem concepções diferentes quanto a este método. Os gregos, através dos ensinamentos de Heráclito, já abordavam a concepção do mundo como um todo em movimento de transformação. Platão acentua este entendimento. Foi, porém, Hegel quem formulou o método dialético. Hegel aponta que a transformação da natureza e da história é resultante da luta entre contrários. Porém, acreditava que as transformações eram revelações das ideias, reflexos do pensamento. Para ele, o pensamento é o que determinava a realidade. Opondo-se ao idealismo de Hegel, mas seguindo os pressupostos do método dialético, Marx e Engels afirmaram que as condições materiais direcionam o movimento da história e do pensamento do homem, reflexo do movimento dialético real (SUERTEGARAY, 2005).

A lógica formal, constituída nos primórdios da ciência, atinge o aspecto imediato da realidade, classifica e distingue apenas alguns aspectos de um processo. Se, através desta dissertação, propõe-se analisar o movimento da mudança social e econômica ocorrida na VC em função de seu reassentamento, precisamos compreender as interações das relações socioeconômicas e políticas neste processo, assim como a passagem da antiga comunidade à VNC. Isto será possível através do método dialético proposto por Marx e Engels, o materialismo histórico e dialético. A partir desta teoria, pode-se retirar alguns preceitos úteis à compreensão do tema proposto. Vem do materialismo histórico e dialético o princípio de que as forças econômicas promovem mudanças em diversos setores da sociedade assim como seriam responsáveis pela evolução histórica. Estas forças econômicas promovem políticas de planejamento territorial, materializadas pela forma como o espaço está organizado socialmente. E ainda, tendo na categoria trabalho um pilar fundamental da análise, a atividade econômica exercida pelos moradores da Chocolatão é um guia para percebermos tanto as causas quanto os impactos do reassentamento da VC. Importante analisarmos também os interesses que se opõem entre as diferentes classes sociais nesta disputa territorial, trazendo tal conceito pela definição marxista, precisamente pelo par dialético de proprietários e não-proprietários.

Para analisar a transformação socioespacial ocorrida na VC, tornou-se necessária a minha inserção na comunidade, além de pesquisa bibliográfica referente à urbanização brasileira e de Porto Alegre e à remoção de comunidades pobres de centros urbanos para as periferias. Esta inserção vem ocorrendo desde 2012, tempo que me possibilitou conhecer

diversos moradores da comunidade e, de várias formas, envolver-me com os problemas coletivos e até mesmo pessoais.

A inserção de uma pesquisadora em qualquer comunidade exige uma profunda interação com seu objeto de estudo. Talvez, o trabalho que envolve um objeto de estudo tão complexo quanto uma comunidade faz o “problema de pesquisa” ter outro significado. Não se trata de um problema abstrato, imóvel ou constante, mas da vida de diversas pessoas que demandam resoluções culturais, educativas e emancipatórias. Ademais, deve-se evitar a distinção positivista que separa sujeito de objeto de estudo, evitando o antagonismo de opiniões e experiências. O mais importante é o que a comunidade traz como experiência de vida em coletivo. As impressões, percepções e anseios de seus moradores darão a orientação para o planejamento de ações, para sua própria organização na luta por direitos.

Segundo Thiollent (2002), existem dois critérios que “guiam” a pesquisa-ação. A investigação deve buscar conhecimentos úteis para compreensão de causas justas e ainda, deve ter uma:

(...) base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de um modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 2002, p.14).

Assim, ao convergir o pensamento popular e a ciência acadêmica pode-se produzir um conhecimento profundo e aplicável e através de seu desenvolvimento encontrar respostas para questões pertinentes a este tipo de pesquisa como: O que fazer com o conhecimento dos problemas das comunidades removidas e reassentadas? Como impedir que ocorra a segregação residencial nas cidades? Quais são os impactos da segregação residencial e de remoções/reassentamentos?

É esta metodologia que auxiliará nas respostas a estas questões exatamente porque a pesquisa-ação tem por objetivo dar aos pesquisadores e grupos de participantes de pequeno e médio porte os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob a forma de diretrizes de ação transformadora (THIOLLENT, *op. cit.*).

Talvez não exista uma resposta única para a diversidade de processos urbanos e de remoções que são específicos para cada caso, mas há a certeza de que é possível persistir na transformação da realidade através do conhecimento e da práxis. Para tanto, o Congresso

Mundial de Investigação Ação-Participativa (CMIAP) de 1977 traz em suas resoluções as tarefas que os pesquisadores praticantes da pesquisa-ação devem seguir (BORDA, 2008). A seguir, relacionaremos cada ponto das resoluções com os caminhos adotados nesta dissertação:

*a) Buscar o conhecimento de diversas disciplinas (interdisciplinaridade):*

No princípio, a abordagem para este trabalho seria dada através do viés geográfico. Os conceitos utilizados têm como enfoque a organização socioespacial, ou seja, a construção do espaço a partir de uma classe ou grupo social. Porém, como demonstrado a seguir, os conceitos geográficos utilizados exigiram que outros conceitos, das áreas da antropologia, ciências jurídicas e estatísticas fossem utilizados. Através da tríade de três dimensões na produção do espaço, representadas pelos os conceitos de espaço percebido (*perçu*), espaço concebido (*conçu*) e espaço vivido (*vécu*) (LEFEBVRE, 1972) poderemos analisar a cotidianidade, definida como a apropriação pelos seres humanos de sua própria vida. Cada uma destas categorias espaciais podem ser analisadas no processo de remoção e reassentamento. A dimensão do espaço percebido virá dos moradores da comunidade, traçando um paralelo comparativo entre o território de origem e o novo território de reassentamento. Este estudo será feito a partir de relatos. A concepção de espaço concebido está relacionada às diretrizes impostas pelo poder público, fruto dos ditames da economia, mais precisamente do mercado imobiliário. Analisar o espaço através deste viés pode ser feito através de dados socioespaciais e das leis de uso e ocupação do solo. Aí impõe-se a necessidade da interdisciplinaridade para este trabalho. Disciplinas como Ciências Jurídicas e Estatística auxiliarão para a representação da dinâmica espacial a ser analisada. Ter e repassar o conhecimento sobre o Plano Diretor e as leis de uso do solo da cidade estudada é de extrema importância para compreender o processo de remoção, assim como utilizar análises de dados estratégicos que representem a mudança causada no processo de reassentamento.

Por fim, a terceira categoria espacial de investigação é a de espaço vivido, o espaço habitado e construído pelos moradores da comunidade. Um bom método de representação a ser utilizado para analisar o espaço vivido (assim como a formação de guetos, que veremos a seguir) é o iconográfico, ainda tendo como diretriz a interdisciplinaridade.

O antropólogo Nestor García Canclini (1997) traz em sua obra “Culturas híbridas, poderes oblíquos” um estudo aprofundado sobre o processo de urbanização, passível de

representação através da comparação de fotografias dos mesmos monumentos históricos em diferentes épocas. Seu trabalho conclui, entre outros resultados, que as fotografias representam concomitantemente dois processos culturais: de desterritorialização da cultura, não mais presente em apenas uma localidade, mas disseminada, tanto pela informação quanto pelo contingente de (i)migrantes; e o processo de reterritorialização, dado pela incorporação cultural e espacial de símbolos gerados alhures. Buscando analisar o processo de remoção/reassentamento através da iconografia, poderemos utilizar dois pares de fotografias: fotos do território de origem, antes e após a remoção e fotos do território de reassentamento, antes e após a ocorrência de tal processo.

*b) Ter critérios de validação para a pesquisa:*

Além dos métodos vistos anteriormente, para compreender os impactos do processo de remoção e reassentamento de comunidades carentes, optou-se pelo levantamento de dados da comunidade estudada para a elaboração de um perfil socioeconômico. Devido ao tamanho da comunidade, optou-se trabalhar com uma amostra.

*c) Implementar projetos generalizantes, que possam resolver problemas amplos:*

Apesar das singularidades de cada caso de remoção e reassentamento uma decorrência persiste: a desunião dos moradores em seu local de reassentamento. Alguns nem chegam a ir para a nova localidade. A Associação de Moradores da Vila Chocolateiro (AMVIC), constituída e motivada pelo processo de remoção, perdeu sua coesão. Talvez este seja o grande desafio para comunidades reassentadas: rearticular os moradores para a luta por direitos. Neste sentido, a produção de um projeto generalizante constitui a realização de atividades em comunidades reassentadas que garantam a sustentação da identidade territorial da comunidade que será (re)criada. Para isto, é importante que um grupo, o mais amplo possível, organize atividades públicas, políticas e de lazer. Cabe ressaltar que estas atividades devem surgir a partir da própria comunidade, e não ser proposta ou imposta pelo mesmo Poder que a desarticulou.

*d) Desconstruir uniformidades globais:*

Esta diretriz tem por objetivo fortalecer as demandas populares, em contraposição às políticas desenvolvimentistas e, por que não, neoliberais que desconsideram singularidades culturais. O problema, como afirma Borda (*op cit*) são movimentos de resistência ocorrerem somente em escala local, isolados. Deve ocorrer uma articulação entre comunidades reassentadas, fora e dentro dos fóruns oficiais de debate sobre a cidade e seu planejamento. Através desta articulação maior também poderão ser trocadas experiências e informações que intensificarão a organização de comunidades reassentadas. Um projeto de pesquisa pode auxiliar nesta ação, promovendo encontros entre lideranças comunitárias para a apresentação dos resultados e conclusões de pesquisas relacionadas ao tema.

*e) Praticar a investigação científica educacional e de ação política que atenuem ou destruam estruturas injustas de poder:*

Ao promover apresentações e debates sobre resultados de pesquisas relacionadas aos impactos de remoções e reassentamentos, há um retorno às comunidades, quanto ao seu histórico e quanto o seu papel como ator na produção do espaço urbano. Estimular o conhecimento quanto o seu papel social, quanto aos seus direitos e os meios de alcançá-los podem ser o motor para um questionamento quanto às estruturas e às grandes instituições de ordem social que regulamentam a organização espacial.

*f) Prevenir conflitos, violência e repressão:*

Ao investigar as representações dos moradores quanto à violência, repressão e aos conflitos, a pesquisa-ação buscará a origem geradora destes elementos. De forma ampla, a origem da repressão está na organização do sistema econômico vigente. Buscar e repassar exemplos históricos de sistemas comunais impulsionam o sentimento de fraternidade interno e também externo à comunidade. Ao fazerem reuniões para lembrar e debater o processo de remoção, o pesquisador pode fazer provocações, abordando temas como racismo, machismo, a estigmatização da pobreza, e ainda, questionar o papel da prefeitura e da polícia no processo

e ao longo da formação da comunidade, visando sempre a busca pelos anseios da comunidade, sua percepção quanto o que é e foi feito, e de como poderia ter sido feito.

*g) Construir um ethos etno-genético e emancipativo:*

Aqui se apresenta a maior resolução proposta para a pesquisa-ação, de modificar os alicerces da ciência e unir esforços intelectuais, políticos e econômicos que auxiliem na preservação de diferentes culturas e saberes, principalmente dos povos oprimidos. Ao propor um *ethos* etno-genético (ou costume/hábito), a pesquisa-ação busca uma forma de metodologia altruísta e crítica, para a consolidação de uma geração de pesquisadores-agentes de mudança e cooperação. Para isto, é necessária a troca de experiências em níveis nacionais e globais e a participação e formação de redes de pesquisas emancipatórias. Tal premissa exige que dentro das Universidades se formem pesquisadores com fortes bases conceituais que questionem a neutralidade científica. Tal paradigma científico, como citado anteriormente, não é novo, mas persiste intra-muros e na mentalidade de professores e alunos da academia.

Através de uma base teórica bem desenvolvida sobre a pesquisa-ação, diversas ferramentas podem ser construídas para a libertação dos povos, presos aos grilhões da globalização que desencadeia-se em todos os aspectos da vida cotidiana e impõe-se com maior brutalidade entre os culturas heterogêneas e entre os mais pobres.

Estes passos serão guias para a produção de um plano de ações voltadas à comunidade estudada. As ações serão priorizadas a partir dos principais problemas que forem apontados no perfil socioeconômico da VNC.

*Procedimentos Metodológicos da Pesquisa*

Primeiramente, foi realizada uma revisão bibliográfica que teve como objetivo compreender o processo de produção do espaço urbano brasileiro e de Porto Alegre. Esta revisão teve como aportes o conhecimento de outras disciplinas além da geografia, ciências jurídicas, antropologia e urbanismo. A pesquisa referente às capitais brasileiras busca determinar como ocorre o processo de produção do espaço urbano e quando ocorrem os primeiros processos de remoção de comunidades pobres dos centros urbanos e as razões para tanto.

Quanto à cidade de Porto Alegre, buscamos identificar a segregação residencial existente no espaço urbano analisado, além da dinâmica espaço-temporal das políticas urbanas de remoção.

Para tanto, analisamos os Planos Diretores da cidade de Porto Alegre elaborados ao longo de sua história, além de dados de Índice de Desenvolvimento Urbano atuais da cidade.

Para representar a dinâmica das remoções ocorridas em Porto Alegre, foi produzido um mapa de localização das remoções sobre uma base vetorial de Porto Alegre, demonstrando a direção dos reassentamentos. Este mapa foi feito através do *software* ArcGis 10.

Estes procedimentos serão a base para analisarmos os dados da segunda parte da dissertação. Nesta fase serão considerados os questionários socioeconômicos respondidos pelos moradores da VNC. O questionário foi subdividido em duas partes.

A primeira (Anexo 2) considera a quantidade de núcleos familiares por habitação, a quantidade de pessoas por núcleo familiar, sexo, idade, escolaridade, situação ocupacional, ocupação antes da VNC, ocupação atual (em 2013/2014), renda antes da Nova Chocolateira e renda atual (2013/2014). A segunda parte do questionário (Anexo 3) é subdividida em oito eixos com questões referentes a: projeto de realocação, educação, saúde, trabalho, renda, moradia, infraestrutura e prestação de serviços e galpão de reciclagem. Estes dados serão digitalizados no programa Microsoft Excel e através destes, será produzido o perfil socioeconômico da VNC. Este perfil será comparado aos dados disponíveis no PTTS realizado pelo DEMHAB na VC em 2010.

As amostras foram coletadas usando o método de Amostragem Aleatória Estratificada que determina que ocorra uma estratificação da população analisada (CALLEGARI-JAQUES, 2003). Estes estratos foram elencados a partir da necessidade de obtermos o maior número de moradores em diferentes localizações internas à VNC. Assim, a VC foi subdividida em quadras (11 quadras). Os questionários foram coletados através de administração indireta, no qual o inquiridor preenche o questionário (QUIVY, CAMPENHOUDT, 1998). Contudo, nem todos moradores estavam em sua residência nos momentos da coleta, refletindo desigualdades de coletas entre as quadras, variando de três a 13 questionários coletados por quadra.

Para a apresentação dos dados, optou-se pelo uso de tabelas e gráficos, que auxiliam na descrição sobre conjuntos de dados relativos a populações. O questionário é composto por variáveis qualitativas (como escolaridade) e quantitativas como, por exemplo, renda.

Concomitante ao recolhimento de dados através dos cadastros foram produzidos diários de campo que serão utilizados como referência.

Durante o ano de 2015 foram analisados os documentos municipais e reportagens referentes à VC, à VNC e ao bairro Morro Santana e adjacentes. Ademais, os trabalhos em campo estão sendo realizados semanalmente, quando os moradores da VNC se encontram na biblioteca da comunidade para debater seus principais problemas coletivos.

## **2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PORTO ALEGRE E A REMOÇÃO DE COMUNIDADES POBRES DE ÁREAS CENTRAIS**

### **2.1 A Produção do Espaço Urbano Brasileiro**

O contexto atual das cidades brasileiras leva os pesquisadores de Geografia Urbana a refletir sobre as políticas públicas voltadas à cidade e suas consequências para a produção do espaço urbano.

De forma geral, podemos ver que dois grupos podem ser analisados neste processo: os proprietários do espaço urbano e os ocupantes, que constroem o espaço urbano. Esta dicotomia é analisada por Lefebvre, pautada no par dialético espaço vivido e espaço concebido. O ressurgimento da teoria da produção do espaço de Lefebvre atualmente dá-se pela busca da Geografia, e de outras ciências, por uma teoria social que sintetize as categorias de cidade e espaço (SCHMID, 2012).

O conceito de produção do espaço indica a mudança paradigmática existente no conceito sociológico de espaço e tempo, fator que não pode ser ignorado.

Como na maioria das teorias contemporâneas sobre o espaço, Lefebvre utiliza o conceito relacional de espaço e tempo, na qual o espaço representa simultaneidade, a ordem sincrônica da realidade social. O tempo denota a ordem diacrônica e, assim, o processo histórico da produção social (SCHMID, 2012, p.3).

Por esta lógica, o espaço apreende de forma simultânea a dinâmica histórica (temporal) do processo de produção do espaço. Assim, a influência de uma política econômica, por exemplo, revelará consequências diversas em regiões, concomitantemente ou em tempos desiguais. Nada está isolado e, segundo Sposito (2012):

O movimento que se desenvolve, desde o início da Modernidade, é o da constituição de uma sociedade, a ocidental, e não o de valorização de diferentes sociedades, historicamente construídas, com seus valores, suas práticas, suas formas de viver e produzir o espaço (SPOSITO, 2012, p.128).

Ao longo da história da produção do espaço urbano latino-americano e brasileiro, encontraremos esta tendência, principalmente se analisadas através do viés da formação de comunidades pobres nos centros de diversas cidades brasileiras. Há um constante movimento de periferização das comunidades carentes, independente do tempo e da forma como consolidaram sua ocupação e seu desenvolvimento nos seus territórios. Este movimento de periferização está ligado à relação da posse de terra em detrimento de seu uso efetivo e sua manutenção está atrelada a um poder hegemônico distante do âmbito local.

De forma geral, podemos analisar a história da produção do espaço latino-americano e brasileiro em quatro períodos: cidade colonial, cidade setorial, cidade polarizada e por fim, a cidade fragmentada (BORSODORF, 2003).

A formação da cidade colonial brasileira ocorre no período pré-industrial. Utilizadas inicialmente para o trânsito marítimo português, estas cidades concentravam-se no litoral e passaram a servir de fortes contra as forças europeias competidoras. Temos como exemplos as cidades de Salvador e Rio de Janeiro. O centro destas cidades ficava reservado à administração e gestão dos recursos, provindos de uma economia primária baseada na exportação de recursos naturais (BORSODORF, *op. cit.*). É neste período que temos o caso mais antigo (e conhecido) relacionado à remoção de comunidades. Com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, ocorreu o despejo de diversos moradores que habitavam áreas privilegiadas da cidade do Rio de Janeiro, pressionadas a habitarem os morros e a periferia da cidade (PAULO, 2013).

O processo de formação do Império brasileiro (1822-1890) muda a dinâmica político-econômica do País, e por consequência, a organização espacial das cidades brasileiras. As cidades, até então desordenadas, passam a ser reguladas. A Constituição imperial de 1824 dá às câmaras municipais autonomia para definir a ordem urbanística das cidades, estruturada circularmente como reflexo das classes sociais. Próximos aos centros instalavam-se a aristocracia. O “círculo” seguinte era composto pela classe média. Aos pobres eram relegados os limites das cidades (BORSODORF, *Ibidem*).

O fim do sistema escravocrata e a vinda dos imigrantes europeus impulsionam o processo de urbanização no Brasil. Os centros urbanos passam a ser não somente administrativos, mas comerciais e expandem-se linearmente ligando-se aos setores industriais através de ferrovias. Sob forte influência da arquitetura francesa, são construídas grandes alamedas, acompanhadas pela construção de casarões, ocupados pela classe alta

(MARICATO, 1997). Porém, este processo de urbanização não rompe com a propagação dos conflitos já observados no campo no século XIX. Na verdade, mantém-se a lógica que existia no campo: a relação entre poder (político e decisório) e a propriedade da terra (MARICATO, 2001). Com a promulgação da Lei nº 601 de 1850, também conhecida como a Lei de Terras, o direito de acesso à terra desvinculou-se da condição de seu efetivo uso e ocupação, adquirindo condição ampla de mercadoria (ROLNIK, 1997).

Cabe frisar que, se durante o século XIX a disputa fundiária ocorre principalmente no campo, com o processo de urbanização ela estende-se espacialmente nas cidades. Datam do final do século XIX e início do século XX reformas urbanas realizadas em diversas cidades brasileiras que deixaram parte da população à margem das obras de embelezamento paisagístico e saneamento básico promovidas:

Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente Rio de Janeiro são cidades que passaram por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial (MARICATO, 2001, p17).

Surge um elemento característico da urbanização brasileira que mantém-se até os tempos atuais: para fins de embelezamento e projetos de salubridade, as comunidades pobres são removidas dos centros urbanos.

O início do século XX é marcado pela consolidação da indústria, especialmente de bens de consumo não duráveis (têxtil, vestuário, bebidas, alimentos, móveis) e por intensos fluxos migratórios internos, com o início do processo de êxodo rural. Nesta época os bairros proletários e as comunidades pobres ocupam as áreas centrais das cidades. Intensifica-se o contraste entre as diferentes classes que habitavam as cidades iniciando-se o processo de segregação socioespacial. Os ricos passam a habitar áreas exclusivas, os pobres são levados a habitar bairros periféricos sem infraestrutura. A partir do início da "Era Vargas" (1930), o poder estatal conduz, de forma autoritária, a economia e o planejamento urbano, produzindo a "modernização conservadora" de nossas principais cidades (MARICATO, 1979).

A segunda metade do século XX é marcada pela entrada do modelo industrial fordista no País e a produção de bens duráveis é acompanhada pela concentração de renda e por uma profunda transformação da ocupação do solo urbano, determinada pela intensificação das desigualdades socioeconômicas e regionais. A indústria concentrava-se no eixo Centro-Sul e com a constituição de um sistema industrial em escala nacional, alastra-se o processo de urbanização (LOPES, 1976). As estatísticas do século XX realizadas pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE, 2003) demonstram esta tendência. Em 1950, a população urbana do País era de 18.782,831, com uma taxa de urbanização de 36,1%. A década seguinte apresenta dados para população urbana de 32.004.817 com uma taxa de urbanização de 44,7% (IBGE, 1997). Intensifica-se o crescimento urbano, porém sem acompanhamento de uma infraestrutura que contemplasse as necessidades da maioria da população como moradia, hospitais, transporte, escolas e energia, agravando o problema habitacional no Brasil. Na década de 1960 foram implementadas políticas sistemáticas de remoção de comunidades pobres e favelas centrais, aparados por um poder repressor nunca visto antes. Só no Rio de Janeiro estima-se que 175 mil moradores de 62 comunidades foram removidas neste período (BRUM, 2013).

A mobilidade urbana é intensificada, principalmente pelo capital privado, o que gera, dos anos de 1970 até hoje, uma diluição das distintas classes econômicas no espaço urbano, compondo a cidade fragmentada. Dois princípios setoriais se mantêm: a tendência setorial-linear e a segregação territorial, porém de forma diferente das fases anteriores. As zonas periféricas e periurbanas voltam a ser atrativas para as classes média e alta (MEYER & BÄHR, 2001 *apud* BORSODORF, 2003). O alargamento de autopistas atenuou a estrutura linear e também estabeleceu o desenvolvimento de estruturas de nós fragmentados, atualmente mais perceptíveis nas cidades e metrópoles. Isto demonstra-se pela localização de elementos funcionais em diversos âmbitos do espaço urbano, mas apesar da perda da importância dos centros frente à construção de *shopping centers*, por exemplo, há um processo de diminuição das comunidades pobres das áreas centrais, concomitante à formação de favelas e aglomerados subnormais nas periferias urbanas. Segundo o Censo do IBGE de 2000, entre 1991 e 2000 o número de favelas no País chegava a 3.905 núcleos, com aumento de 22% neste período. Este número não é exato, uma vez que o IBGE não contabiliza núcleos com menos de 50 habitações, indicando a existência de um número maior de loteamentos ilegais. O processo de urbanização brasileiro se mostra, assim, uma “máquina de produzir favelas” (MARICATO, 2003, p. 163).

O início do século XXI é caracterizado pelo avanço total do mercado imobiliário internacional na delimitação das políticas urbanas das cidades e metrópoles de diversas partes do globo. No Brasil, a taxa de urbanização chegou a 84% (IBGE, 2010) e os novos produtos imobiliários ganham um novo valor. Em contrapartida, em terras em que não há interesse do mercado imobiliário, formam-se favelas e loteamentos ilegais. Como em outrora, o processo

de urbanização brasileiro atual não é reflexo de uma lógica isolada, mas sim de um mercado presente em escala global. Fruto da globalização, a segregação residencial é percebida com a ocorrência de “*gated communities*, guetos, cidadelas, condomínios fechados” (MATOS, 2004; RIBEIRO, 2004; CÁCERES & SABATINI, 2004; COBOS & LÓPEZ, 2007; REIS FILHO & TANAKA, 2007 *apud* MARICATO, 2011) e essa reestruturação espacial, de segregação, leva a população carente, em especial os mais pobres, a habitar áreas cada vez mais impróprias das cidades.

## **2.2 Da fragmentação do espaço urbano à segregação espacial de Porto Alegre/RS**

Ao tratar das contradições e das diferenciações espaciais em sua teoria da produção do espaço, Lefebvre afirma que a contradição entre global e fragmentário é um fator estratégico para o domínio e para o controle espacial. Se por um lado, ações em escala global apresentam tendências e resultados mundiais, por outro, ações em escala fragmentária resultam normalmente em total segregação (LEFEBVRE, 1991). Podemos dizer que a segregação espacial é uma forma de diferenciação socioespacial, característica presente nas cidades desde seus princípios. Em cada estágio de evolução econômica, os níveis de diferenciação socioespacial foram aprofundados, tornando-se cada vez mais complexos, até chegarmos à fase atual da cidade fragmentada. Como explica Corrêa:

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos de terra justapostos entre si. (...). Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado (CORRÊA, 1999, p. 07).

A conformação de uma cidade envolve relações de poder e de apropriação do espaço por diferentes classes sociais. A forma como as relações de poder se materializa no espaço podem representar esta lógica de forma sutil ou explícita. Para Lefebvre (*op.cit*), a segregação pode ocorrer de forma espontânea, voluntária ou programada e estes aspectos podem ser simultâneos e/ou sucessivos. De qualquer forma, em detrimento da renda/trabalho, da ideologia e da cor, há uma pressão para que a segregação do espaço urbano ocorra, seja pelo auto-isolamento, exemplificado pela ação de pessoas ricas isolando-se em “guetos da riqueza”

(LEFEBVRE, *Ibidem* p. 98), seja pelo isolamento forçado, como ocorre nas remoções de comunidades pobres de áreas centrais para áreas periféricas.

Na sociedade contemporânea, o centro explicativo da diferenciação socioespacial é a desigualdade socioeconômica. Há uma desigualdade de possibilidades, desigualdade de apreensão do espaço, desigualdade social (HARVEY, 2004). Assim, apesar de justapostos no espaço urbano (graças aos sistemas de vigilância), ricos e pobres encontram-se concomitantemente cada vez mais segregados (por grades e muros), resultando em um panorama de intensa segregação residencial. Combinado a isto permanece a lógica da *periferização* dos mais pobres (vide Figura 7) cada vez mais distantes dos centros urbanos.

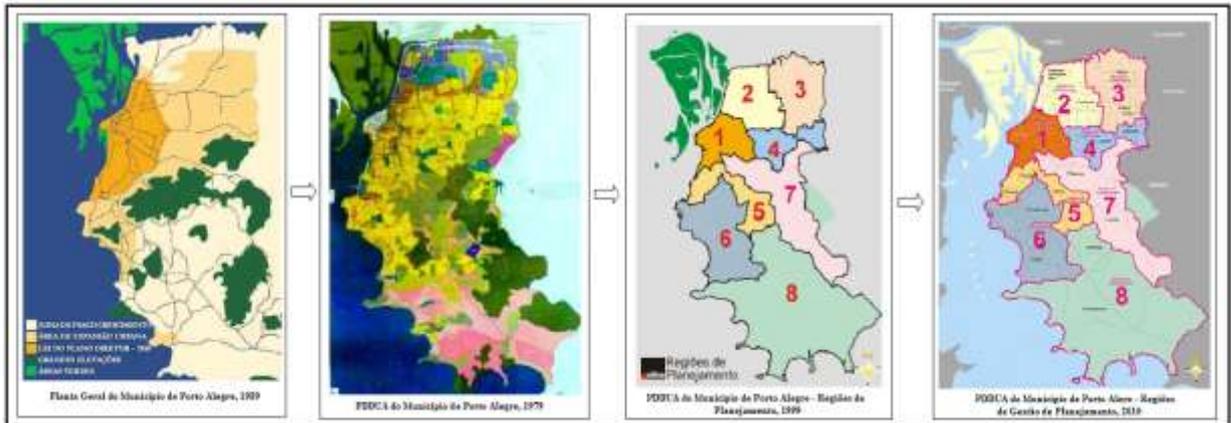
Ao analisarmos a Figura 7, assim como a evolução histórica do planejamento urbano da cidade de Porto Alegre (Figura 6) perceberemos a justaposição entre a fragmentação do espaço urbano e a segregação espacial.

O Plano Diretor de Porto Alegre de 1959, reflexo da Carta de Atenas de 1933, trazia o zoneamento como principal guia de planejamento. Através dele, cada parte da cidade foi destinada a um setor econômico e uma classe social, tendências que permanecem cristalizadas no espaço urbano de Porto Alegre. Cabe ressaltar que neste Plano Diretor, a totalidade do município não foi abrangida.

A tendência da criação de zonas segue na década de 1970, com a consolidação das normas do primeiro Plano Diretor de Porto Alegre de 1979. Neste plano, os setores recebem a terminologia de Unidades Territoriais de Planejamento (UTP) o que, na prática, não rompe com o zoneamento proposto no Plano Diretor de 1959, porém, passa a determinar o uso e ocupação de toda a cidade.

O segundo PDDU de Porto Alegre, instituído em 1999, foi chamado de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) e trouxe mudanças significativas quanto à gestão do solo urbano, que passou a ser realizada através de Planos de Ação Regional. A mudança conceitual e prática, porém, traz o espaço urbano de Porto Alegre de forma fragmentada em regiões. As alterações realizadas no último PDDUA (lançado em 1999) trazem uma ampla revisão do Plano Diretor de Porto Alegre conforme os ditames do Estatuto da Cidade de 2001. Segundo o Estatuto, a participação na elaboração do Plano Diretor deve ocorrer de forma democrática, com a cooperação ampla da população e associações representativas desta. A subdivisão do município em regiões muda de nomenclatura novamente, denominadas regiões de planejamento (PORTO ALEGRE, 2010).

Figura 6 - Evolução do Planejamento Zonal de Porto Alegre de 1959 a 2010:

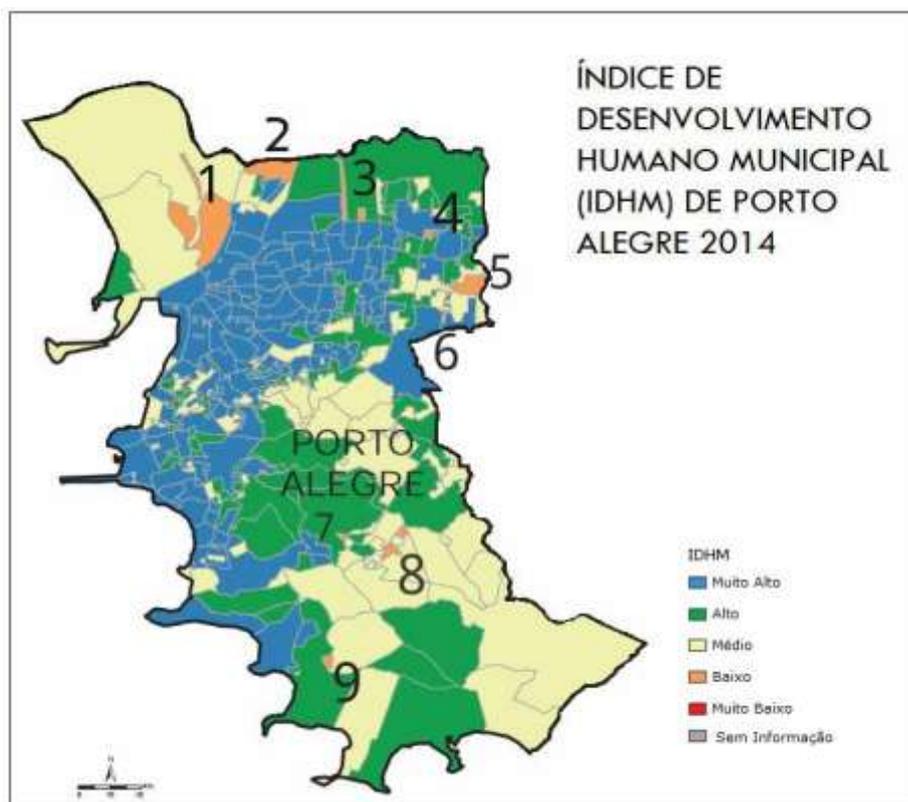


Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2015. Elaboração: Nanashara D'Ávila Sanches.

Após 56 anos da divulgação do primeiro Plano Geral de Porto Alegre podemos observar o que Lefebvre aborda em sua teoria da produção do espaço quanto à fragmentação. O ordenamento racional e lógico da cidade levou à produção do espaço urbano de Porto Alegre a práticas espaciais de segregação. Isto pode ser demonstrado partir dos dados censitários dos bairros de Porto Alegre (Figura 7). Ora, se às áreas centrais destinam-se o comércio e os serviços, a demanda por trabalho nessas áreas será muito maior em comparação às áreas periféricas. E ainda, ficam delegados principalmente ao centro da cidade, via Planos Diretores, equipamentos, infraestrutura e serviços urbanos essenciais à qualidade de vida da população como escolas e hospitais.

Abarcando estes três elementos citados – emprego, educação e saúde – têm-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Este dado abrange como indicadores: renda, educação e longevidade e tem como resultado um valor de 0 a 1. Quanto mais próximo ao 1, melhor é o desenvolvimento humano no bairro na unidade representada. O mapa da Figura 7 mostra, em uma escala de muito alto a muito baixo os IDHM dos bairros de Porto Alegre, e são indicativos da segregação espacial existente na cidade.

Figura 7 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos Bairros de Porto Alegre – 2014:



Fonte: Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2014).  
Edição: Nanashara D'Ávila Sanches

Conforme o mapa, os bairros que apresentam IDHM baixos são: Arquipélago (1), Humaitá (2), Sarandi (3 e 4), Mário Quintana (5), Morro Santana (6), Restinga (7 e 8) e Belém Novo (9), todos bairros periféricos. Em contrapartida, nos bairros centrais, os IDHM apresentados representam níveis muito altos. Mais do que demonstrar a segregação espacial existente em Porto Alegre, este mapa já evidencia o retrocesso social que o reassentamento de qualquer comunidade central para os bairros citados causa e poderá causar. No caso da VC, a remoção do bairro Praia de Belas (central) para o bairro Morro Santana (periférico) dá um indicativo desta mudança abrupta, uma vez que a acessibilidade a diversos serviços era garantida no centro, ao contrário do que ocorre no bairro Morro Santana.

### **2.3 Segregação Residencial e formação de guetos em Porto Alegre/RS**

Como visto anteriormente, a segregação é a expressão espacial das diferentes classes sociais que compõem a cidade (CORRÊA, 1999) e, de forma extrema, a segregação socioespacial leva à segregação residencial, à formação de guetos. Para Wacquant (2004) os guetos apresentam como características: a pobreza, resultante da escassez de espaço; o adensamento; a precarização das condições de trabalho e sustento de seus residentes; o maltrato generalizado; e a imposição da segregação residencial por um grupo externo.

Ao menos duas destas características podem ser observadas quando se trata de remoções de comunidades pobres: o adensamento e a imposição da segregação residencial por um grupo externo. Em Porto Alegre, assim como no Brasil, o início e metade do século XX foram marcados por reformas urbanas impositivas e excludentes. Os pilares que sustentavam a cidade moderna, ligados ao embelezamento paisagístico e assepsia da cidade não combinavam com a existência de cortiços, casebres e becos nos centros urbanos (MARICATO, 2001). Assim, muitas comunidades foram removidas para as periferias de Porto Alegre. Essas remoções intensificaram-se nos últimos anos, conforme a Tabela 1, e contrapõem a política urbana dos anos 1990 que ocorria na cidade. Neste período, as comunidades pobres de Porto Alegre foram mantidas em seu território de formação através de contratos de concessão de uso de terrenos municipais. Nas localidades, foram construídos Projetos Habitacionais, com a manutenção das comunidades nos bairros de origem. Os contratos eram de 30 anos, prorrogáveis pelo mesmo período. A lógica da concessão de uso de habitação construída pela Prefeitura de Porto Alegre foi mantida, porém, combinada à remoção de comunidades. A Tabela 1 não traz a totalidade das remoções ocorridas na história de Porto Alegre. Trata-se de um levantamento feito a partir de bibliografias consultadas.

Tabela 1 - Histórico das Remoções em Porto Alegre até o ano de 2014:

<b>Comunidade</b>	<b>Ano de Remoção</b>	<b>Bairro de Origem</b>	<b>Bairro de Destino</b>	<b>Número estimado de pessoas removidas</b>
Ilhota	1967	Centro	Cidade Baixa	-
Cristal	1967	Farrapos	Restinga	-
Surgida das Águas e Doca das Frutas	1967	Farrapos	Restinga	-
Vila São João	1967	Farrapos	Restinga	-
Estrada de Canoas	1967	Farrapos	Restinga	-
Rua Arlindo	1967	Farrapos	Restinga	-
Rua São Francisco de Assis	1967	Farrapos	Restinga	-
Rua São Jorge	1967	Farrapos	Restinga	-
Vila Forno do Lixo	1967	Farrapos	Restinga	79
Vila Lulu	1969	Farrapos	Restinga	
Vila dos Marítimos	1970	Farrapos		47
Vila Santa Luzia	1970	Farrapos	Restinga	46
Vila Maria da Conceição	1971	Farrapos	Partenon	18
Dona Teodora	1973	Farrapos	Restinga	-
Vila Dique II	1973	Anchieta	Restinga	-
Vila Foz	2009	Cavanhada	Vila Nova	24
Vila Icarai I	2009	Cavanhada		11
Vila Icarai II	2009	Cavanhada		7
Chocolatão	2011	Praia de Belas	Morro Santana	732
Pantanal	Em andamento	Santa Tereza		-
Upamoroti	Em andamento			623
Vila Ângelo Corso	Em andamento	Cavanhada		-
Vila Barbosa Neto	Em andamento	Cavanhada		-
Vila Campos Velho	Em andamento	Cavanhada		-
Vila Cristal	Em andamento	Cristal	Cristal	410
Vila Cruzeiro do Sul	Em andamento	Santa Tereza		80
Vila Dique	Em andamento	São João	Rubem Berta	992
Vila dos Comerciantes	Em andamento	Cristal	Cristal	10
Vila Floresta	Em andamento	São João	Rubem Berta	13
Vila Gastão Mazon	Em andamento	Cristal	Cristal	143
Vila Hípica	Em andamento			384
Vila Maria	Em andamento	Cristal	Cristal	119
Vila Nazaré	Em andamento	São João	Sarandi	1.223
Vila Nossa Senhora das Graças	Em andamento			7
Vila Santo André	Em andamento		Restinga	20

Vila Silva Paes	Em andamento	Cristal	Cristal	175
Vila Tronco	Em andamento	Cristal	Cristal	386

Fonte: MEDEIROS, 1951; MORAES, 2008; GAMALHO, 2009; DEMHAB, 2011.

Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches, 2011.

Duas remoções sobressaem-se no histórico porto-alegrense. Isto se dá por alguns fatores: pela quantidade de pessoas removidas, pela condição dos reassentados (realizados para terrenos à margem do mercado de consumo do solo urbano), e pela distância da realocação. São os casos da Restinga, ocorrido em 1967, no qual 15.000 pessoas foram removidas e o da VC, em 2011, quando aproximadamente 730 pessoas foram realocadas para um terreno 13,5 km distantes de seu território de origem, ambas removidas do centro da cidade para a periferia.

A remoção das “Vilas das Malocas” do bairro Farrapos (bairro central da cidade) para o atual complexo industrial da Restinga está muito bem exposta na dissertação de mestrado de Nola Patrícia Gamalho.

Em seu trabalho, Gamalho (2009) demonstra que as relações de solidariedade entre os indivíduos removidos do centro da cidade tornaram-se mais fortes, assim como a afeição de cada morador pelo seu novo bairro, entre outras conclusões. Nos dois casos, a remoção foi pressionada pelo Estado em detrimento de obras de revitalização urbana. No caso da Restinga, para ampliação de vias, e da VC, oficialmente para construção de um estacionamento.

Embora em épocas distintas, estas ocupações irregulares apresentavam organizações bem estruturadas no centro da cidade, com vínculos e laços de pertencimento e poderiam seguir habitando o centro, porém com o direito a habitações dignas assegurado.

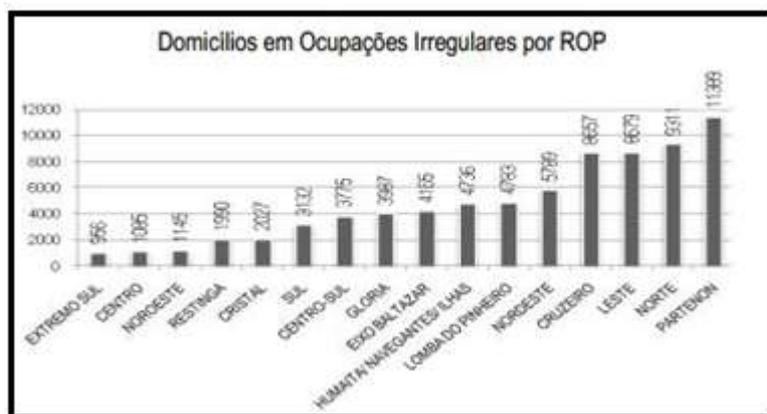
Outros casos que devem ser citados são os da Vila Dique e da Vila Tronco, comunidades analisados por Lucimar Fátima Siqueira no artigo “A questão da moradia em tempos de Copa do Mundo em Porto Alegre” (2015). Ambas comunidades estão em processo de remoção devido às obras de mobilidade relacionadas à Copa de Mundo de 2014. A Vila Dique constitui-se no processo de reassentamento de maior duração atualmente em Porto Alegre. A retirada das famílias do território de origem ocorreu. Contudo, o reassentamento foi feito parcialmente. Grande parte das famílias da Vila Dique foram reassentadas em casas improvisadas em diversas regiões de Porto Alegre, o que gerou diversos protestos e manifestações de ativistas e intelectuais. A Vila Tronco está em processo de remoção e em situação semelhante. Porém, as remoções da Vila Tronco estão sendo realizadas através do pagamento do Bônus Moradia, disponibilizado pela Prefeitura de Porto Alegre. Tal bônus tem

valor reduzido, o que ocasiona a procura por moradia de baixo valor usualmente encontradas nas periferias de Porto Alegre.

Percebemos que são diversos os mecanismos que causam a periferização das comunidades carentes e as remoções estão inseridas nas políticas públicas relacionadas à organização do espaço urbano, reforçadas pela higienização dos centros e pela viabilização de megaeventos. De forma geral, a política de remoções demonstra-se paliativa, não dando a correta abordagem para finalizar com o processo de segregação residencial, não só do centro, mas da cidade como um todo. O que podemos perceber é que este tipo de prática de planejamento urbano realocou a segregação para outros bairros, intensificando a quantidade de moradias em ocupações irregulares nas periferias, como demonstra o Gráfico 1. Neste gráfico fica nítida tal dinâmica em Porto Alegre, no qual os aglomerados subnormais são representados. Este quadro apresenta os bairros em que há aglomerados com 51 ou mais unidades habitacionais sem título de propriedade e com ao menos uma destas características:

- Irregularidade das vias de circulação;
- Irregularidade do tamanho e forma dos lotes;
- Carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

Gráfico 1 - Domicílios em Ocupações Irregulares por Regiões do Orçamento Participativo de Porto Alegre:

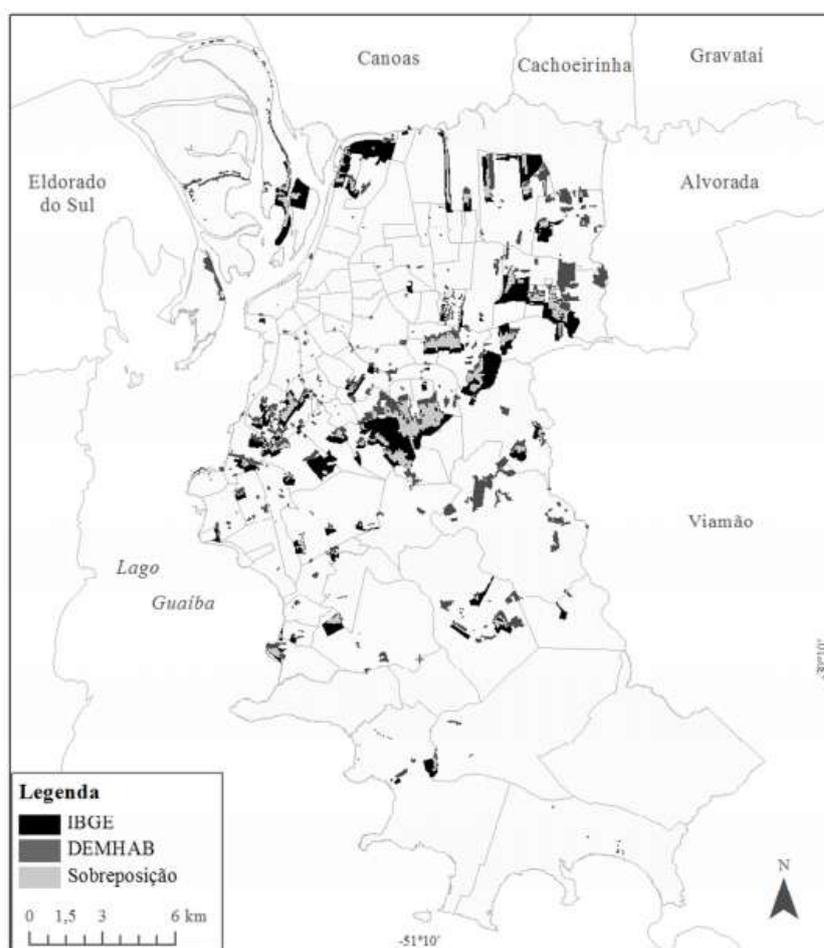


Fonte: Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (DEMHAB, 2008).

No entanto, os dados referentes à formação de aglomerados subnormais são controversos. Segundo o IBGE (2010) há em Porto Alegre 108 aglomerados subnormais, enquanto que os dados do DEMHAB (2008) apontam a existência de 488 aglomerados, conforme a Figura 8. Compreende-se que a metodologia utilizada entre IBGE e o poder

municipal são diferentes (uma vez que o IBGE não conta aglomerados com menos de 51 unidades), mas há uma discrepância entre os dados. É possível que esta discrepância esteja relacionada à falta de identificação da situação fundiária de muitas comunidades por parte da Prefeitura, o que dificulta uma classificação exata da quantidade de aglomerados subnormais e favelas em Porto Alegre.

Figura 8 - Ocupação Irregular de acordo com as metodologias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre – 2008 e 2010:



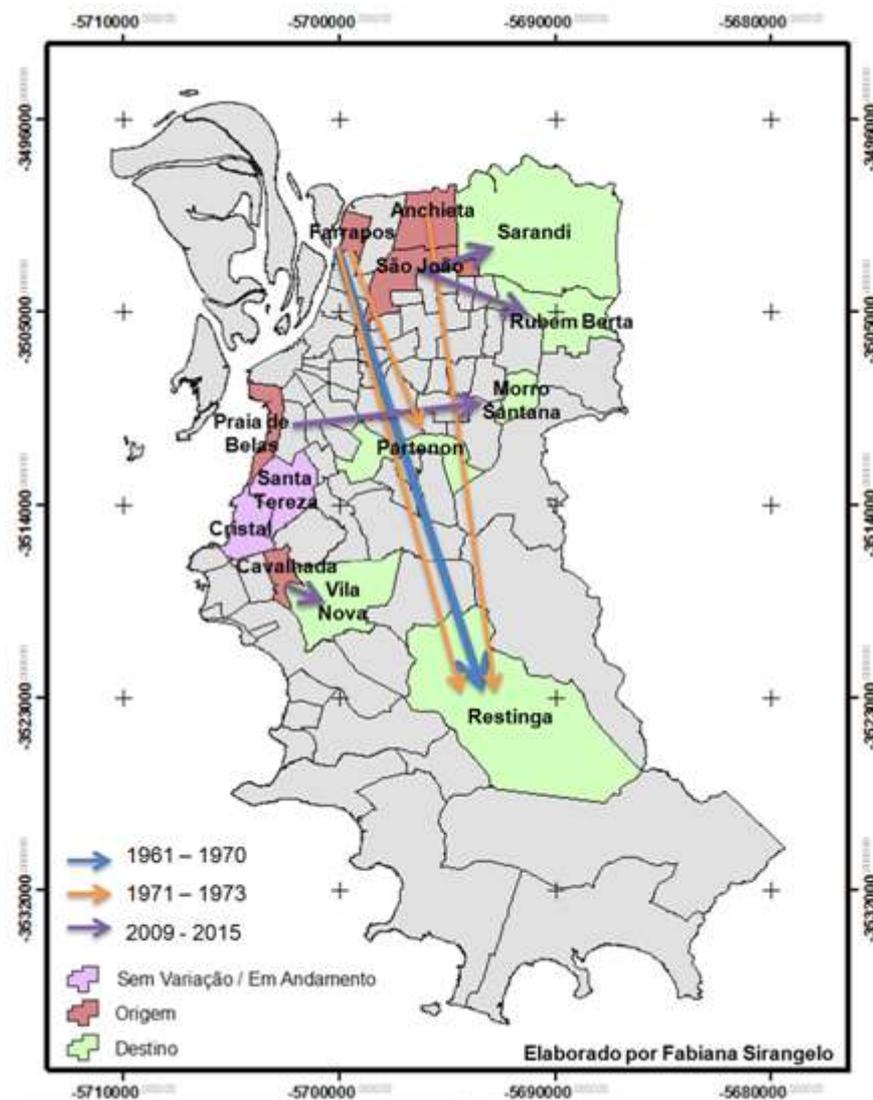
Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010 e DEMHAB, 2008.  
Produzido por Mariana Lisboa Pessoa (2015).

Os índices de domicílios em ocupações irregulares encontram-se principalmente nas zonas norte, leste e nordeste de Porto Alegre, constituídas pelos bairros Sarandi, Partenon, Bom Jesus, Chácara das Pedras, Jardim Carvalho, Jardim do Salso, Jardim Sabará, Morro Santana, Três Figueiras, Vila Jardim e Mário Quintana. Estes bairros apresentam históricos

semelhantes. Ou são constituídos há muitos anos por vilas e favelas irregulares ou são bairros que se tornaram depositários de remoções. O mapa da Figura 9 representa a orientação de parte das remoções e reassentamentos ocorridos em Porto Alegre dos anos de 1960 a 2015.

O mapa mostra que na década de 1960 houve remoções em uma única direção. Cerca de dez comunidades foram removidas para o bairro Restinga de Porto Alegre.

Figura 9 - Remoções de Porto Alegre – 1960 a 2015:



Fonte: Tabela 01 desse trabalho.  
Elaboração: Fabiana Rauber Sirangelo, 2015.

Na década de 1970 as remoções para o bairro Restinga consolidam-se e abrem-se na cidade novos bairros que receberam comunidades pobres, principalmente nos bairros localizados ao norte do município como Rubem Berta e Sarandi.

O último fluxo de remoções aponta para a consolidação de comunidades carentes e ocupações irregulares nos bairros a nordeste da cidade. Somente em 2011, situavam-se no bairro Mário Quintana 25 ocupações irregulares (AGB-POA, 2011).

Como analisado anteriormente, a produção do município de Porto Alegre segue as tendências do mercado imobiliário internacional que prima pela (re)valorização dos centros urbanos e relegam às populações mais pobres as periferias da cidade. Concomitante a isto, observa-se a formação de guetos, representado pelo caso da VNC.

Trata-se de um processo de higienização dos centros urbanos, onde comunidades carentes perdem seu espaço, apesar de o terem construído ao longo de anos.

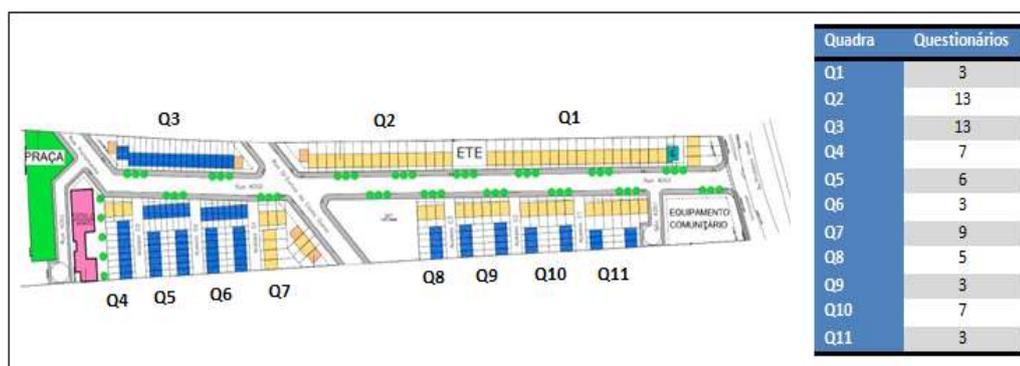
O que observa-se é que a formação destes bairros periféricos são consequência de sucessivas remoções que ocorreram na formação do município de Porto Alegre.

### 3. VILA CHOCOLATÃO: DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO

Neste capítulo serão usados dados provenientes do Levantamento Socioeconômico da Vila Nova Chocolateão (Anexos 2 e 3). As porcentagens são referentes a uma amostra de 269 moradores que residem em 72 casas de um total de 181.

Os resultados tratam-se de estimativas, ou seja, são valores aproximados, dada a amostra que foi coletada, que não corresponde à totalidade dos moradores. Os questionários foram obtidos em diversas partes da VNC conforme a Figura 10:

Figura 10 - Distribuição do levantamento socioeconômico da Nova Vila Chocolateão:



Fonte: Projeto de trabalho técnico social: Vila Chocolateão. DEMHAB, 2010.  
Editado por: Nanashara D'Ávila Sanches.

Também serão utilizados os relatos contidos nos cadernos de campo, produzidos juntamente com os questionários nos anos de 2013 e 2014, além das opiniões de duas lideranças comunitárias da Vila Chocolateão.

### 3.1 Caracterização Socioeconômica da Vila Nova Chocolate

A amostra extraída dos questionários respondidos pelos moradores da VNC é composta por 269 pessoas, 72 mulheres e 65 homens (de 19 até acima de 64 anos), 54 crianças de zero a seis anos, 52 crianças de sete a 14 anos e 26 adolescentes de 15 a 18 anos, conforme a Tabela 2. No total, a quantidade de homens corresponde a 53% da amostra, enquanto as mulheres são 47%.

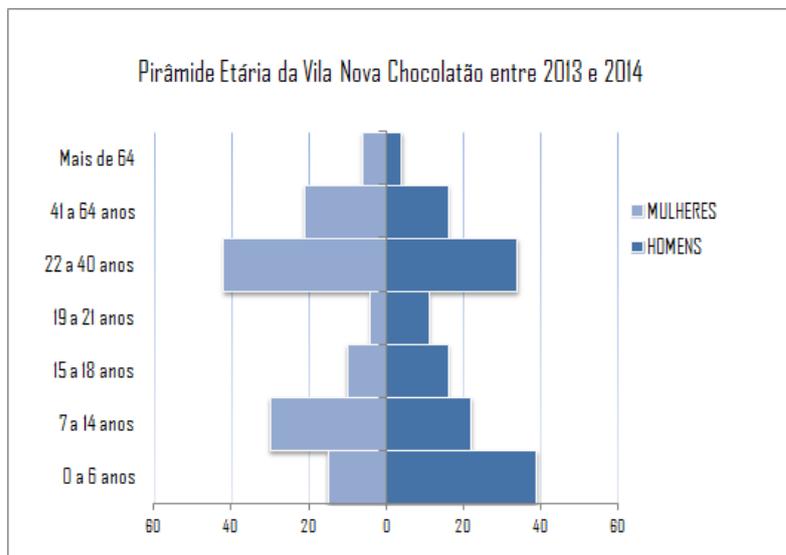
Tabela 2 - Distribuição da Amostra por Faixa Etária e Sexo:

AMOSTRA	HOMENS	MULHERES
0 a 06 anos	39	15
07 a 14 anos	22	30
15 a 18 anos	16	10
19 a 21 anos	11	4
22 a 40 anos	34	42
41 a 64 anos	16	20
Mais de 64 anos	4	6

Fonte: Questionários coletados pelo Grupo Assessoria Justiça Popular – GAJUP/UFRGS.  
Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches.

De forma geral a amostra apresenta majoritariamente indivíduos entre idades que vão de zero a seis anos e de 22 a 40 anos, conforme a pirâmide etária (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Pirâmide etária da Vila Nova Chocolatão entre 2013 e 2014:



Fonte: Questionários coletados pelo Grupo Assessoria Justiça Popular – GAJUP/UFRGS.  
Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches.

Observa-se que as faixas menos representativas têm de 19 a 21 anos (6%) e os idosos, com mais de 64 anos (4%). O maior número de homens corresponde à faixa etária de zero a seis anos (27,5%), seguido pela faixa etária que vai de 22 a 40 anos (24%). Em relação às mulheres, a faixa etária predominante vai de 22 a 40 anos (33%), seguida pela faixa que vai dos 7 a 14 anos (24%).

Estes dados revelam que a maior parte da VNC corresponde à População em Idade Ativa (PIA)<sup>1</sup> representando 61% da amostra. 39% da amostra correspondem a jovens e crianças.

Os dados também mostram que de um total de 163 pessoas em Idade Ativa, 61 trabalham com carteira assinada ou tem vínculo empregatício, o que corresponde a 37% da amostra. Duas mulheres alegaram trabalhar com vínculo empregatício entre sete e 14 anos. Dentre os 61, 27 são mulheres e 34, homens. A maioria dos homens e mulheres que trabalham com carteira assinada ou tem vínculo empregatício tem idades entre 22 e 40 anos, correspondendo a 50% (da amostra masculina) e 48% (da amostra feminina),

---

<sup>1</sup> População em Idade Ativa (PIA): Pessoas acima de 15 anos (PNAD, 2010).

respectivamente. Os dados também apontam para a entrada de jovens mulheres mais cedo no mercado de trabalho, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - Percentual de homens e mulheres com carteira assinada ou com vínculo empregatício:

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	% H	% M
07 a 14 anos	0,00%	6,90%
15 a 18 anos	11,76%	3,45%
19 a 21 anos	20,59%	13,79%
22 a 40 anos	50,00%	48,28%
41 a 64 anos	17,65%	27,59%
Mais de 64	0,00%	0,00%

Fonte: Questionários coletados pelo Grupo Assessoria Justiça Popular – GAJUP/UFRGS.  
Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches.

Entre a PIA, 38 pessoas (23%) trabalham sem vínculo empregatício ou são autônomos. Destes, 11 são mulheres e 27 são homens estando ambos majoritariamente na faixa entre 22 e 40 anos, correspondendo a 52% (da amostra masculina) e 63% (da amostra feminina), respectivamente, em comparação às outras faixas etárias do mesmo sexo, conforme a Tabela 4:

Tabela 4 - Porcentagem de homens e mulheres que trabalham sem vínculo empregatício e autônomos:

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	%H	%M
07 a 14 anos	0,00%	0,00%
15 a 18 anos	11,11%	0,00%
19 a 21 anos	11,11%	0,00%
22 a 40 anos	51,85%	63,64%
41 a 64 anos	22,22%	36,36%
Mais de 64	3,70%	0,00%

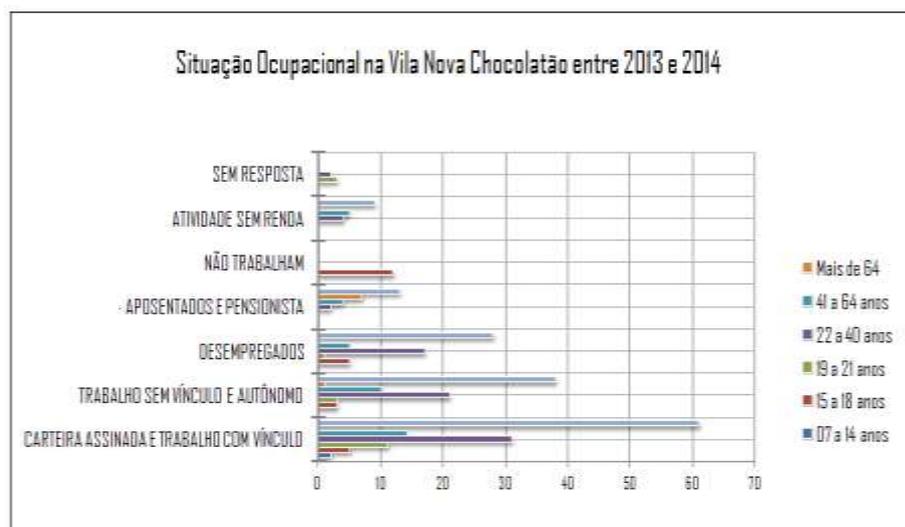
Fonte: Questionários coletados pelo Grupo Assessoria Justiça Popular – GAJUP/UFRGS.  
Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches.

Entre os desempregados temos 19 mulheres e nove homens, num total de 28 pessoas (17% da PIA). Nove mulheres (5%) declararam exercer atividades sem remuneração e 13 pessoas (8% da amostra) estão aposentados ou são pensionistas, conforme o Gráfico 3. Uma mulher declarou estar recebendo auxílio-doença do INSS e 12 declararam que não trabalham (7% da amostra).

Cinco pessoas não souberam responder a ocupação de algum dos residentes de seu domicílio.

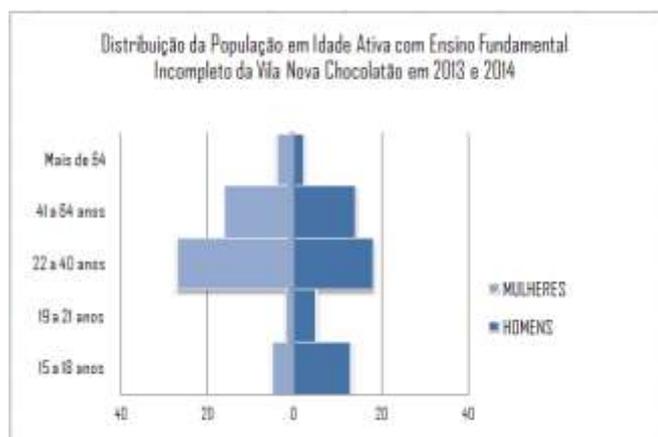
Constata-se que do total da PIA, oito pessoas declararam-se não-alfabetizadas ou nunca estudaram, correspondendo a 5% da amostra e 106 não concluíram o Ensino Fundamental, correspondendo a 65% da população. Os dados são representados nos gráficos 4 e 5.

Gráfico 3 - Situação Ocupacional da Vila Nova Chocolateão entre 2013 e 2014:



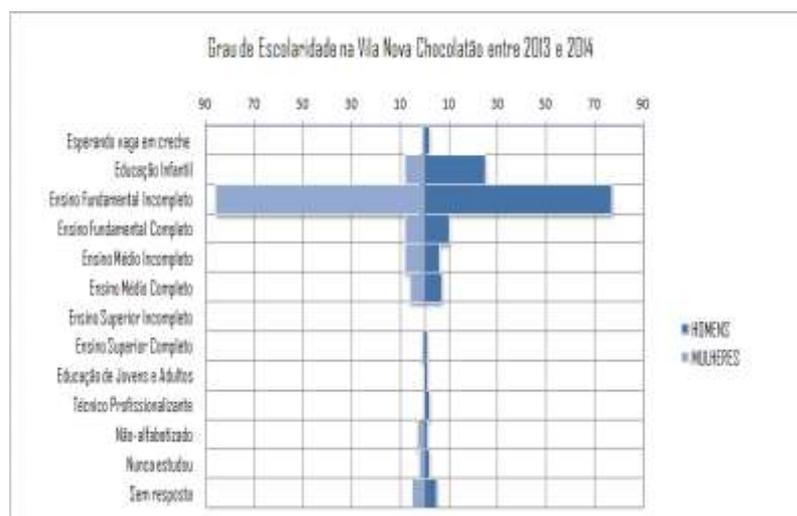
Fonte: Questionários coletados pelo Grupo Assessoria Justiça Popular – GAJUP/UFRGS. Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches.

Gráfico 4 - Distribuição da População em Idade Ativa com Ensino Fundamental Incompleto da Vila Nova Chocolateão em 2013 e 2014:



Fonte: Questionários coletados pelo Grupo Assessoria Justiça Popular – GAJUP/UFRGS. Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches.

Gráfico 5 - Grau de Escolaridade Total da Vila Nova Chocolateão em 2013 e 2014:



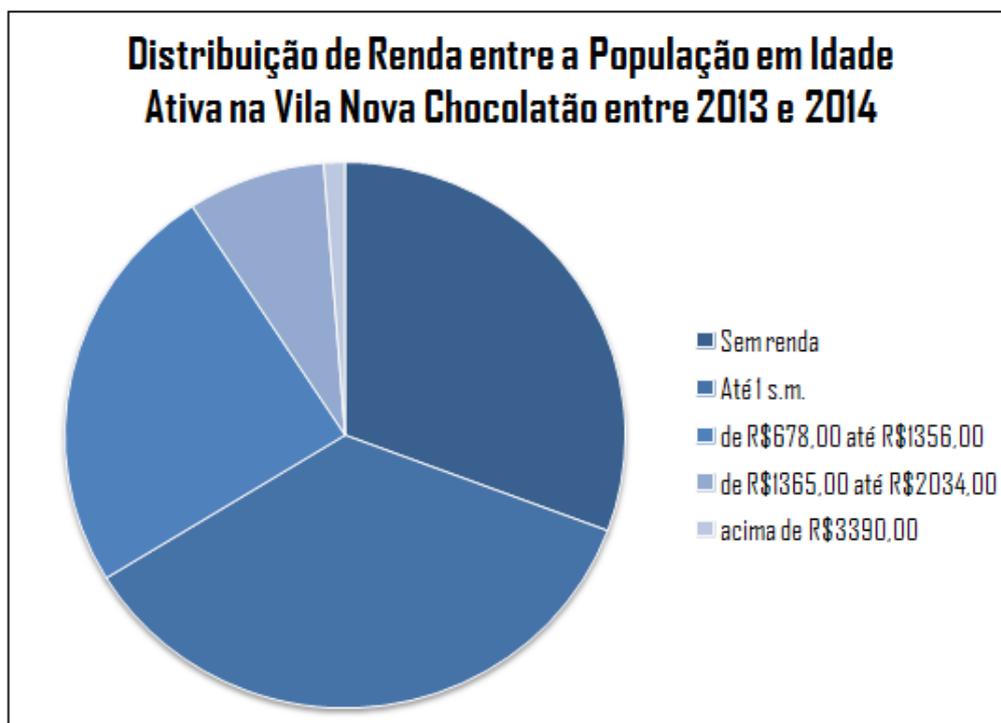
Fonte: Questionários coletados pelo Grupo Assessoria Justiça Popular – GAJUP/UFRGS.  
Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches.

O Gráfico 4 demonstra que o perfil de jovens e adultos com baixa escolaridade é em sua maioria do sexo feminino, com pouca diferença para o sexo masculino, correspondendo a 51% e 49% da PIA. Contudo, os dados revelam que a maioria dos jovens com baixa escolaridade são homens (entre 15 e 21 anos), enquanto as mulheres entre 22 e 64 anos representam a maioria neste quesito.

O Gráfico 5 representa a totalidade da amostra, incluindo jovens que não terminaram o Ensino Fundamental, mas que seguem estudando. Importante analisarmos que nenhum dos entrevistados declarou estar cursando o Ensino Superior.

Os dados de escolaridade refletem a baixa remuneração dos moradores da VNC. Isto é corroborado pelos dados de renda da PIA, que revelam que 58 pessoas recebiam até um S.M. na época (R\$678,00), ou seja, 36% da população e ainda, 50 pessoas, ou seja, 31% declararam-se sem renda, conforme o Gráfico de Setores 6.

Gráfico 6 - Distribuição de Renda entre a População em Idade Ativa na Vila Nova Chocolatão entre 2013 e 2014:



Fonte: Questionários coletados pelo Grupo Assessoria Justiça Popular – GAJUP/UFRGS.  
Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches.

O perfil etário da VC era jovem, apresentando 69% da população com idade até os 29 anos (DEMHAB, 2010, p. 13). A população em idade escolar (zero a 14 anos) correspondia a 45% e os idosos com mais de 64 anos correspondiam a 2%, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 - Distribuição da População da VC por Faixa Etária:

Faixa Etária	Nº Indivíduos	Percentual
Menos de 7 anos	159	21,7
De 7 a 14 anos	169	23,1
De 15 a 21 anos	89	12,2
De 22 a 28 anos	91	12,4
De 29 a 35 anos	75	10,2
De 36 a 42 anos	42	5,7
De 43 a 49 anos	52	7,1
De 50 a 54 anos	24	3,3
De 55 a 59 anos	15	2,1
De 60 a 64 anos	04	0,6
65 anos e mais	12	1,6
<b>Total</b>	<b>732</b>	<b>100</b>

Fonte: PTTS – Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre.  
Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches.

Isto muda na VNC que, de acordo com a amostra, apresenta uma população majoritariamente adulta, entre os 22 e 40 anos, seguida por crianças e adolescentes entre sete e 14 anos. A população em idade escolar diminuiu, correspondendo a 39% da amostra da VNC, resultado relativamente menor em comparação ao da VC, de 45% (Vide Gráfico 7). O percentual de idosos acima dos 64 anos apresenta-se maior na VNC, correspondendo a 4% da amostra, conforme a Tabela 6.

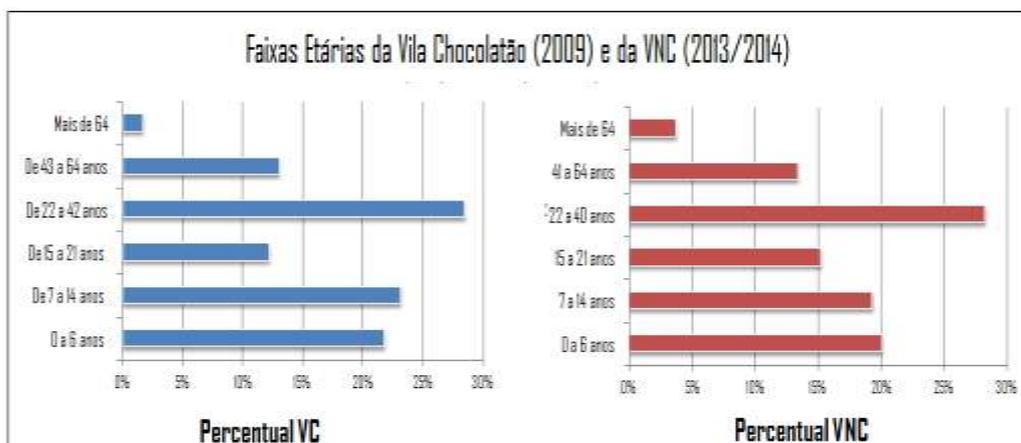
Tabela 6 - Distribuição da População da VNC por Faixa Etária:

FAIXA ETÁRIA	Nº Indivíduos	Percentual
0 a 06 anos	54	20,00%
07 a 14 anos	52	19,26%
15 a 18 anos	26	9,63%
19 a 21 anos	15	5,56%
22 a 40 anos	76	28,15%
41 a 64 anos	37	13,70%
Mais de 64 anos	10	3,70%
<b>Total</b>	<b>270</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: PTTS – Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre.  
Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches.

A proporção entre homens e mulheres segue próxima após a remoção, correspondendo a 51% de homens e 49% de mulheres na VC e 53% de homens e 47% de mulheres na VNC. Já a PIA, que era de 54% na VC, aumenta na VNC para 60%.

Gráfico 7 - Faixas Etárias da Vila Chocolateão (2009/2010) e da VNC (2013/2014):



Fonte: PTTS – Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (2009) e questionários GAJUP (2013/2014). Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches.

Estes dados podem revelar o amadurecimento da população analisada. Entretanto, os dados do questionário apontam que um terço dos moradores da VNC (30%) provém de outros bairros e cidades e não configura a população da VC, analisada no PTTS do DEMHAB.

De forma geral, não há uma mudança significativa se compararmos as faixas etárias entre a VC e a VNC.

Quanto à escolaridade, a localização privilegiada da VC, no centro da cidade, possibilitava a inserção da maioria das crianças e jovens nas escolas da região. A maioria da população em idade escolar estudava na Escola Porto Alegre, localizada em frente à comunidade. Tal escola apresenta uma organização diferenciada das demais, sendo voltada para o atendimento de crianças e de adolescentes excluídos ou em situação de rua (DEMHAB, 2010).

No centro, os dados do DEMHAB apontam que dentre as crianças de zero a seis anos, 31% frequentavam creches e escolas de educação infantil e 97,5% dos adolescentes entre sete e 14 anos estudavam em escolas do bairro Praia de Belas e imediações.

Este cenário muda na VNC.

No total, a amostra apresenta 54 crianças de zero a seis anos. Destas, 34 estão na creche da VNC (63%), três estão matriculadas nos colégios próximos à comunidade (6%) e 17 estão esperando vaga na creche da comunidade (31%).

A existência de um equipamento público como a creche é fundamental para a educação das crianças que vieram da VC. Entretanto, a creche não comporta a totalidade das crianças que moram na comunidade.

Segundo relatos de moradores da VNC, a falta de vagas na creche ocorre devido à matrícula de crianças externas à comunidade (Cadernos 1 - p.25 e 29; 3 - p.5; 4 - p.7). Em verdade, faltam creches no bairro Morro Santana como um todo. Ainda segundo relatos, inicialmente foi cobrado R\$20,00 para cada criança matricular-se na creche (Caderno 1, pg. 25).

Entre os 52 jovens e adolescentes da VNC (sete a 14 anos) 2% ainda estudam no centro, 2% afirmam que nunca estudaram. Os 96% restantes estão matriculados em escolas próximas a VNC e em escolas de outros bairros.

De acordo com relato de morador, que aqui chamaremos de “B” logo após o reassentamento, as crianças de diversas idades ficaram em uma turma única. De acordo com “B”: “Tu via que não houve aprendizado.” (Caderno 1, p.12). Outro morador afirma que no

início houve conflitos nos colégios, com a chegada dos adolescentes da VC. De acordo com morador que aqui chamaremos de “C”, os conflitos levaram seu filho a perder um ano letivo e a estudar em uma escola localizada no município de Viamão (Caderno 4, p.8). Outro relato afirma que uma arma foi disparada dentro da sala de aula na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Victor Issler (Caderno 4, p.19).

Em geral, a população jovem da VNC mantinha, em 2013, os índices de alunos matriculados. Contudo, houve problemas na inserção dos estudantes nas escolas do novo bairro, o que prejudicou o ano letivo de 2011.

Importante considerar que, como citado anteriormente, na VC os baixos índices de escolaridade concentravam-se entre a PIA (52% do total dos moradores em Idade Ativa possuíam até cinco anos de estudo, DEMHAB, 2010). Na VNC, este percentual aumenta para 65% da amostra, em maioria mulheres adultas. Os índices de analfabetismo, contudo, não mudaram. Eram 6% da PIA na VC e apontam para 5% da PIA na VNC.

Quanto à renda, os resultados da amostra da VNC revelam que 17% da PIA estão em situação de desemprego. Em comparação à VC, este número é menor. Na VC, 23% da PIA declararam-se desempregada. Porém, esta comparação é feita entre a população original da VC e a população da VNC, da qual 30% procedem de outras localidades.

Por isso, para a análise de renda e possibilidades de trabalho, utilizaremos apenas os questionários dos antigos moradores da VC, que totalizam 51 questionários e 208 indivíduos. Destes 208 indivíduos, 122 configuram a PIA (com idade acima de 15 anos). Contudo, alguns indivíduos que em 2013 e 2014 tinham idades entre 15 e 18 anos não configuravam a PIA antes da remoção (ocorrida em 2011). Portanto, utilizaremos como base de cálculo da PIA a idade de 18 anos, tendo 103 pessoas que em 2011 já tinham 15 anos ou mais. Isto é importante para analisarmos a situação ocupacional e a renda média das famílias antes e após a remoção.

Assim, dos 103 indivíduos em Idade Ativa, sete afirmaram estar aposentados ou ser pensionistas (7%), 30 afirmaram não ter ocupação (29%) e 66 (64%) afirmaram estar trabalhando em diversas profissões, conforme a Tabela 7.

Tabela 7 - Ocupação dos antigos moradores da Vila Chocolate em 2013 e 2014:

<b>PROFISSÕES EM 2013 E 2014 – MORADORES DA VC</b>	
Atendente	Lavagem de carros
Auxiliar de serviços gerais (limpeza)	Limpeza Urbana
Azulejista	Operador de máquina
Bico (pequenos trabalhos)	Operador logístico
Borracheiro	Papeleiro
Caixa de supermercado	Pedreiro
Carpinteiro	Pipoqueira
Catador	Porteiro
Chapista	Reciclagem
Comerciante	Serralheiro
Construção	Servente de obra
Engraxate	Técnico Hidráulico
Entregador	Vendedor
Guardador de Carro	Vendedor de picolé e algodão doce

Fonte: Questionários coletados pelo Grupo Assessoria Justiça Popular – GAJUP/UFRGS.  
Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches.

Ao serem questionados sobre suas ocupações antes da remoção, um declarou-se aposentado (1%), 19 declararam não ter ocupação (18%) e 83 pessoas afirmaram que tinham trabalho, correspondendo a 81% da amostra.

Estes dados revelam que aumentou o número de pessoas sem ocupação e desempregadas na VNC. De acordo com os dados do questionário, 22 pessoas perderam o emprego após a remoção, ou seja, 21% da amostra. Destes 22, 15 declararam exercer atividades relacionadas à coleta, triagem e comercialização de resíduos sólidos, que configuram as principais atividades de geração de renda exercida pelos moradores da VC. Questionados sobre a possibilidade de trabalhar no galpão de reciclagem, 10 responderam que já trabalharam no galpão, mas não permaneceram devido à falta de infraestrutura e capacitação, conflitos internos e baixa remuneração. O principal problema de infraestrutura apontado pelos entrevistados está relacionado à infiltração e vazamento de esgoto, conforme a Fotografia 4.

Fotografia 4 - Vazamento de esgoto no galpão de reciclagem da Vila Nova Chocolatão:



Fonte: Acervo pessoal.

Os problemas que porventura surgiriam e a falta de capacitação para resolvê-los foram apontados por moradores antes da remoção, conforme relato proveniente do documento elaborado pela AGB-POA, que cita:

“Eles simplesmente disseram que tinha trinta e seis (36) vagas de trabalho e a gente teve que aprender por conta, mas aí a gente fez um cursinho, pra gente pegar e ver como é que é trabalhar. Só que o cursinho por si só é só um curso, ele não vai valer pros verdadeiros problemas que vão ter depois. Classificar material todo mundo consegue.” (AGB-POA, 2011, p. 15).

Atualmente há apenas um galpão de reciclagem na VNC, em detrimento de oito que havia na VC. Neste galpão há somente 36 vagas disponíveis. Isto fez com que muitos moradores da antiga VC perdessem sua fonte de renda. Como alternativa de subsistência, o PTTS apresentava em seu Eixo de Geração de Trabalho e Renda a oferta dos seguintes cursos de capacitação: Confeção de objetos com garrafas PET, *Cestaria* para confecção de materiais de decoração, Curso de papel *machê*, *Decopagem* de vidro, Customização de roupas, Confeção de fraldas descartáveis, Recarga de cartuchos de impressoras, Reciclagem artesanal de papéis e Reaproveitamento de tecidos.

Dentre os moradores antigos acima de 18 anos, 48% alegou que nunca foi convidado para a realização de curso profissionalizante e 6% alegaram que participaram do curso Pró-

Jovem e curso de azulejista. 46% alegaram que foram convidados, mas não puderam participar dos cursos. Nenhum membro alegou ter feito os cursos planejados pelo PTTS.

Tais fatores tiveram impactos na renda média dos moradores da VC que permaneceram na VNC. De acordo com os dados dos questionários, a renda média antes da remoção ficava entre R\$170,00 e R\$339. Após a remoção, a renda média é de R\$85,00 a R\$170. Os dados de renda média antes da remoção, encontrados nesta pesquisa, coincidem com os dados da pesquisa feita em 2009 e divulgados pelo DEMHAB em 2010. No ano de 2009 o S.M. correspondia a R\$465,00. À época, o PTTS afirmava que a renda média era de 0,73 salários mínimos por família, ou seja, R\$339,45 (DEMHAB, 2010).

Como analisado anteriormente, os moradores da VC tinham acesso a mais equipamentos de saúde em comparação à VNC. Porém, carecem os dados quanto ao atendimento de saúde que ocorria no centro da cidade. E ainda, o PTTS não abarcava previsões ou considerações quanto aos impactos do aumento de famílias a serem atendidas no bairro Morro Santana. Contudo, ele reconhece que a maioria dos moradores da VC era atendida no Centro de Saúde Santa Marta que dispõe, além de uma UBS, centros de especialidades para atendimentos nas áreas de oftalmologia, dermatologia, cardiologia, endocrinologia, geriatria, urologia, nutrição, odontologia, fonoaudiologia, saúde mental da criança e adolescente, entre outros. Neste posto, os moradores da VC tinham acesso à distribuição orientada de medicamentos e à realização de alguns exames como Raio-X dentário, eletroencefalograma, eletrocardiograma e audiometria (PORTO ALEGRE, 2015).

Na VNC, os moradores usufruem dos serviços de duas UBS e de um posto de ESF, mas a maioria dos moradores (74% da amostra) afirma que frequentam o ESF Tijuca, localizada no bairro Morro Santana. 8% alegou que frequenta a UBS Morro Santana no mesmo bairro e 7% recebem atendimento na UBS Bom Jesus, no bairro homônimo.

Ao serem questionados sobre o atendimento no ESF Tijuca, 17 (31%) declararam que são atendidos, 20 (38%) disseram que são atendidos às vezes e 15 (29%) afirmaram que não foram atendidos. Entre as razões pela falta de atendimento constam: não conseguem ficha (diariamente são disponibilizados dez fichas para atendimento e marcação de consultas. As fichas são distribuídas por ordem de chegada), falta de profissionais, falta de atendimento especializado e falta de atendimento domiciliar (Ver mais sobre em Anexo 8).

Quanto à obtenção de medicamentos, os entrevistados alegaram que os obtêm em farmácias populares, na UBS Bom Jesus, na ESF Tijucas e no Centro de Saúde Santa Marta.

Os que ainda frequentam o posto Santa Marta têm familiares com doenças como epilepsia, câncer, esclerose múltipla e bipolaridade.

Ao questionarmos os antigos moradores da VC sobre a qualidade do atendimento médico na VNC em comparação ao centro, 80% declaram que piorou, 14% declaram que tem a mesma qualidade e 6% acreditam que melhorou.

Em relação à moradia, a média de moradores por domicílio na VC era pequena, de três pessoas por moradia (DEMHAB, 2010). Destas construções, 80% eram feitas com restos de materiais de obras (Fotografia 5).

Fotografia 5 - Visão aérea: Vila Chocolateão, 2010:



Fonte: Arquivo pessoal.

Na VC, apenas 39% dos domicílios tinham acesso à rede de água e energia elétrica, cujos acessos se davam majoritariamente de forma clandestina e a grande maioria das casas não tinha instalações hidro-sanitárias (DEMHAB, *op. cit.*).

Contudo, no antigo terreno a comunidade tinha acesso a espaços de lazer e centros culturais. Podemos citar como exemplos a Usina do Gasômetro e o Parque Marinha do Brasil. A comunidade também usufruía de uma sede de moradores, local destinado para a realização de reuniões, assembleias e festas em geral. Além disso, como já supracitado, os moradores tinham acesso a equipamentos urbanos e de prestação de serviços.

Ao planejar o PTTS da VC, parte desta estrutura foi considerada.

Na VNC há dois espaços coletivos, uma praça e uma quadra de esportes. Há também uma biblioteca, destinada a atividades infanto-juvenis. Ao longo do tempo, a biblioteca passou a ser usada também para algumas reuniões, mas seu uso depende de autorização dos trabalhadores da ONG que a mantêm (ONG CIRANDAR - Centro de Integração de Redes Sociais e Culturas Locais). A VNC ainda conta, em sua estrutura, com uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e uma área de preservação, conforme Figura 4.

Adiante, analisaremos o grau de aprovação dos moradores da VNC quanto aos equipamentos e prestação de serviços.

Com relação à média de moradores por casa, os questionários apontam um aumento. Este índice subiu para 3,7 moradores por habitação.

No que se refere às condições de habitação, 71% dos entrevistados afirmaram que sua moradia apresentava problemas de infraestrutura, apontando para má qualidade da fiação elétrica, existência de infiltrações (goteiras) e rachaduras e vazamento de esgoto interno e externo às casas. 63% afirmaram que pretendiam modificar ou ampliar sua moradia.

De fato, várias moradias já foram modificadas na VNC (Vide Fotografias 6, 7, 8 e 9). Trata-se de uma apropriação do novo território, assim como de uma necessidade, dadas às demandas apresentadas pelos entrevistados. A maioria dos entrevistados que afirmou que pretende modificar a moradia afirmou ser necessário construir mais peças devido à insuficiência de espaço das moradias e realizar reformas elétricas, hidráulicas e estéticas (piso e pintura).

Fotografia 6 - Residências da Vila Nova Chocolate em 2011:



Fonte: Jornal Correio do Povo – Versão Online (11/05/2011).

Fotografia 7 - Residências da Vila Nova Chocolateão em 2015:



Fonte: Arquivo pessoal.

Fotografia 8 - Residências da Vila Nova Chocolateão em 2013:



Fonte: Jornal do Comércio – Versão Online (21/10/2013).

Fotografia 9 - Residências ao serem entregues para os moradores da Vila Chocolate (sem piso) – 2011:



Fonte: ClicRBS – Versão Online (12/05/2011).

As fotografias revelam que as casas padronizadas foram alteradas conforme seus moradores se habituavam com a nova residência. Muitas casas foram pintadas de cores diferentes da original e algumas fachadas foram muradas tanto para proteção como para o aumento do espaço das habitações.

Cabe ressaltar que todas as casas tem fornecimento de luz e água, porém 67% dos entrevistados afirmaram que tem acesso à luz através de ligações clandestinas.

Quanto à infraestrutura e prestação de serviços, 26% dos moradores entrevistados consideram que as áreas de lazer disponíveis (praça, quadra de esportes e entorno) atendem às necessidades da VNC. 18% preferiram não responder e 56% afirmaram que as áreas de lazer não atendem às necessidades dos moradores e dentre as razões para tanto estão à falta de manutenção da praça (limpeza e iluminação), a localização da praça e principalmente da quadra, que é isolada e de difícil acesso, e a segurança. Alguns relatos trouxeram estas questões: “Fizeram totalmente errado aquela praça, chegaram a pegar gurias à força lá. Eu não levo meu filho lá em cima. É uma praça escondida, é usada para fazerem coisas erradas.” (Caderno 03, p.4). Outro morador também afirma que “A praça da comunidade é perigosa e virou local de uso de droga.” (Caderno 03, p.7).

Os moradores ainda apontam para problemas na área de preservação ambiental e na ETE. 29% dos entrevistados alegam que a área de preservação e a ETE estão em condições

adequadas. 19% não responderam e 49% afirmam que tais áreas não estão em condições adequadas devido à proliferação de insetos, vazamentos e alagamentos e que a área de preservação tornou-se local de descarte de resíduos e entulho.

Sobre a prestação de serviços, 58% dos moradores acredita que a coleta de resíduos feita pelo DMLU é boa (as possibilidades de resposta incluem “Ótimo”, “Bom”, “Regular”, “Ruim” e “Péssimo”).

Por fim, ao serem questionados sobre existir um local onde os moradores pudessem fazer reuniões e confraternizações (sede de associação de moradores), a grande maioria (71% da amostra) respondeu que não havia uma sede, e que gostariam que houvesse este tipo de espaço na comunidade.

Está é uma das principais pautas reivindicadas pelos moradores da VNC (vide reportagem do Jornal do Comércio de 21 de outubro de 2013 apresentada na Figura 11). Em quatro anos de reassentamento, o poder público não promoveu a construção de um local no qual os moradores da VNC pudessem se organizar e reunir-se para debater as questões que permeiam a convivência dos moradores dentro da comunidade.

Figura 11 - Reportagem “Moradores cobram avanços na Nova Vila Chocolatão”, publicada em 21 de outubro de 2013:



Fonte: Jornal do Comércio. Versão Online (21/10/2013).

Ademais, o trabalho realizado na VC desde 2012 culminou, além da realização desta dissertação, em algumas ações que surgiram a partir das necessidades elencadas nos questionários pelos moradores.

As principais demandas apresentadas pelos moradores ainda em 2012 foram primeiramente levadas ao Ministério Público Federal – MPF (Anexo 8) no qual foram elencados os problemas referentes à:

- Falta de qualificação para geração de renda após a remoção;
- Saída de antigos moradores da VC devido falta de condições de sustento;
- Baixa tecnologia no galpão de reciclagem;
- Falta de local para a Associação de Moradores;
- Dificuldade no pagamento de contas de energia elétrica;
- Pagamento de taxa em contraprestação à concessão especial de uso para fins de moradia;
- Cobrança da creche pela ONG que a administra com aval da Prefeitura de Porto Alegre;
- Inserção de pessoas que não faziam parte da VC no loteamento da VNC;
- Sobrecarga do atual posto de saúde da região.

Parte dos problemas foi resolvida. O MPF acionou o Poder Público Municipal, exigindo a reparação necessária dadas as dificuldades apresentadas pelos moradores. Contudo, apenas dois dos problemas foram solucionados através desta medida. A cobrança da creche foi interrompida, assim como o pagamento de taxa pelo uso das moradias (Anexo 9). Mas o galpão de reciclagem, a falta de uma sede para a Associação de Moradores, a falta de qualificação para geração de renda e os entraves para o acesso à saúde ainda são empecilhos para uma condição mais completa de cidadania.

Desde fevereiro de 2015, foram realizadas reuniões com os moradores da VC e ao longo da produção desta dissertação, os problemas acima citados foram trazidos, além de preocupação quanto à violência e o tráfico local. Como analisa Sennet (1999), a experiência de convivência em guetos usualmente leva a episódios frequentes de violência interna e externa à comunidade, e o bairro em que se localiza a VNC já era, antes da remoção, um dos mais violentos da cidade. Inclusive, um destes episódios impediu a realização de uma das

reuniões realizadas conjuntamente com os moradores, dado o assassinato de dois jovens na VNC, conforme Figura 12:

Figura 12 - Reportagem “Irmãos morrem baleados na Vila Nova Chocolatão” de 17 de Agosto de 2015:

The image is a screenshot of a news article from the website www.correiodopovo.com.br. The URL is visible at the top. The article is dated 17/08/2015 at 20:37, with an update at 20:42. The main headline is "Irmãos morrem baleados na zona Norte de Porto Alegre". Below the headline, it says "Polícia desconhece autoria e motivação do crime". There are social media sharing icons for Facebook, Twitter, and others. The article text states that the 20th Military Brigade found two brothers dead in the North Zone of Porto Alegre. The police officer responsible for the area, Luciano de Oliveira Machado, 24 years old, and Gustavo de Oliveira Machado, 19 years old, were shot by two men who fled in a red Fox car. The crime occurred in Vila Nova Chocolatão, Morro Santana, but the police does not have information on the author or motivation.

Fonte: Correio do povo, versão Online (17/08/2015).

A totalidade das dificuldades levou parte dos moradores a organizarem-se junto ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e auxiliam na coordenação da ocupação “Lanceiros Negros” realizada em 14 de novembro de 2015 no centro da cidade. A escolha por tal ação deu-se principalmente através dos debates sobre o direito à cidade e às condições de vida no centro de Porto Alegre, asseguradas antes da remoção.

Quanto à saúde, promoveu-se debate sobre mobilização e coesão da comunidade, pontos essenciais para a reivindicação conjunta por ampliação dos serviços que poderiam ser ofertados na UBS Tijucas. Porém, a desunião percebida em muitos momentos durante a realização desta pesquisa impossibilitou o planejamento de uma ação, visto a pouca participação dos moradores em muitas reuniões. No total, em torno de 20 pessoas participavam assiduamente das reuniões realizadas ao longo de 2015.

Mas duas resoluções importantes foram planejadas neste período. A primeira consiste na auto-construção da sede para a Associação de Moradores. Foi determinado um local propício para a sede, conforme Fotografia 10 e os participantes das reuniões comprometeram-se em buscar parceiros para a obtenção de material para a construção. Até o presente momento, tal projeto segue em andamento.

Fotografia 10 - Terreno passível de construção da sede da Associação de Moradores da Vila Nova Chocolatão:



Fonte: Arquivo pessoal.

Quanto às possibilidades de renda e educação, foram acionadas redes de professores que tivessem disponibilidade de ministrar aulas de Ensino para Jovens e Adultos (EJA). As aulas ocorrem na biblioteca da VNC no período noturno desde setembro de 2015.

Demais questões, como qualificação para geração de renda, quanto ao galpão e os problemas de droga e violência nos bairros são uma tendência nos bairros pobres de todas as

capitais brasileiras. Há muito mais para ser realizado. Até o momento, esta pesquisa gerou estes resultados.

### **3.2 Desterritorialização: histórico, remoção e reassentamento**

De acordo com o Laudo Técnico Socioeconômico do processo de reassentamento da Vila Chocolateira (AGB-POA, 2011) desde meados da década de 1980 a área onde constituiu-se a VC passou a ser ocupada principalmente por pessoas em situação de rua. Porém, relatos de moradores antigos indicam que famílias em situação de rua se instalaram na área a partir da década de 1970 (CAZANOVA, 2012).

A permanência e o aumento gradual da comunidade ocorreram devido à abundância de materiais recicláveis disponíveis na localidade, descartados diariamente pelos órgãos públicos próximos. Os materiais recolhidos eram armazenados em residências e depósitos na própria VC para após, serem revendidos para reutilização.

De acordo com a Prefeitura de Porto Alegre, as condições de armazenamento de papéis e outros resíduos inflamáveis seriam a grande causa para os 13 incêndios ocorridos na VC ao longo de seu histórico (PORTO ALEGRE, 2011). Contudo, carecem as reportagens que indiquem o número exato de incêndios ocorridos na VC. Em contrapartida, sobram informações sobre incêndios ocorridos na VC a partir de 2000 (Vide Anexos 4, 5 e 6), ano no qual é ajuizada a Ação Reivindicatória da área pela União (STROHAECKER, 2011). A partir disto, ficava determinado o reassentamento da comunidade, que veio ocorrer dez anos depois.

Entretanto, a decisão que determinou a reintegração também promoveu o aumento da VC como um todo. Este não é um fenômeno incomum. De acordo com SMOLKA (2003, p.279), não é raro a afluência de ocupantes em assentamentos informais a partir da regularização ou inserção deste em um programa habitacional.

Também não é rara a ocorrência de incêndios em áreas ocupadas que serão reintegradas pelo proprietário, ou em que há interesse imobiliário.

Para o reassentamento, foi realizado o PTTS da VC que apontava para um número de 187 moradias e 25 residências utilizadas também para armazenamento e comércio de resíduos, habitadas por 225 famílias, num total de 732 pessoas. Contudo, apenas 181 residências foram construídas na VNC. Conforme ata de assembleia realizada em outubro de 2010 (Anexo 7, pg. 15), o levantamento realizado pela CONTERRA Construções e

Terraplanagens (construtora responsável pela construção da VNC), indicava a existência de 170 moradias na VC. De acordo com representante da CONTERRA, em 2010 foi realizada uma atualização dos dados disponibilizados pelo DEMHAB em 2010, encontrando mais 18 construções.

Ressalta-se que os números apresentados pelo DEMHAB e pela CONTERRA são dissimilares e que o número de habitações, que resultaram em 181, estão baseados em critérios arbitrários, que não consideram a totalidade da VC em 2010.

Ainda de acordo com o documento, aqueles que não seriam contemplados com habitações na VNC iriam ser inseridos em apartamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal (Anexo 7, pg. 6), o que não ocorreu de forma plena. Trabalhos relativos ao caso da VC, como o de Giani Cazanova já citado, trazem casos de pessoas que após a remoção, foram para a VNC, mas retornaram ao centro e no ano de 2012 encontravam-se em situação de rua. Para verificar o que havia ocorrido com algumas das famílias da VC, membros do GAJUP entraram em contato com uma das pessoas que chamaremos aqui de “D” em 2013. Assim como as 44 famílias que iriam ser encaminhadas para o Programa Minha Casa, Minha Vida, “D” relatou que após a remoção recebeu auxílio (aluguel social) durante um ano, período em que morou na Restinga. Após esse período ela foi despejada e até 2013 alternava entre morar “de favor” e na rua (Caderno 01, pg. 03).

A partir destas informações, concluímos que o reassentamento da VC foi imposto e seu planejamento abria a possibilidade de muitos moradores perderem o pouco que haviam garantido no centro da cidade.

Isto é reforçado pelos dados obtidos nos questionários utilizados neste trabalho. Dos moradores antigos da VC que permaneceram na nova localidade, 94% responderam que não escolheram o bairro Morro Santana para morar e ainda, 45% dos entrevistados alegaram que não participaram da construção do PTTS. 35% alegaram que participaram, mas que suas ideias e sugestões não foram aceitas e por fim, 18% alegaram que participaram e que suas ideias foram aceitas.

De acordo com o PTTS, não houve reuniões com todos os moradores da VC, mas sim com as lideranças comunitárias, apenas. A programação das ações realizadas para o reassentamento faz parte do Eixo de Organização e Mobilização Comunitária (MOC) do PTTS que determina as seguintes ações, conforme Tabela 8:

Tabela 8 - Quadro de quantificação das ações do Eixo de Organização e Mobilização Comunitária para o Reassentamento da Vila Chocolateão:

ATIVIDADES DE MOC		Nº DE AÇÕES
ANTES DO REASENTAMENTO	1. Visitas para aproximação para conhecimento sobre a realidade e expectativas da comunidade.	04
	2. Reuniões mensais entre os órgãos da PMPA responsáveis pelos eixos: MOC-ESA-GTR.	11
	3. Elaboração de relatórios mensais	10
	4. Aplicação de instrumento de pesquisa para realização de diagnóstico socioeconômico	181
	5. Reuniões mensais da equipe de trabalho do DEMHAB.	11
	6. Reuniões mensais entre e equipe técnica do DEMHAB e a empresa contratada.	10
	7. Visitas na região do loteamento com o grupo de trabalho para conhecimento da realidade.	02
	8. Reuniões intersecretarias da PMPA.	06
	9. Reuniões com lideranças locais para socialização do trabalho a ser desenvolvido.	04
	10. Visitas domiciliares (conforme as ações planejadas)	600
	11. Reunião para apresentação dos Projetos Arquitetônico, Urbanístico e Social e escolha da Comissão de Acompanhamento de Obras.	01
	12. Reuniões com grupos de famílias (06 grupos de 30 famílias).	12
	13. Plantão Social semanal.	40
	14. Reuniões de articulação com entidades que prestam ou podem prestar atendimento a esta população.	02
	15. Reuniões entre a equipe técnica e a Comissão de Acompanhamento de Obras.	07
	16. Encontros para realização do Curso de Capacitação de Lideranças.	10
	17. Evento cultural e pedagógico de interesse da comunidade.	01
	18. Reunião com Comissão de Acompanhamento de Obras e lideranças para apresentação da proposta de distribuição das U.H.	01
	19. Assembleia com os moradores para escolha e eleição final do nome do loteamento, apresentação da distribuição das U.H. e orientações sobre a mudança.	01

Fonte: PTTS/DEMHAB, 2010.

Conforme as ações planejadas via PTTS, não há indícios da participação dos moradores no desenvolvimento do projeto de construção das habitações na nova localidade. Esta participação limitou-se à assembleia para a escolha do nome do loteamento, como demonstrado no próprio PTTS.

Outros materiais corroboram para essa distância entre o planejamento do reassentamento e os moradores da VC, como demonstra o testemunho do Sr. Adenir Rosa, falecido em 2015 e que foi registrado no documentário “555 Chocolateão” (2012). De acordo

com Adenir, não foram dadas opções à comunidade, vindo sempre do Poder Público as soluções, já prontas:

“Sobre a mudança daqui pra lá eu não *tô* [sic] gostando nada. Nada, nada, por causa que o seguinte, as casas tão mal feitas e tão comprada num terreno onde que eles não vieram pegar um líder comunitário se gostaram do terreno ou não; simplesmente compraram o terreno, fizeram a casa, não vieram pegar mais um líder aqui pra ver se agradaram das casas ou não. Não procuraram nas mesmas casas quantos moram nas casas, porque eles vieram com aquelas casa lá com dois quartos, um quarto de casal e um quarto de solteiro. Vamos fazer uma comparação que na minha casa eu tenho cinco filhos. Três gurias na faixa dos 9 aos 14 anos e tenho dois guris na faixa de 8 a 9 anos. Onde é que vou botar meus filhos? É uma coisa que eles não entenderam.” (Trecho do documentário 555 Chocolatão, 2012).

O ano de 2016 é importante para os moradores da VC. Neste ano, completam-se cinco anos do processo de remoção e o GAJUP organizou uma atividade, junto ao Fórum Social Mundial, intitulada: A Vila Chocolatão Denuncia no FSM+15. Participaram da atividade duas lideranças comunitárias: Marlene Isabel Guedes Queiroz, conhecida na comunidade por Dona Lena, e José Luiz Ferreira, o Seu Luiz. Também fomos convidados para apresentar alguns dos resultados obtidos nesta dissertação.

A proposta era trazermos para a Faculdade de Direito da UFRGS um debate composto por diferentes saberes relativos à remoção da VC. A partir disto, fizemos gravações de áudio, transcritas e analisadas para este capítulo.

A primeira intervenção foi feita por Marlene, que trouxe como relato:

Meu nome é Marlene Isabel Guedes Queiroz, moradora há quase 30 anos da Vila Chocolatão. E por mim eu não teria saído de lá porque era melhor pra trabalhar, tudo, só que tinha os incêndios, os ratos, alagamentos. Nós tinha [sic] sede, na nossa Vila [Nova Chocolatão] nós não temos sede. Nós tínhamos ônibus que era melhor pra gente se locomover no centro. O posto de saúde também era melhor, o centro de saúde, né? Era melhor. Tudo era melhor no centro de Porto Alegre. E nos removeram de lá. O porquê, até hoje eu não entendi, se existe há 30 anos a Vila.

O questionamento de Marlene é pertinente. O tempo em que a VC se consolidou é extenso e não foi considerado antes da remoção. Cinco anos após a remoção, Marlene aborda sucintamente os principais problemas que não foram resolvidos no reassentamento da VNC. O acesso a trabalho, à renda, à saúde e ao transporte eram garantidos na VC, apesar das péssimas condições de habitação em que estavam inseridos. Mesmo relembrando tais condições, Marlene afirma “Era melhor. Tudo era melhor no centro de Porto Alegre”.

Luiz analisa o reassentamento como uma “bagunça”. De acordo com ele:

Olhe bem, a maioria de estudantes fazem um estudozinho de como é possível fazerem uma bagunça absoluta e levar ao mundo isso como um exemplo, um exemplo de reassentamento. Olhem bem, eu estava no Rio de Janeiro, eu sou gaúcho, e eu estudei em seminário, e lá eu fiz filosofia. [...] Eu morei 20 anos no Rio, e eu nunca tinha ido em favela, é perigoso. Era e hoje é muito mais.

No Rio de Janeiro, Luiz entrou em contato com moradores de favelas que trabalhavam com reciclagem. Este episódio marcou a vida de Luiz. Ao retornar do Rio de Janeiro para Porto Alegre, Luiz procura apoio e vai à Câmara de Vereadores, questionar a existência da VC ao lado de tal prédio e como nada era feito em relação a isto. Luiz foi morar na VC e afirmou que:

Em 2009, dois jovens foram lá e perguntaram se a gente queria ajuda, e aí, junto com o pessoal do Guarnieire (Paulo Guarniere presidente da Associação Comunitária do Centro Histórico de Porto Alegre) e do GAJUP e nós ali, a gente começou a se organizar e aí nos fundamos uma associação. Antes não tinha associação. Fundamos uma associação e a gente começou a usar [nossos] talentos.

Juntos, Marlene e Luiz organizaram diversas atividades artísticas na VC, que foram lembradas ao longo do relato de Luiz. Devido à falta de uma sede para a Associação de Moradores da VNC, estas atividades não ocorrem mais. Luiz atenta para os problemas no cumprimento do PTTS que garantia a construção de um espaço de confraternização na VNC. Para ele, o PTTS não foi realizado.

Iria ser ótimo isso, se não existisse o governo, esse governo. Como esse governo existe, atrapalhou tudo. Eu peguei alguns documentos pra não acharem que estou contando historia. (...) Aqui tem alguns documentos importantíssimos. Um diz que: ‘uma unidade habitacional foi cedida para realização de atividades comunitárias’. [Leitura de parte do PTTS] Esse é do governo, do município isso. Aí, no outro diz assim: ‘termo de permissão de uso de imóvel público’ [Leitura do termo de concessão da biblioteca da VNC para a ONG Cirandar, autorizado pela Prefeitura de Porto Alegre]. Aí eles dão pra uma ONG isso. Bota confusão! O cara diz que nós tínhamos lugar, uma casa lá que eles iam arrumar e depois eles dão por escrito, com a maior cara de pau do planeta, ele dá por escrito isso a uma ONG. [...] ‘uma unidade habitacional foi cedida para realização de atividades comunitárias’ [Leitura do PTTS]. Mentira!

Tais relatos trazem alguns indicativos dos problemas que ocorreram após o reassentamento da VNC.

No centro da cidade, o antigo território onde formou-se a VC foi dividido. Parte foi concedida a uma empresa que gerencia estacionamentos na cidade de Porto Alegre. Tivemos dificuldade de obter fotografias do estacionamento, conforme Fotografia 11.

Fotografia 11– Parte do território da Vila Chocolatão em 2016, atualmente estacionamento:



Fonte: Arquivo pessoal.

A maior parte do território de construção da VC, contudo, está sem nenhuma utilização, conforme a Fotografia 12. Não há acesso ao terreno, que está gradeado e cujos portões foram trancados com cadeados.

Fotografia 12 – Terreno da Vila Chocolatão em 2016:



Fonte: Acervo pessoal.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, podemos dizer que a questão da habitação é um reflexo das desigualdades da sociedade capitalista e brasileira. Foi esta premissa que impulsionou a produção deste trabalho. Apesar de ser um direito garantido constitucionalmente e internacionalmente ser considerado o básico para o exercício da cidadania, garantir habitação digna ainda é um desafio para a sociedade ocidental. Ao estudarmos tal questão, alguns pressupostos são colocados.

Tal desigualdade socioeconômica reflete-se espacialmente, e como visto, pode ser analisada através da segregação residencial corrente nas cidades brasileiras.

Para compreendermos como isto ocorre, tornou-se necessário analisar a produção espacial das cidades capitalistas e isto foi feito através da teoria de produção do espaço de Henri Lefebvre e suas perspectivas espaciais que envolvem diferentes atores e seus protagonismos, assim como o conceito de Milton Santos que busca analisar o conjunto de sistemas que compõem o espaço social, e que percebe nas cidades, o ponto de intersecção entre verticalidades, relacionadas às imposições do setor hegemônico, e entre as horizontalidades, nas quais recaem as imposições, mas também onde se formam setores de resistência e solidariedade.

Paralelo e relacionado a isto, analisamos a construção territorial de uma comunidade específica priorizando conceitos de autores que identificam na territorialidade a apropriação concreta ou simbólica do espaço social, definidas através de relações de poder. Tais relações podem impulsionar ou atenuar a formação de guetos urbanos.

A escolha por tais conceitos parte do método e da metodologia escolhidos para a produção desta dissertação. O materialismo histórico e dialético busca, através das condições materiais e da história da luta de classes, analisar o movimento de evolução histórica. Este método foi utilizado para compreendermos o processo de urbanização das cidades como um todo, e das cidades brasileiras. Como metodologia, optou-se pelo uso da pesquisa-ação, para

buscarmos diretrizes de ações transformadoras através da emancipação e da interdisciplinaridade.

Ao iniciarmos esta dissertação tínhamos como objetivo analisar o processo de produção do espaço urbano e a atual fragmentação espacial perante as remoções de comunidades carentes para as periferias, tendo como objeto de estudo o processo de remoção da Vila Chocolate. Assim, verificamos o processo de produção das cidades brasileiras, e de Porto Alegre em particular, revelando a relação entre a conformação do espaço urbano e a economia mundial, que vem delineando o planejamento urbano principalmente a partir do Consenso de Washington, em 1989.

Contudo, o processo de fragmentação no Brasil reflete políticas antigas de remoção e segregação, fatores que marcam a história da nossa urbanização e, não obstante, vem impulsionando o aumento da segregação, até o quadro atual de segregação residencial e formação de guetos.

Na verdade, a fragmentação, processo resultante da globalização, não é somente econômica, ela é também territorial e traz consigo impactos que, como supracitado, confrontam a organização do espaço vivido principalmente àqueles construídos pelos mais carentes. A formação de guetos está relacionada a isto, ao confinamento dos mais pobres, à precarização das condições educacionais e de trabalho das populações que os habitam.

Para compreender se isto ocorria na Vila Nova Chocolate e, ainda tendo como objetivo averiguar os impactos de uma remoção iniciamos a aproximação com a comunidade, até construirmos um grupo para a realização de reuniões semanais para a troca de experiências.

Concomitantemente, produzimos o perfil socioeconômico da comunidade estudada a partir dos dados produzidos pelo Grupo Assessoria Justiça Popular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A partir dos questionários e de relatos, em comparação ao território de origem, obtivemos como principais resultados:

- 1) Ao entrar em processo de regularização ou em um programa habitacional, usualmente uma comunidade cresce. Torna-se um desafio incorporar todos no processo de regularização, sob risco de, ao não fazê-lo, manter moradores recentes na rua, como ocorreu na Vila Chocolate. Há de se considerar aqueles que optem por não entrar em um programa habitacional que promova uma remoção, mas no caso da Vila Chocolate, o número díspar entre quantidade de famílias e de

habitações a serem construídas mostrou-se uma das principais preocupações da comunidade (Anexo 7);

- 2) Um projeto de remoção deve ser realizado conjuntamente com a comunidade que será realocada. Isto não ocorreu por completo na Vila Chocolatão e o próprio projeto demonstra isso, ao considerar principalmente a apresentação e socialização do projeto à comunidade, em detrimento da construção coletiva;
- 3) Os questionários apontam para uma maioria de pessoas em Idade Ativa na Vila Nova Chocolatão, sendo que 37% trabalham com carteira assinada ou vínculo empregatício, somente. 23% trabalham sem vínculo empregatício ou são autônomos e 17% estão desempregados. E ainda, a renda média na Vila Chocolatão é de até um salário mínimo. O índice de desemprego alto e a baixa renda média na comunidade podem ser reflexos da falta de qualificação e do baixo grau de escolaridade;
- 4) A grande maioria da População em Idade Ativa (65%) não completou o Ensino Médio e 5% não foram alfabetizados, apresentando a necessidade de um programa educacional de Educação de Jovens e Adultos na comunidade;
- 5) Apesar das políticas inclusivas para o ingresso de pessoas carentes em universidades públicas e privadas, nenhum dos entrevistados estava em curso de educação superior;
- 6) A creche da Vila Nova Chocolatão não consegue fornecer vagas para a totalidade da comunidade e a inserção dos jovens no novo local foi marcada por conflitos;
- 7) O galpão de reciclagem também não comporta a totalidade dos moradores da comunidade, ofertando apenas 36 postos de trabalho e, dentre os antigos moradores da Vila Chocolatão, muitos trocaram ou perderam o emprego após a remoção;
- 8) As habitações destinadas para comunidades carentes usualmente são de baixa qualidade, e isto pode ser observado nas residências da Vila Nova Chocolatão, quando ainda em 2013 e 2014, pouco tempo após a remoção, já apresentavam problemas elétricos, hidráulicos e de estrutura.

Ao debatermos estas questões, pensamos conjuntamente em alternativas que transformassem a realidade local e dentre as mais significativas podemos citar a organização de curso de Estudo para Jovens e Adultos, além de um compromisso de encontrarmos parceiros para a construção da sede de moradores.

Em parte, podemos dizer que mais pode ser feito. O tempo que tivemos para desenvolver o trabalho na Vila Nova Chocolateiro foi escasso, mas seguiremos. Pesquisas realizadas em comunidades e que se propõem a atuar através de seus resultados demandam tempo e persistência. Fica como aprendizado a determinação que emana de um povo que diariamente luta pela sobrevivência contra todos os empecilhos existentes e cabe à Geografia emaranhar-se numa realidade que está tão distante das universidades, mas que está ali, próxima, além dos muros. De nada servirá a Geografia Urbana se não aproximar-se, e quiçá fundir-se, com diversas comunidades que expressam o mau planejamento que vem delineando a forma de nossas cidades.

Se, como cientistas, buscamos compreender o mundo em que vivemos, e se, ao nos depararmos com uma realidade que a nós parece extremamente desigual ficarmos inertes, melhor trocarmos de profissão. Cabe a nós atuarmos através de Associações de Moradores, Cooperativas e movimentos de luta por moradia. Estes talvez sejam os únicos caminhos para confrontar as imposições que são colocadas hoje como entrave para a construção de uma cidade menos excludente.

## 5. REFERÊNCIAS

**555 CHOCOLATÃO.** Equipe: Marcos Andrade Neves, Arthur Lang, Arlei Damo, Paola Morais, Talita Eger. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=2n\\_Ts9zv3JQ](https://www.youtube.com/watch?v=2n_Ts9zv3JQ)>. Acesso em: 28 de dez. de 2015.

APÓS mudança, cachorro preocupa ex-morador da Chocolatão: "Ele está meio desconfiado". **ZERO HORA.** Porto Alegre: 12 de mai. De 2011. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2011/05/apos-mudanca-cachorro-preocupa-ex-morador-da-chocolatao-ele-esta-meio-desconfiado-3308312.html>>. Acesso em: 10 de jan. de 2016.

ARANTES, O. B., MARICATO, E., VAINER, C. **O Pensamento Único das Cidades: desmanchando consensos.** Petrópolis: Ed. Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2000.

Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. **Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil.** Brasil: 2012. 112 p. Disponível em: < <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>>. Acesso em: 27 de set. de 2013.

ASSOCIAÇÃO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS – SEÇÃO PORTO ALEGRE. **Laudo técnico socioeconômico do processo de reassentamento da Vila Chocolatão.** Porto Alegre, 2011. 110 p. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/documentos/LaudoSocio.pdf>>. Acesso em 05 de set. de 2014.

BAREL, Y. Le social et ses territoires. In : Auriac, F. E Brunet, R. (coord.) **Espaces, jeux et enjeux.** Paris, Fayard/Diderot, 1986.

BORDA, F. Orígenes universales y retos actuales de la IAP In: **Análisis Político.** n. 38, IEPRI, Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales. UN, Universidad Nacional de Colombia, Santa Fe de Bogotá, Antioquia, 2008.

BORSODORF, A. **Como modelar el desarrollo y la dinámica de la ciudad latinoamericana.** Revista Latinoamericana de estudios urbano regionales. Santiago: PUC-Chile, 2003 p.37-49.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Documento online. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 23 mai. 2015.

BRASIL, Emenda Constitucional Nº 90 de 15 de setembro de 2015. Promulga emenda ao texto constitucional do Art. 6º da Constituição Federal de 1988 que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” **Diário Oficial da União**. Brasília, 15 de setembro de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm)> Acesso em: 12 de fev. de 2015.

BRASIL, Emenda Constitucional Nº 59 de 11 de novembro de 2009. Prevê a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, 11 de novembro de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm)>. Acesso em: 22 de abril de 2015.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1ª Edição.

BRASIL. Medida Provisória Nº2.220 de 4 de setembro de 2001. Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 4 de setembro de 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/2220.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2220.htm)>. Acesso em: 11 de agosto de 2015.

BRASIL, Ministério das Cidades. **Manual de Reabilitação de áreas urbanas centrais**. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

BRUM, M. **Favelas e remocionismo ontem e hoje**: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. O social em questão – Ano XVI, nº29, 2013, p.179-208.

CALLEGARI-JACQUES, S. M. **Bioestatística**: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CAZANOVA, G. C. **A Invisibilização da pobreza em Porto Alegre/RS**: uma análise a partir da Vila Chocolateiro. 2012. 89 f. (Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Ciências Jurídicas). UFRGS, Porto Alegre, 2012.

CERDÁ, I. Teoría General de la Urbanización y Aplicación de sus Principios y Doctrinas a la Reforma y Ensanche de Barcelona. Madrid. Instituto de Estudios Fiscales. 1968 [1867].

COMITÊ DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (CESCR) **Comentário Geral 4**, 1991. Disponível em:

<[http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FS21\\_rev\\_1\\_Housing\\_en.pdf](http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FS21_rev_1_Housing_en.pdf)> Acesso em: 28 jan. 2015.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999, p.07.

DEMHAB, **Projeto de trabalho técnico social: Vila Chocolateão**. Porto Alegre, 2010.

FENALTI, C. **Os papaleiros e seus trajetos pela cidade com carrinhos: novos cenários de exclusão e a produção política da repugnância**. 2004. 68 f. (Monografia de Conclusão de Curso, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), UFRGS. Porto Alegre, 2004. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/105104/000940765.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 de jul. de 2014.

GAMALHO, N. **A produção da periferia: das representações do espaço ao espaço de representação do bairro Restinga – Porto Alegre/RS**. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2004.

HARVEY, D. **A crise da urbanização planetária**. Blog da Boitempo. 10 de janeiro de 2015. Acessível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/01/10/david-harvey-a-crise-da-urbanizacao-planetaria/>>. Acesso em 15 de jul. de 2015.

IBGE. Contagem da População, 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.v.1: **Resultados relativos a Sexo da População e Situação da Unidade Domiciliar**. 1997, p.23.

\_\_\_\_\_, **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/seculoxx.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

\_\_\_\_\_, **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 29 de ago. de 2015.

\_\_\_\_\_, **Pesquisa Mensal de Emprego**. Notas metodológicas. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>. Acesso em 15 de Nov. de 2015.

IRMÃOS morrem baleados na Zona Norte de Porto Alegre. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre: 17 de Ago. de 2015. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/564360/Irmaos-morrem-baleados-na-zona-Norte-de-Porto-Alegre>>. Acesso em: 13 de dez. de 2015.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Cambridge: Blackwell Publishers Ltd, 1991 [1974].

LEFEBVRE, H. **Espace et politique**. Paris: Éditions Anthropos, 1972.

LOPES, J. R. B O processo de urbanização. In: **Desenvolvimento e mudança social**. 3ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976, p. 13-19.

MARICATO, E., (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 1 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

\_\_\_\_\_, **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

\_\_\_\_\_, **Brasil Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_, **Metrópole, legislação e desigualdade**, ESTUDOS AVANÇADOS 17 (48), 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>> Acesso em: 27 mar. 2015.

\_\_\_\_\_, **Metrópoles des governadas**. Estudos avançados 25 (71), 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n71/02.pdf>> Acesso em: 27 mar. 2015.

MARCUSE, P. **Enclaves, sim: guetos, não: a segregação e o estado**. In: Espaço e debates. Tradução: Mario M. Chaves Ferreira. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, jan/jul. 2004 [1997]. p. 24-33.

MATOS, C. A. de. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.) **Metrópoles entre a coesão, a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MMAMARELLA, R., PESSOA, M. FERREIRA, D. da S., TARTARUGA, I. G. P. Estrutura Social e Organização Social do Território: Região Metropolitana de Porto Alegre – 1980-2010 In: **PORTO ALEGRE: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015. pp.133-184. Disponível em: <[http://web.observatoriodasmetrololes.net/images/abook\\_file/serie\\_ordemurbana\\_portoalegre.pdf](http://web.observatoriodasmetrololes.net/images/abook_file/serie_ordemurbana_portoalegre.pdf)>. Acesso em 15 de dez. de 2015.

MORADORES da vila Chocolatão começarão a ser transferidos amanhã. **CORREIO DO POVO**, Porto Alegre, 11 de mai. de 2011. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/noticias/?noticia=292121>>. Acesso em: 20 de dez. de 2015.

ORTIZ, R. Espaço e territorialidade In: **Um outro território: ensaios sobre a mundialização**. Cidade: Ed. Olha d'água, 2005. p. 49-69.

PAULO, P. P. **Do “ponha-se na rua hoje” ao “sai do morro hoje”**: Das raízes históricas das remoções à construção da “cidade olímpica”. 2013. 88 f. Projeto experimental como

requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social. Universidade Federal Fluminense Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2013.

PESAVENTO, S. J. **Uma outra cidade:** o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PESSOA, M. L. **O cenário da habitação informal e da regularização fundiária em Porto Alegre-RS.** Revistas Eletrônicas FEE. Porto Alegre: 2015. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3459/3528>> Acesso em: 28 mar. 2015.

PORTO ALEGRE, A. **História Popular de Porto Alegre.** Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1994, 207p.

PORTO ALEGRE, Câmara aprova projeto que cria 15 bairros e altera delimitações. **Câmara de vereadores de Porto Alegre**, 21 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.camarapoa.rs.gov.br/>>. Acesso em: 02 de jan. de 2016.

\_\_\_\_\_, **Centro de Saúde Santa Marta.** Porto Alegre, 2015. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?reg=5&p\\_secao=834](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?reg=5&p_secao=834)>. Acesso em: 10 de jan. de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA).** Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2010.

\_\_\_\_\_, **Mapa da inclusão e da exclusão social de Porto Alegre.** Porto Alegre, 2004. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\\_doc/mapa\\_da\\_inclusao\\_e\\_exclusao\\_social\\_de\\_porto\\_alegre.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/mapa_da_inclusao_e_exclusao_social_de_porto_alegre.pdf)>. Acesso em: 13 de set. de 2015.

\_\_\_\_\_, **Chocolatão: 13 incêndios depois, a segurança.** Reportagem de 24 de jun. de 2011. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p\\_noticia=142624&CHOCOLATAO:+13+INCENDIOS+DEPOIS+A+SEGURANCA](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_noticia=142624&CHOCOLATAO:+13+INCENDIOS+DEPOIS+A+SEGURANCA)>. Acesso em 02 de jan. de 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.** 2014. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

QUIVY, R., CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 1988.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993 [1980].

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1997.

SANDER, I. Moradores cobram avanços na Vila Nova Chocolatão. **JORNAL DO COMÉRCIO**. Porto Alegre, 21 de out. de 2013. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=137650>>. Acesso em: 30 de dez. de 2015.

SANTINI, G. **Vila Chocolatão: encontros da collage na arquitetura**. 2007. 192f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 1a. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHMID, C. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional**. Tradução: Marta Inez Medeiros Marques; Marcelo Barreto. In: GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N°32, 2012, p. 89- 109.

SENNET, R. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERPA, A. **Por uma geografia das representações sociais**. OLAM - Ciência & Tecnologia Rio Claro/SP, Brasil Vol. 5 N°1. Maio de 2005. p. 220.

SIQUEIRA, L. F. A questão da moradia em tempos de Copa do Mundo em Porto Alegre In: SOARES, P. R. R. (Org.). **Porto Alegre: Os impactos da Copa do Mundo 2014**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2015. pp. 65-112.

SMOLKA, M. Regularização da ocupação do solo urbano: a solução é parte do problema, o problema é parte da solução. In: ALFONSIN, B; FERNANDES, E. (Org.). **A Lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano**. Belo Horizonte: DelRey, 2003. p.255-291.

SOUZA, M. L. de. Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; CORREA, Roberto L.; GOMES, Paulo C. da C. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77- 116.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS; SOUZA; SPOSITO (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 123-145.

STROHAECKER, A. M. **O (des)respeito aos direitos fundamentais à moradia e ao trabalho nos reassentamentos de famílias de baixa renda: considerações teóricas e o estudo de caso da Vila Chocolatão**. 2011. 111 f. (Trabalho de Conclusão de Curso na Graduação de Ciências Jurídicas e Sociais), UFRGS. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36065/000817091.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 de mar. de 2015.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 12, mai. 2005.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TOPALOV, C. **La urbanización capitalista**: algunos elementos para su análisis. Mexico: Edicol Mexico, 1979.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO. **AÇÃO REINVIDICATÓRIA**. INVASÃO E OCUPAÇÃO DE PRÓPRIO DA UNIÃO. TUTELA ANTECIPADA. CONFIGURAÇÃO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. Rio Grande do Sul, 01 de janeiro de 2000. Disponível em: <<http://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8650510/agravo-de-instrumento-ag-64331-rs-20000401064331-0>>. Acesso em: 22 de abr. de 2015.

WACQUANT, L. **As duas faces do Gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. **Revista de Sociologia e Política**, Tradução de Zena Eisenberg e João Feres Júnior. Curitiba, n. 23, nov. 2004. pp. 155-164.

\_\_\_\_\_. Proscritos da cidade: Estigma e divisão social no gueto americano e na periferia francesa. Tradução: John Monteiro. In: **Novos Estudos**, N. 43. São Paulo, nov. 1995. p. 64-83.

## **ANEXOS**

Anexo 1 - Projeto de Trabalho Técnico Social da Vila Chocolateiro (DEM HAB, 2010).  
Material suplementar, entregue em CD-ROM.





## Anexo 4 - Reportagem referente a incêndio na Vila Chocolatão (Zero Hora – 22/10/2007):

zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2007/10/familias-pretendem-permanecer-na-vila-chocolatao-1654766.html

### Famílias pretendem permanecer na Vila Chocolatão

Seis casebres foram totalmente destruídos pelo fogo nesta madrugada

Por: Aline Custódio  
22/10/2007 - 12h48min

Compartilhar:    



Crianças olham o que sobrou do incêndio  
Foto: Reprodução

As seis famílias que tiveram os casebres destruídos no incêndio que atingiu a Vila Chocolatão, no Centro de Porto Alegre, no final da noite de domingo, foram convidadas pela Fase a ficarem em abrigos da Capital. Porém, os moradores pretendem continuar na Vila, em casa de vizinhos, até o Demhab construir as moradias emergenciais no local.

Na manhã desta segunda-feira, funcionários do DMLU começaram a limpeza do espaço. O incêndio iniciou um pouco antes da meia-noite em um dos casebres, se alastrando em poucos minutos pelo terreno. Uma moradora precisou ser atendida pelo Samu com problemas respiratórios. Além dos seis casebres destruídos, outros três foram parcialmente danificados.

Segundo o presidente da Associação dos Moradores da Vila Chocolatão, Léo Antônio Maciel, este é o sexto incêndio ocorrido no local desde o final de 2004.

O diretor do Demhab, Nelcir Tessaro, afirmou que até o final do próximo ano 180 famílias da Chocolatão devem ser removidas da vila para um loteamento popular a ser construído pela prefeitura na Vila Safira.

 [imprimir matéria](#)

## Anexo 5 - Reportagem referente a incêndio na Vila Chocolateão (Zero Hora – 26/01/2009):

zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/01/combate-a-incendio-na-vila-do-chocolatao-deve-se-estender-ate-a-noite-2382229.html

### Combate a incêndio na Vila do Chocolateão deve se estender até a noite

Cinco viaturas dos bombeiros e um caminhão pipa auxiliaram no combate às chamas

© 26/01/2009 - 14:05min | Atualizado em 26/01/2009 - 20:12min

Compartilhar



O leitor Leonardo Nunes também fotografou o incêndio.  
Foto: zerohora.com

Passava das 14h30min desta segunda-feira quando os cinco caminhões do Corpo de Bombeiros conseguiram controlar a propagação das chamas que atingiram a Vila do Chocolateão, ao lado do prédio do Ministério da Fazenda, no centro de Porto Alegre. Alguns focos de incêndio ainda persistiam durante a tarde. De acordo com o tenente coronel Altair de Freitas Cunha, titular do 1º Comando Regional de Bombeiros, o combate aos focos de incêndio deve prosseguir até o início da noite.

Não há como precisar o número de casa atingidas ou se há vítimas. Devido à força com que o fogo se iniciou e se propagou, estávamos muito preocupados em evitar que o incêndio se alastrasse e chegasse aos prédios vizinhos.

Informações preliminares da Brigada Militar dão conta de que cerca de 60 barracos foram destruídos.

Ao todo, cinco viaturas dos bombeiros e um caminhão pipa trabalhavam no

## Anexo 6 - Reportagem referente a incêndio na Vila Chocolateão (Zero Hora – 08/03/2011):

<https://portoimaquem.wordpress.com/2011/03/08/de-novo-incendio-atinge-vila-chocolatao/>

INÍCIO > OUTROS ASSUNTOS > DE NOVO: INCÊNDIO ATINGE VILA CHOCOLATÃO

### De novo: Incêndio atinge Vila Chocolateão

POR ANDERVAZ on 08/03/2011 · ( 58 )

**Chamas foram controladas em 30 minutos**



*Enquanto os bombeiros faziam o trabalho de rescaldo, moradores da vila tentaram se aproximar do local do incêndio e foram impedidos por policiais militares. Houve discussão entre os moradores e os PMs – André Feltes / Agência RBS*

Um incêndio atingiu quatro casas da Vila Chocolateão, no Centro de Porto Alegre, na tarde desta terça-feira. Por volta das 15h, o fogo, que começou em um mato, atingiu as casas, que foram queimadas por completo. Após 30 minutos, três caminhões do Corpo de Bombeiros conseguiram controlar as chamas. Ninguém ficou ferido.

Enquanto os bombeiros faziam o trabalho de rescaldo, moradores da vila tentaram se aproximar do local do incêndio e foram impedidos por policiais militares. Houve discussão entre os moradores e os PMs. Revoltados, os moradores expulsaram a pedradas os PMs e as viaturas da Brigada Militar que estava no local.

[Diário Gaúcho](#)

## EVENTO DA PRESIDÊNCIA – 06OUT2010

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** (19h30min) Boa-noite. Queremos, inicialmente, agradecer a presença de todos e acertar um horário para a nossa assembleia. A Câmara Municipal nos disponibilizou este espaço, e a gente tem até às 22 horas para concluir toda a pauta que foi organizada aqui.

Então, inicialmente, gostaríamos de organizar a abertura, que será com a presença do nosso Diretor e, posteriormente, a Dra. Laura que é nossa advogada, fará a apresentação do contrato. A seguir, passaremos a palavra para as representações das instituições que estão aqui: a Governança, o Tribunal Federal, a FASC, a SMED, a Secretaria da Saúde e o DMLU. Posteriormente, passaremos a fala para a Conterra, que vai fazer uma breve apresentação e prestação de contas de todas as atividades que tem realizado junto à comunidade da Vila Chocolateiro. A seguir, passaremos a palavra para o Fabiano, que vai fazer os esclarecimentos a respeito dos critérios adotados para a seleção das 181 famílias, e, depois, a gente vai fazer a abertura do espaço para que a comunidade possa fazer uso da palavra para seus questionamentos e suas dúvidas.

Eu só gostaria de fazer um acerto com vocês: esta assembleia está direcionada para a comunidade da Vila Chocolateiro, então nós vamos garantir a palavra aos seus moradores, para que possamos aproveitar ao máximo este espaço e sair daqui esclarecidos, sem nenhuma dúvida. Também limitaremos o tempo da fala para que todos possam ocupar o espaço.

Agradeço e, inicialmente, vou passar a palavra ao nosso Diretor, o Dr. Humberto Goulart.

**O SR. DR. GOULART:** Boa-noite, meus caros amigos, meus colegas de trabalho, meu Comandante, Maria Luiza, é com satisfação que a gente está chegando a uma das últimas assembleias longe da sede social da nova Vila Chocolateiro; as próximas, a partir do fim do ano, já serão lá. Então, quero dizer da satisfação que foi preparar toda essa caminhada, com todas as dificuldades que nós tivemos, como os vários incêndios que tivemos naquela época - agora não incendia mais; naquela época em que nós precisávamos convencer as pessoas de que morar num lugar mais seco, mais digno era

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
Evento Presidência 06OUT2010

---

melhor, não só para nós, mas era uma responsabilidade de melhoria para os nossos filhos, para os nossos netos, para a nossa gente.

Vocês vão ver que, depois que vocês forem morar naquele condomínio lindo, maravilhoso, que o Governo e o Tribunal prepararam para vocês morarem, a vida vai ficar melhor. Lá, nós vamos ter um trabalho dos mais importantes, que vai ser a reciclagem do lixo através da ajuda de aparelhos modernos, através de um lixo muito bom levado pelo próprio DMLU, fazendo com que vocês não tenham que dar longas caminhadas para recolher o material do trabalho, e terão outras atividades que a SMIC, as nossas psicólogas, as nossas sociólogas, as assistentes sociais e a Maria Luiza estão preparando para que, quem não quer trabalhar em reciclagem, possa trabalhar em outra coisa.

E mais: quatro comércios conseguiram se ajeitar dentro da planta e estarão lá para que vocês não façam longas caminhadas, uma vez instalados no condomínio, podendo fazer a compra dos seus mantimentos, das coisas de primeira necessidade na Região. E os outros dois, que não puderam ir para lá porque a planta não comportava mais, poderão ter uma negociação, diretamente, não com o DEMHAB, mas com o Governo, para que se solucione essa situação através de bônus ou da compra de um comércio por perto.

Nós vamos ter, também, uma quadra poliesportiva, que já digo para vocês da importância de ser cuidada, pois vai servir para jogar todos os tipos de esporte - é uma maravilha moderna que os bairros podem ter e que o nosso condomínio vai possuir. Vocês têm de cuidar muito dela para não estragar, não sujar, não quebrar - sempre pensando no futuro -, para que os nossos filhos possam fazer vários exercícios e ter seu lazer ali naquela praça.

Também temos uma creche - é importante para nós -, para que vocês possam trabalhar fora ou até dentro do próprio condomínio e as suas crianças fiquem cuidadas.

Depois, haverá a sede social. Seu planejamento ficou por último, porque nós tínhamos exiguidade, falta de terreno, e agora que apareceu um local adequado, os nossos arquitetos e engenheiros prepararam uma sede social onde vocês vão fazer os aniversários, fazer os casamentos - não há mais quase casamentos, mas às vezes há! -, onde vão fazer as festas de quinze anos, onde vocês vão fazer as formaturas dos filhos de vocês, que hão de se formar engenheiros, médicos, assistentes sociais, enfim, muitas coisas boas que o porvir há de nos trazer com a nova residência.

Maria Luiza, antes de eu dar a mensagem final, poderias descrever?

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Nós gostaríamos, inicialmente, de pedir desculpas por a planta baixa estar longe, por isso fica difícil para quem está distante visualizar, mas ali está a contemplação, na entrada da sede. Há um espaço que a nossa equipe técnica deixou para ajardinamento, e aqui fica a área total do espaço da sede da associação. Esse espaço em "L" foi aproveitado para que pudesse contemplar um balcão, uma churrasqueira e, mais adiante, aqui no final, um banheiro feminino e um masculino, sendo acessíveis para as pessoas portadoras de necessidades especiais que morarem no loteamento ou para os que forem visitá-lo. Ainda sobrou um espaço que foi contemplado com uma garagem, e aqui na frente um ajardinamento.

Eu gostaria de dizer, junto com o nosso Diretor, que era prevista uma área com em torno de 60 metros quadrados, mas como a nossa equipe de arquitetos fez um esforço enorme para que se pudesse aproveitar o maior espaço possível, a área total ficou de 98 metros quadrados. Então, vocês estão sendo bastante contemplados através da iniciativa do nosso Diretor e da nossa equipe técnica de arquitetos e engenheiros, que se debruçaram para fazer o melhor possível, para que o nosso Diretor, hoje, pudesse apresentar aqui para vocês.

**O SR. DR. GOULART:** Certo. As outras imagens são da associação vista de frente, de trás e de lado.

Eu queria agradecer a todos do DEMHAB e do Tribunal que têm trabalhado nessa causa, porque o início não foi fácil, o convencimento não foi fácil. E agora nós, o Governo, podemos dar um presente muito adequado para os senhores, que é a casa onde vocês vão morar, cheia de equipamentos que a sociedade precisa usar.

Quería agradecer muito especialmente à Maria Luiza, que está representando o DEMHAB, às nossas meninas do Social, aos nossos engenheiros, porque ela tem se dedicado quase como uma mãezona nas vilas de Porto Alegre, para que as coisas não deem erradas, para que dê tudo certo. E tudo vai dar certo.

Quero dizer, também, que ela me convenceu - e eu aceitei - de que, nos primeiros três meses, a taxa de pagamento pela casa que vocês vão comprar não seja cobrada, para que vocês possam se acertar, se arrumar e começar a trabalhar de novo. (Palmas.)

pág. 3

Então, isso nos três primeiros meses, mostrando que o Governo ajuda o seu povo e mostrando que vocês, fazendo essa opção de ir para um lugar melhor, merecem todo o cuidado, todo o respeito.

Num momento como este, acho que é preciso cantar, e por isso, Maria Luiza, mensageiro do canto, eu aqui, agora, me apresento, sem marcas ou cicatrizes, limpas as minhas mãos, a minha alma limpa, e expresso a minha palavra, sempre como vocês têm visto, com a forma de um documento. Para distrair aquelas pessoas lá de fora, tão desatentas, eu não canto! Eu só canto, quando brilha nos olhos de quem me ouve, a esperança. Obrigado. (Palmas.)

**A SRA. LAURA LAMPERT:** Boa-noite a todos, represento o Jurídico do DEMHAB e vim apresentar a vocês o tipo de contratação referente ao imóvel que vocês vão ocupar.

Bem, a contratação referente ao imóvel que vocês vão ocupar é o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, que é o mais utilizado no DEMHAB: CDRU. O valor cobrado é referente a uma taxa social, para fins de moradia, que está prevista na Lei Municipal e no Estatuto da Cidade.

Para assinar o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, vocês deverão apresentar os seguintes documentos: CPF; carteira de identidade; comprovante de renda, que também é suprido por uma declaração, e o comprovante de estado civil.

Nos contratos CDRU constam: o nome completo; as informações dos titulares que assinam o contrato com os devidos documentos; o endereço completo; tipo e medidas do imóvel; o compromisso entre os moradores e a Prefeitura para garantir a vocês o direito à moradia digna; os direitos e os deveres dos moradores, e as taxas sociais a serem pagas. Através da assinatura do contrato do CDRU os moradores possuirão a garantia da posse das suas respectivas casas.

Os direitos das famílias que assinam o contrato da CDRU são: garantia da posse do imóvel; a possibilidade de transmitir o imóvel para os filhos e netos através do direito sucessório; possuir um comprovante de residência através da cópia do contrato e se isentar do pagamento de IPTU. Vocês poderão transmitir aos seus sucessores as moradias.

O CDRU terá validade por 30 anos, prorrogáveis por mais 30 anos e assim sucessivamente. Em caso de morte de um dos titulares, o imóvel passará para o cônjuge.

Em caso de morte de ambos, o imóvel passará para os filhos ou para outro membro familiar, conforme o Código Civil. Para efetivar a transferência do imóvel aos sucessores, isso deverá ser solicitado junto ao DEMHAB.

Eu gostaria de advertir-los de que o contrato é preferencialmente firmado em nome das mulheres. (Palmas.) Isso para assegurar que, numa eventual ruptura do casal, os filhos tenham o seu direito à moradia assegurado. Eu falei preferencialmente, não é uma regra, é preferencialmente: se houver discordância, nós firmamos no nome do casal. O contrato do CDRU é intransferível e o morador não poderá ceder, vender, alugar ou utilizar o imóvel para outros fins que não seja para moradia. Qualquer problema, qualquer evento fora do previsto, vocês têm que procurar o DEMHAB, procurar o Jurídico e comunicar. A permuta tem que ser comunicada ao Jurídico do DEMHAB.

Quem possui direito à casa? O casal assinará o direito à CDRU e ambos possuirão o direito à casa. E o que eu mencionei para vocês é que a mulher possui o direito de ser a primeira titular do imóvel. Em caso de separação do casal, o cônjuge que tiver a guarda dos filhos menores terá direito ao imóvel.

Pontos importantes do contrato de CDRU. A taxa a ser paga do CDRU será com base no salário mínimo: de zero a um, 5%; de um a três, 6%; de três a cinco, 7,5%. O valor médio de pagamento da CDRU fica em torno de 25,50 reais a 38,25 reais. Essa opção de compra do CDRU pode ocorrer depois de dez anos de contribuição. O período que vocês já contribuíram será abatido numa eventual aquisição do imóvel. Isso tudo deve ser requerido junto ao DEMHAB.

Os pagamentos do CDRU: as taxas do CDRU mudam conforme o aumento do salário mínimo nacional; os pagamentos do CDRU iniciarão a partir de trinta dias - aqui vocês considerem o que o Diretor acabou de comunicar para vocês. Os pagamentos poderão ser realizados nos bancos conveniados com o DEMHAB, ou no DEMHAB, após oito dias do recebimento do Doc. Se não receberem o Doc, procurem o DEMHAB.

O morador, ao assinar o CDRU, se responsabiliza a cuidar do imóvel e a não realizar alterações estruturais sem a devida orientação dos órgãos da Prefeitura; morar no imóvel, pagar as taxas do CDRU e pagar os serviços de água e luz. Lembrem-se, senhores moradores, ao receber a chave do seu imóvel, peçam uma cópia do seu contrato CDRU, pois é a garantia do seu direito à moradia.

Bom, era isso o que eu tinha para comunicar a vocês. Eventuais dúvidas vocês podem diminuir agora ou procurar-nos no Jurídico do DEMHAB. Boa-noite. (Palmas.)

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Nós tínhamos organizado de uma forma, mas a nossa advogada, a Dra. Laura, daqui a pouco terá que sair; então, como tínhamos acordado inicialmente que abriríamos para as dúvidas ao final da fala de todos os representantes, nós vamos abrir uma exceção. Nós vamos agora, neste momento, abrir espaço para questionamentos, para quem tiver alguma dúvida ou queira se posicionar em relação à apresentação da advogada Laura sobre o contrato. Abriremos espaço agora, porque ela já vai se retirar. Então, gostaria de pedir que, quem tiver dúvida, levante a mão, para poder usar da palavra.

**O SR. JOSÉ ALFREDO:** Boa-noite, pessoal. Meu nome é José Alfredo, eu sou mais conhecido na Vila como "veio". Nós somos 235 famílias no Chocolateão, e lá nas casas são 181. Como é que vai ser feito o parcelamento? E pessoal que puxa carrinho, ele pode continuar puxando o seu caminho e vendendo? Como é que vai ser feito isso? Como é que nós vamos pagar a casa? É essa a nossa preocupação. Nós trabalhamos na rua, nós puxamos caminho, então, essa é a nossa preocupação. Pode me responder?

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Eu vou pedir licença e vou lhe dizer o seguinte: como a assembleia está iniciando agora, nós abrimos esse espaço para questionamentos em relação ao contrato. Essa sua pergunta, em relação às 181 famílias, eu vou lhe responder agora, mas eu gostaria que a gente pudesse retomar depois, no final, o seu questionamento em relação ao resto, e daí o senhor será o primeiro inscrito. Em relação às 181 famílias, os adensados serão contemplados com o Programa Minha Casa, Minha Vida. Então, agora, no decorrer da assembleia, haverá um espaço em que serão colocados os critérios que foram utilizados para selecionar as famílias e, depois, vamos esclarecer que os adensados, como eu estou dizendo agora aqui, serão atendidos através do Programa Minha Casa, Minha Vida. Ou seja, nenhuma família vai ficar sem ser atendida pelo Município.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)



**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Só para a gente poder dar continuidade, eu gostaria de deixar esse seu questionamento para depois. Eu abrirei novamente as inscrições, no final, e o senhor será o primeiro inscrito.

Então, só para esclarecer, vocês terão um espaço final para amplas discussões, mas esse momento, agora, é para as dúvidas em relação à apresentação do tipo de contrato que vocês irão receber através das unidades habitacionais.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** É que a minha mulher, o meu filho e eu perdemos nossos documentos, quando houve o incêndio lá. E aí como é que nós vamos fazer, já que a senhora mencionou que tem que ter os documentos?

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Para esclarecer, em relação aos documentos, haverá uma reunião, amanhã à tarde - e me corrija se eu estiver errada, Milene -, entre a FASC, a Conterra, para a gente cruzar os dados de todas as Secretarias que têm as informações em relação à comunidade. Qual é a nossa preocupação? Para as pessoas que não tiveram documentos, vai ser feito um mutirão em conjunto com a Prefeitura e todas as Secretarias, para que a gente possa fazer busca cartorial. Se alguém perdeu também o registro de nascimento em algum incêndio ou por extravio, nós faremos a busca cartorial na localidade que vocês nasceram. Então, há uma preocupação em atender essa questão dos documentos, porque, sem os documentos, a gente não consegue encaminhar o contrato e a documentação para a Caixa. Mas fiquem tranquilos, porque amanhã haverá uma reunião específica para isso e a gente está chamando todos para que participem.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Essas pessoas separadas que moram sozinhas? Tem homens e mulheres que moram sozinhos - e é um monte deles. Trinta por cento das pessoas que estão aqui moram sozinhas. E aí? Essa pergunta ninguém fez, não é?

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Tu dizes em relação ao contrato?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Não tem problema. Quem mora sozinho vai ter o contrato no seu nome. Eu vou passar a palavra para a nossa advogada.

**A SRA. LAURA LAMPERT:** Eu gostaria de tranquilizá-los que os casos isolados vão ser tratados individualmente. Deem entrada dos documentos no DEMHAB, que eles serão analisados. O que for o procedimento padrão vai ser feito e o que sair da regra será analisado. Vamos proceder da maneira correta, tranquilamente.

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Se alguém tiver alguma dúvida, que as perguntas sejam feitas em relação ao contrato. Eu não sei se ficou contemplada a pergunta de quem mora sozinho, se é em relação ao contrato ou se vai receber casa. Se mora sozinho, homem ou mulher, estando cadastrado direitinho, através do levantamento que a Conterra vem realizando através do DEMHAB, vai receber a casa, sim. Se a pessoa mora sozinha e vive na Vila Chocolateiro, também vai receber a sua casa.

Então, eu só quero reafirmar mais um pouco, para a gente não perder tempo, porque nós temos que entregar a sala às 22 horas; vamos usar este momento só para as perguntas que dizem respeito à área jurídica, à nossa advogada, que está aqui.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Como é que vai ficar o negócio das casas, como ela estava falando ali? E aqueles que não estão inscritos?

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Gente, essa pergunta entra no final, porque ela não é específica da questão jurídica. Há alguém com mais alguma pergunta da área jurídica?

**O SR. AMARAL:** Meu nome é Amaral. Nós tivemos uma reunião na Federal, faz uns três meses, e a Federal disse que comprou a área para nós. Agora, conforme explicaram, nós vamos pagar 30 anos, mais 30 anos, mais 30 anos. Não vai ser nunca nossa? Estive numa reunião na Federal e o Diretor falou que a área era nossa, foi dada para nós. Então, nós temos que pagar é a casa, e tem que ter um valor "x" a casa. Nós vamos pagar 30 anos, mais 30, 30...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. AMARAL:** Naquela reunião que vocês estavam! Ele falou! E é com ela. (Palmas.)

**A SRA. LAURA LAMPERT:** Senhor, a opção de compra é a partir de dez anos da contratação. Eu já estou apresentando para vocês a modalidade. A modalidade de Concessão de Direito Real de Uso é desta maneira: a partir de dez anos, vocês fazem a opção de compra, ingressam com o pedido e ocorre o abatimento. Este é o procedimento padrão. Tem mais alguém?

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Boa-noite, eu só queria fazer uma pergunta. Eu estou com uma dúvida, eu só quero saber se vai ter SASE e um colégio próximo.

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Essa pergunta nós vamos responder quando a gente abrir o espaço para todo mundo. A senhora fica inscrita para a gente responder depois.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Tem esse Programa Minha Casa, Minha Vida. Por que não fazem cinco anos de quitamento da casa? Em cinco anos pode fazer o quitamento da casa. É um preço "x", vai ser acrescentado sobre o salário-mínimo ou igual, e em cinco anos dá para quitar uma casa.

**A SRA. LAURA LAMPERT:** Pessoal, eu percebo que as dúvidas de vocês não têm um caráter essencialmente jurídico. Eu estou aqui, à disposição de vocês, para discutir e esclarecer. Esclarecer, porque o tipo de contratação já está definido. Então, eu estou aqui à disposição para esclarecer o tipo de contratação. Eu percebo que as dúvidas de vocês envolvem outras questões. Portanto, eu me coloco à disposição de vocês: meu nome é Laura, trabalho no Jurídico, no 4º andar. Vocês podem nos procurar durante o expediente normal de trabalho. Os advogados funcionam em regime de plantão toda a manhã e toda a tarde. Durante todos os dias da semana existe um advogado de plantão, que vocês podem procurar e esclarecer todas essas dúvidas individuais. "Eu sou separado: eu não  
pág. 9



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
Evento Presidência 08OUT2010

---

sou...” Certo? Nosso telefone é 32897200. E vocês podem, preferencialmente, nos procurar para tirar essas dúvidas que vocês têm, porque percebo que as que vocês estão colocando, no momento, não são essencialmente jurídicas. Está bom?

Devolvo a palavra à Maria Luiza. Obrigada.

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Há mais alguém na área jurídica, cu dá para a gente continuar?

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Quanto tempo eles vão ficar ali? E qual é o dia que vão se mudar da residência? É só isso que quero saber.

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Vocês ficam até estarem prontas as unidades habitacionais, o que está programado já para dezembro. A mudança está programada para ser no mês de dezembro.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Eu queria que a senhora me explicasse o que eu faço se não tenho nenhum documento. Queimou tudo quando o finado Rodrigo queimou a casa dele. Ele morava ali e eu morava em São Valentim. Eu vim no velório dele, e todos os documentos tinham queimado.

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Só para reforçar, novamente: fiquem tranquilos; para as pessoas que não têm documentação, faremos, através da Prefeitura, um envolvimento com todas as Secretarias, um levantamento geral, amanhã à tarde, para sinalizar quem são as pessoas que estão sem documentos. Nós vamos providenciar, juntos, um mutirão para fazer a busca cartorial e encaminhar a Carteira de Identidade e o CPF de todas as pessoas que não têm.

Eu gostaria de lembrar que, no decorrer da assembleia, durante as falas, o pessoal que estiver interessado em questionar, levante o braço, que a Cristiane vai até vocês e pega seu nome, para depois chamá-los ao microfone, quando abrirmos espaço para a comunidade se pronunciar.

Não havendo mais questionamentos em relação à parte jurídica, damos continuidade à pauta que organizamos inicialmente com vocês. Só gostaria de lembrar que, através da

pág. 10

Câmara Municipal, está sendo gravada toda esta assembleia, e, posteriormente, ela será gravada, como se fosse uma ata. É a descrição de todos os pontos que abordamos aqui na assembleia, desde a fala do Diretor, inicialmente, e a representação de todas as Secretarias. Então, fiquem tranquilos, pois tudo que está sendo tratado hoje aqui, as lideranças, o Presidente da Associação irão receber, através de uma ata de todo o desenvolvimento e de todos os temas que abordamos hoje nesta assembleia.

Vou passar a palavra agora para o representante da Conterra, que vai fazer um breve relato da prestação de contas das atividades que estamos fazendo até então.

Há mais uma pergunta? Depois, então, passamos para a pauta seguinte, porque a advogada tem um compromisso fora e vai sair, mas, antes, ela lhe atende.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Ela disse que nós vamos ter um desconto na moradia daqui a dez anos, quando a gente tiver a concessão de compra total. Quero saber o seguinte: na hora da assinatura do contrato, o valor do imóvel vai estar mencionado no contrato, para depois a gente adquirir esse desconto, daqui a dez anos? (Palmas.)

**A SRA. LAURA LAMPERT:** Num primeiro momento, não consta o valor do seu imóvel no contrato, porque esse não é um contrato de compra e venda; é um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso. Quando é feita essa solicitação - olhando lá na frente, no futuro -, ela vai para o setor competente fazer uma avaliação do seu imóvel. Mas, no contrato de Concessão de Direito Real de Uso, não consta o valor do imóvel. Eu estou lhe dando um esclarecimento técnico somente.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. LAURA:** Senhor, eu lhe estou dando um esclarecimento técnico sobre o contrato. O contrato é um contrato padrão, a exemplo do contrato utilizado no Condomínio Princesa Isabel, no Loteamento Lupicínio Rodrigues. Ele não faz a exceção; o contrato é o modelo padrão. No modelo padrão, não vai o valor do imóvel, inclusive porque o primeiro momento não é o da opção de compra; a opção é Contrato de Direito Real de Uso. A dúvida foi esclarecida?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** É dentro da área jurídica a sua pergunta?

**A SRA. LUCIANA:** Eu sou a Luciana. Por que a minha mãe não vai ganhar casa? Eu quero perguntar por que ela não vai ganhar casa. Ela já morou aqui, ela tem o direito de ganhar a casa dela, porque é o meu irmão que dá comida para ela.

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Sobre a pergunta da Luciana: nós temos, após a prestação de contas da Conterra, uma apresentação e um esclarecimento sobre todos os critérios que foram utilizados. Então, eu peço que tu aguardes, que logo em seguida vão ser listados todos os critérios. A pauta seguinte à prestação de contas é essa.

Nós vamos passar, para adiantar, à apresentação da prestação de contas das atividades que estão sendo realizadas na comunidade através da Conterra.

**A SRA ISADORA:** Boa-noite, pessoal! Eu sou a Isadora, para quem ainda não me conhece. Sou assistente social da Conterra. Eu, a Andreza e o Fabiano compomos a equipe de trabalho técnico-social. Nós vamos apresentar um pouco para vocês as atividades que a gente vem fazendo até hoje lá na Vila, que são atividades com o intuito de contribuir para a mudança: que vocês participem da mudança, que estejam por dentro e possam conhecer para onde é que vocês vão.

Logo no início, quando a gente chegou à Vila, a gente fez um reconhecimento da comunidade, foi conhecendo, foi se apresentando; depois, a gente fez reuniões para apresentar o projeto técnico de trabalho social; a gente fez uma segunda assembleia lá no TRF. Nessa assembleia, a gente tirou uma comissão de acompanhamento de obras, que, aqui na foto, está capenga, porque a comissão tem doze pessoas, mas, na foto, só aparecem quatro. A gente fez visita ao Posto Santa Marta para conhecer os equipamentos que atendem vocês, todos os serviços da Região que atendem a Vila. A gente fez reuniões com o grupo do SAJU/Gajup para tentar afinar um trabalho dentro da Vila. Fizemos a atualização do croqui - croqui é o mapa da vila - indo de casa em casa, anotando e fazendo o mapa da Vila, para saber quantas casas existem na Vila.

pág. 12

Durante todo esse processo, a gente fez reuniões entre o DEMHAB e a Conterra. Voltando um pouco, Conterra é a empresa que foi contratada pelo DEMHAB para executar o projeto. Ai, o DEMHAB nos contratou, mas a gente tem sempre a assessoria deles, a gente está sempre em contato com eles para fazer as atividades da maneira mais efetiva.

Depois que a gente atualizou o mapa da Vila, a gente aplicou o questionário, que foi a atualização do cadastro de vocês, o levantamento socioeconômico, também em 2010. Nesse meio tempo, também fizemos visita às obras com a comissão de obras: uma vez por mês, a gente levava essa comissão até as obras, e a finalidade dessa comissão era repassar, para o resto da comunidade, o andamento das obras. Então, a gente espera que eles tenham repassado para vocês, mês a mês, como é que estava o andamento. Essa comissão dura até dezembro. No mês de setembro, a gente não fez a visita com a comissão de obras, porque se fez visita com toda a comunidade, a maioria do pessoal que está aqui foi visitar as obras. Então, no mês de setembro, excepcionalmente, não teve a visita com a comissão; mas agora, em outubro, a gente já retoma isso, até dezembro, que é a data que vocês vão se mudar.

A gente participou também da reunião da rede de sustentabilidade, que é uma reunião onde participam todos os órgãos, as Secretarias - todos não, mas os principais -, que atendem vocês também lá na Vila. A gente participou de uma palestra sobre cooperativismo, onde uma professora da UFRGS falou sobre esse tema. Duas vezes por mês, a gente participava de uma reunião intersecretarias, em que a maioria das Secretarias da Prefeitura participava e se discutia como seria o atendimento de vocês lá, quando se mudassem, na Região Nordeste e Leste - essa reunião era para isso.

A gente também fez, continua fazendo e vai fazer, até o último momento, o plantão social, reforçando que o plantão na Vila é na segunda-feira de tarde e na quarta-feira de manhã, que é quando vocês podem nos encontrar para tirar dúvidas, para conferir cadastro, quem estava no cadastro, quem não estava no cadastro... Tudo isso vocês podem ver lá no plantão com a gente.

A partir de agosto, a gente começou fazer reunião com grupos de famílias. A gente dividiu a Vila em seis grupos, e com cada grupo a gente fazia reunião. No primeiro ciclo de reuniões, o primeiro tema foi para esclarecer dúvidas sobre o projeto técnico, social e arquitetônico. Nessa primeira reunião, eram as dúvidas mais gerais, aquelas

preocupações que todo mundo tinha, e a gente, na medida do possível, conseguiu esclarecer. Nossas reuniões foram no galpão do DMLU, na associação dos moradores, e, no total, nas seis reuniões que a gente fez, estiveram 114 participantes.

Depois, houve a segunda reunião, que foi sobre educação sanitária e ambiental. Então, a gente trabalhou algumas dúvidas, soluções sobre educação sanitária e ambiental; demos dicas, trocamos ideias daquilo que é o cotidiano da gente, como o que a gente faz na Vila para cuidar do meio ambiente, para cuidar da saúde, para poder economizar e pensar no futuro.

Vocês se veem nas fotos? Estão todos nas fotos?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. ISADORA:** É sobre as atividades? Tem que ser depois. Nessa reunião que era sobre a educação sanitária e ambiental, estiveram 70 participantes no total; essa aí o pessoal faltou um pouquinho.

A nossa terceira atividade, a nossa terceira reunião, foi visitar as obras. A maioria de vocês ainda não conhecia as obras, então fomos lá para conhecer, e o resultado foi sempre bom, todos saíram de lá satisfeitos e gostando do que estavam vendo, uma obra de qualidade, enfim, que vocês achavam adequada.

Na reunião, que não foi bem uma reunião, foi uma visita, compareceram 108 participantes no total.

Agora, no final, nós oferecemos um curso de confecção de objetos com garrafa pet. Como vocês sabem, no projeto técnico-social, estão previstos também alguns cursos, e o primeiro deles é esse. O que aconteceu? Nós tivemos um total de oito encontros: no primeiro, tivemos nove participantes; no segundo e terceiro, seis; no quarto, um; no quinto, quatro – aumentou; mas no sexto, no sétimo e no oitavo, nós não tivemos nenhum participante, pessoal.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. ISADORA:** A Laci estava lá, sim. Quando houve o oitavo encontro e não havia mais nenhum participante, nós resolvemos suspender o curso, porque a oficina estava

indo lá e sair chateada, porque não havia ninguém. Então, nós suspendemos, mas deu para produzir algumas coisas. Quem esteve lá pôde aprender alguma coisa, e tomara que consiga reverter isso em renda.

Com relação aos cursos, nós estamos reformulando e, no pós-reassentamento, vamos continuar oferecendo os cursos, mas agora está havendo uma reformulação, estamos repensando como vamos fazer com relação a essa questão, porque, afinal de contas, não houve adesão no primeiro curso que oferecemos, o pessoal não participou em massa e até o final.

Vocês sempre nos viram lá também entregando convocação, pedindo para assinar. E sempre nos reunimos com as lideranças. Basicamente, foram essas as atividades que a gente fez lá.

Agora, vou passar a palavra ao Fabiano, para que ele fale sobre os dados que nós levantamos, tendo como base o questionário, o cadastro que passamos lá na Vila.

**O SR. FABIANO:** Eu vou apresentar para vocês os dados que levantamos em 2010, da comunidade do Chocolateiro. Nós identificamos 170 moradias, 15 moradias de comércio, nove comércios, uma atividade religiosa, três equipamentos comunitários, 17 antigos domicílios que estavam desocupados ou demolidos. Houve 13 famílias ausentes.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. FABIANO:** E nós identificamos, desde o cadastro de 2009, 18 construções novas, que não estavam numeradas pelo DEMHAB, e que nós, da Conterra, acabamos numerando. De um total de 229 construções, em 2010, nós identificamos como moradia e moradia e comércio - e aí nós juntamos esses dois, porque, além da moradia, havia uma questão de comércio -, 216 construções, perfazendo um total de 235 famílias, em 2010. Identificamos também, nessas famílias, dentro da comunidade: 126 crianças de zero a seis anos; 123 crianças e adolescentes, de sete a 14 anos - um total de 249 crianças e adolescentes; 360 adultos de 15 a 59 anos; 22 idosos a partir de 60 anos. Um total de 631 pessoas identificadas: 335 do sexo masculino e 296 do sexo feminino. Esses foram alguns dos dados que levantamos. Estamos terminando de tabular alguns outros para entregar à comunidade. A Andresa vai continuar.



**A SRA. ANDRESA:** Sou bióloga da Conterra e vou falar das próximas ações do nosso trabalho. Na semana que vem, vai haver apresentação da lista dos atendidos no loteamento. Na quarta-feira, pela manhã, no horário do plantão, vamos afixar, na associação dos moradores, a listagem das famílias que serão atendidas no loteamento. Então, vocês podem ir lá, não precisa ser um aglomerado de pessoas, podem ir com calma, que a lista vai ficar lá, e vocês não precisam se preocupar que ela vai ficar lá até o momento da mudança, não vai ser retirada.

Vamos fazer reuniões com um grupo de famílias, com aqueles mesmos grupos, para falar sobre o nome do loteamento e escolha da vizinhança. Nessa reunião, vamos esclarecer dúvidas sobre o contrato que vai ser assinado - a advogada já falou um pouco para vocês. Como já estávamos dividindo a Vila em seis grupos, vamos ter um outro momento em grupos menores para fazer esse trabalho.

Vai ocorrer o curso de multiplicadores ambientais; já passamos de casa em casa, e a Fernanda e a Laci já estão inscritas. Vamos começar o curso no dia 19, na próxima terça-feira - vamos avisar todo mundo que tiver interesse em fazer -, vamos trabalhar sobre educação sanitária e ambiental. Convidamos todos que têm interesse. Depois, ao longo do trabalho, podem se agregar para fazer parte desse curso. Vai ocorrer o curso de capacitação de lideranças, também. Isso tudo antes do reassentamento.

Sobre os cursos do EJA de Geração de Trabalho e Renda, como a Isadora falou, estamos reformulando algumas coisas. A ideia é fazer agora no pós-reassentamento, apesar de que um vai iniciar antes. Em função de alguns cursos terem equipamentos maiores, é melhor fazer no pós-reassentamento, para haver em uma sala adequada.

Nós e a equipe do DEMHAB vamos acompanhar vocês nesse processo de mudança para o loteamento.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**A SRA. ANDRESA:** Sim, vai haver, no loteamento, plantio de mudas de árvores. Hoje à tarde, em uma reunião, fiquei sabendo que, provavelmente, vai haver mais árvores plantadas por lá. Vou pesquisar para saber direitinho o quanto vai ter, mas nós vamos ser responsáveis por plantar essas 20 mudas, vamos ajudar vocês. Nós vamos acompanhar

vocês por nove meses após o reassentamento; então, não se preocupem, vamos estar lá para esclarecer dúvidas, quando vocês tiverem alguma coisa para perguntar.

Também vamos fazer o acompanhamento dos trabalhadores no galpão de reciclagem de lixo. A Vonpar Refrescos já começou a fazer esse trabalho, vai continuar lá também. E, como já falaram, a construção da sede social, no qual vocês poderão fazer as festas, enfim, todas as reuniões. Tudo isso que a gente vai fazer lá é possível que se faça na sede social. Muito obrigada pela atenção. Após, os questionamentos.

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Eu vou pedir a paciência de todos, porque teremos, antes de abrir para vocês, uma breve apresentação de cada representante das Secretarias aqui presentes. Passamos a palavra para a Vânia, que representa a Governança. Nós acordamos, aqui, dois minutos para cada Secretaria, para darmos uma continuidade rápida na assembleia.

A Sra. Vânia está com a palavra.

**A SRA. VÂNIA:** Boa-noite a todos e a todas. Eu sou da Secretaria de Governança; parte de vocês me conhece, como também eu os conheço. Estou aqui para falar em nome não só da Secretaria, mas em nome da rede. Eu estou deixando bem claro para todo mundo que esta rede que está formada não é da Prefeitura nem da Secretaria; ela é também da Secretaria e também da Prefeitura. É uma rede de vocês, onde vocês vão, falam, conversam, puxam parceiros, e a gente não pode perder esta parceria quando vocês forem para o reassentamento. Qualquer dúvida, vocês falem comigo. Eu estou sempre ali às terças-feiras, depois das 14h30min.

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Nós vamos passar a palavra ao nosso mais assíduo parceiro, que é o Ronaldo, representando o Tribunal Regional Federal.

**O SR. RONALDO:** Boa-noite, pessoal. Acho que a maioria me conhece, sou o Ronaldo, do Tribunal. É muito bom ver esta assembleia lotada, hoje - sinal de que a comunidade realmente está se engajando no processo. Quero lembrar que o Tribunal dá a sua colaboração, assim como todos, pessoalmente, e as instituições, de forma institucional. E só é possível este momento, porque essa parceria, essa união e o comprometimento de

vocês se viabilizou ao longo desse tempo todo em que a gente vem trabalhando. Parabéns para vocês. Obrigado.

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Nós vamos passar, agora, para a FASC, para a Milena, nossa técnica, que está sempre junto com vocês.

A Sra. Milena está com a palavra.

**A SRA. MILENA:** Boa-noite, gente! Na realidade, é um breve relato, até porque nós temos o tempo de dois minutos. Eu vou dividir um pouco a minha fala com a Isabela. Eu sou a assistente social da FASC aqui no Centro; a Isabela é a assistente social que vai trabalhar com vocês na nova Região - é assim que a gente já vem trabalhando. A partir das reuniões de rede com vocês, nós temos a preocupação de que o atendimento que vocês têm aqui, por parte da assistência, da saúde, da educação, possam ter no novo local de moradia. Por isso, a gente já vem conversando aqui. Nós estamos fazendo uma troca de bastão, um rito de passagem. Então, vocês já vão conhecer a Isabela, que vai dar uma palavrinha com vocês, a pessoa que vai estar trabalhando conosco.

**A SRA. ISABELA:** Boa-noite a todos, sou assistente social e coordenadora de um serviço que já acontece na Região para a qual vocês estão indo, no Morro Santana, que é o Centro de Referência de Assistência Social. Estamos já articulados com a equipe técnica da Assistência Social daqui do Centro, fazendo uma parceria com ela, junto com todas as famílias que compõem esta comunidade do Chocolateiro, que está indo pra lá, de maneira que a gente possa dar continuidade ao trabalho que o pessoal da Assistência do Centro já realiza com vocês. Então, a nossa intenção é continuar o que já existe e sempre estar à disposição para novas propostas, novos projetos, de acordo com as necessidades que vocês vão apresentar quando forem para lá.

É um prazer conhecê-los. Eu venho representando esse serviço, mas esse serviço é composto por uma equipe de profissionais, como psicólogos, assistentes sociais, cadastradores, que dão atendimento na questão do cadastro único do Bolsa Família, e estamos todos numa grande expectativa da chegada de vocês, organizados, para poder acolhê-los, lá, da melhor maneira possível.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Gente, o atendimento, hoje, que é feito pela FASC, é de 50 famílias da comunidade Chocolateão, que tem acompanhamento entre NASF e PET. Fazendo um levantamento das crianças e adolescentes - para quem queria perguntas e respostas sobre SASE -, nós temos aqui duas entidades que nos atendem: o Instituto Providência e o Lar Dom Bosco, na grande maioria.

Então, hoje pela manhã, nós, da equipe de família, estivemos reunidos com o SASE do Instituto Providência, do Lar Dom Bosco, e, daqui para frente, vamos nos reunir toda a semana para poder começar a fazer discussão das famílias e desse acompanhamento, que vocês sigam para lá já com uma referência de atendimento. Já foi aprovado, foi uma discussão, porque vocês teriam, pelo levantamento, a necessidade de 80 metas de atendimento para SASE e trabalho educativo. Então, nós já estamos garantindo isso na nova Região.

A Isabela vai trabalhar com a parte de programas de famílias, a referência de vocês é Leste, embora, por uma discussão na Educação, teriam que ter as escolas próximas ao SASE. Então, quem vai atender vocês é a Região Nordeste; a assistente social é a Adiles. Então, são três CRAS que vão estar envolvidos, neste momento: o CRAS Centro, eu; Leste, a Isabela; Nordeste, a Adiles. Então, essa é a discussão agora, estamos trocando esses prontuários.

Acho que estou me estendendo um pouco no meu tempo, mas acho que é importante colocar que, amanhã de tarde, nós temos uma reunião lá no módulo da FASC, com a participação da Fernanda, também, que fez todo um levantamento. Por quê? Vocês viram que, na questão do contrato, vocês devem ter, junto ao DEMHAB, o CPF. Mas esses dados têm que ser encaminhados para o Governo Federal, para a Caixa Econômica Federal, Ministério das Cidades, e eles exigem que vocês tenham o número de identificação social, que é aquele cadastro do Bolsa Família. Quem não fez o cadastro do Bolsa Família, vai ter que fazer, e é isso que a gente vai estar fazendo amanhã. Quem não tem documentação, a gente vai ver de que maneira dar conta neste momento, porque, para vocês receberem as casas, têm que ter o NIS.

Então, quem não tem o Bolsa Família, eu acho que daqui a dez dias, no máximo, nós estaremos na associação com todos os cadastradores, para fazer esse novo cadastro de vocês.

E também só para dar um retorno para a Marta. Hoje pela manhã nós nos reunimos com esse grupo, que vai ser todas as quartas-feiras de manhã; a gente vai começar a discutir o Projeto Chocolate com Morango, o Amigos da Bola, e o Contação de História. E aí a comunidade também vai participar desses espaços com os novos técnicos, para dar continuidade a esses projetos. Qualquer coisa, depois tiramos as dúvidas. Era isso.

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Eu peço que o senhor aguarde, pois é o primeiro inscrito. Agora, nós vamos passar a palavra para a Dra. Lisandra e para a Rosângela, que fazem um trabalho direto com vocês, lá, no acompanhamento da saúde de vocês.

**A SRA. LISANDRA:** Boa-noite. Eu acho que conheço todos aqui pelo nome, a maioria, pelo menos, e até pelo sobrenome. O objetivo é apresentar a equipe que vai recebê-los lá na nova moradia de vocês. Então, eu, como médica do Posto, e a Ra, como enfermeira e coordenadora do Posto, estamos aqui com muita honra, porque este é um momento histórico.

Queria apresentar para vocês a Denise, Supervisora da Região Leste/Nordeste, e o Felipe, que é enfermeiro, Coordenador do Tijuca, que é o posto que vai atender vocês. E lá é bem melhor, porque tem duas equipes, e se alguém não consultou até hoje porque não gosta de mim, não simpatiza comigo, lá não terá esse problema; são duas médicas. Então, vou passar a palavra para eles.

Disso tudo que a Milena falou, que o pessoal do DEMHAB falou, a gente vem participando também. É um processo muito bacana, e a gente quer que o pessoal de lá conheça a comunidade e conheça as pessoas que a compõem, para que, quando vocês chegarem lá, serem um pouquinho conhecidos deles também. Um abraço. (Palmas.)

**O SR. FELIPE:** Boa-noite a todos, coordeno o PSF Tijuca. Certamente, será muita honra recebê-los, porque, na realidade, será um novo ciclo na vida de vocês que estará sendo construído. Nós, naturalmente, vamos participar dessa construção, não só do ponto de vista social, mas também da saúde, da prevenção, da mudança através de conceitos; enfim, a ideia é contribuir. Nós, certamente, vamos aprender com a experiência de vocês, com toda a história que vocês já construíram, e teremos uma relação que haverá de ser

construída, haverá de ser alicerçada em fundamentos que já foram construídos com a equipe que está nos passando toda essa história de vocês. E vamos tentar concluir, da melhor maneira possível, para que vocês consigam o objetivo maior, que é a qualidade de vida, que é a saúde. Vocês já estão dando um primeiro grande passo, que é uma mudança de vida, que certamente é muito diferente em função de toda a luta que vocês já vinham travando dentro das condições que viviam - até mesmo podemos dizer sobreviviam - e que é muito diferente para onde vocês estão indo. Obrigado. (Palmas.)

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Como eu não posso ficar quieta, para aqueles que ainda não me conhecem lá no posto, eu estou oferecendo a grande oportunidade de fazerem uma consulta, para não chegarem lá no Tijuca desesperados, querendo fazer exames, querendo consultar, não deixar a equipe de lá enlouquecida. Então, para aqueles que ainda não foram, até dezembro tem tempo. (Risos.) (Palmas.)

**A SRA. COORDENADORA (Maria Lulza):** Eu vou pedir só um minutinho mais de silêncio, porque a gente já vai, em seguida, abrir, para vocês poderem questionar. Passaremos a palavra para a Maira, técnica do DMLU.

**A SRA. MAIRA:** Eu sou arquiteta do DMLU, que é responsável pela unidade de triagem que será construída lá no local onde vocês serão reassentados. Essa é uma vista bonita de como vai ser a unidade de triagem, que é uma unidade bastante grande, com 750 metros quadrados, com todos os equipamentos necessários para esse trabalho, como as prensas: vai haver duas prensas, uma vertical, uma prensa hidráulica, uma que prensa os papéis e outra que prensa as latas; elevador de carga, que fará o carregamento dos fardos nos caminhões que vão comprar de vocês; balança eletrônica, para que vocês vendam com precisão todos os quilos que houver naqueles fardos. Foi garantida a construção dessa unidade de triagem através de uma parceria entre a Prefeitura e a Usiminas. Então, a Usiminas vai construir, equipar e cercar a unidade, vai ser responsável por entregar essa unidade pronta, a chave pronta para quem for trabalhar lá dentro. Quem estiver trabalhando lá dentro terá formação: já existe um grupo que está treinando na própria Vila onde vocês hoje ainda estão morando, e esse grupo vai certamente

crescer, terá um número maior de pessoas e vocês vão se reunir sob a forma de uma associação. Essa associação vai convênir com o DMLU.

O papel do DMLU é levar material para vocês de maneira que consigam a sua sobrevivência daquele material. Vamos levar tantas cargas quantas forem necessárias, para que vocês triem e consigam obter um valor razoável, que vai ser o ganho de vocês. Não existe a preocupação de que o DMLU não vai levar carga, nós vamos levar.

Se essa associação já estiver devidamente registrada, além de receber a carga, ela vai convênir com o DMLU, nós vamos ter um convênio assinado. E a associação vai receber, além das cargas, uma ajuda financeira de dois mil e quinhentos reais para o pagamento das suas contas, porque o galpão, como todos os demais prédios que estarão lá na Vila, vai ter gasto de água, de luz, e essas contas têm de ser pagas.

Em a associação tendo firmado o contrato, o convênio com o DMLU, esses dois mil e quinhentos reais são exatamente para o pagamento das contas de água, luz, para compra de EPIs, para que vocês possam trabalhar de luvas, de máscara, com todos os equipamentos necessários para a proteção e o trabalho nessa unidade. É isso aí.

A unidade, em princípio, comporta um número de 60 pessoas num único turno, então terão de se revezar em mais turnos para que todos possam trabalhar. E acho que, à medida que haja muitos e muitos interessados em trabalhar, o que hoje ainda não se vê, mas até sabemos que existe um grupo maior interessado, de repente, possa haver uma segunda unidade - vamos ver. Mas hoje temos essa unidade bastante completa, bastante ampla, com todos os equipamentos necessários para um trabalho digno, com refeitório, e temos notícia de que vai poder ser instalada nesse local uma cozinha do Fome Zero, e ele tem capacidade e espaço para isso.

Essas conquistas todas já estão feitas, já estão garantidas, e esperamos que dê tudo muito certo. (Palmas.)

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Vamos abrir para os questionamentos, para as dúvidas. Temos duas pessoas inscritas. Passaremos para a Vânia fazer um esclarecimento em relação à ausência da SMED.

**A SRA. VÂNIA:** A SMED hoje não está aqui, mas mandaram avisar para vocês ficarem tranquilas em relação às vagas escolares e às vagas para as creches. Na próxima  
pág. 22

reunião, elas estarão presentes. Fiquem tranquilas, porque elas estão providenciando tudo.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** A dúvida que tenho é a seguinte: somos 235 famílias na Vila do Chocolate, e as casas lá são 181. Como vai ser feito o relacionamento? O projeto que eles têm é de associação, mas como será selecionado o pessoal para trabalhar?

**A SRA.COORDENADORA (Maria Luíza):** Quanto ao excedente, nós havíamos, inicialmente, dito aqui, quando o senhor perguntou, que temos a garantia de 181 unidades habitacionais para as famílias cadastradas no loteamento da Avenida Protásio Alves. E as famílias que excederem esse número, que são os adensados, também serão atendidos com uma unidade habitacional através do projeto Minha Casa, Minha Vida. E, quanto à Cooperativa, eu vou passar para a Maira. Não sei se tu podes contribuir aqui, ou a Jacque, em relação ao questionamento da Cooperativa.

**A SRA. MAIRA:** O que eu sei é que existe um grupo de pessoas trabalhando já no galpão que existe lá no loteamento, sob a supervisão da Jacque - é isso, não é, Jacque? Essas pessoas, até onde eu sei, são o embrião da associação que vai trabalhar na unidade de triagem, e essas pessoas estão se movimentando para formar uma associação. Essa é a notícia que eu sei.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** As reuniões para formação da associação de recicladores acontecem junto com a rede, na terça-feira, aberta a todos os moradores da comunidade, e, na quarta-feira, com a assessoria jurídica. As reuniões já estão acontecendo há bastante tempo, o projeto já está sendo agilizado em torno de uns três, quatro meses. Então, todas as semanas, nas terças e nas quartas, existem as reuniões dentro da comunidade.

**A SRA. MAIRA:** A gente sabe que esses movimentos estão acontecendo - maravilha! A gente quer é que aconteçam mesmo, e que essa associação fique devidamente registrada. A gente só pede, e já vem pedindo isso há mais tempo, que prestem atenção nos prazos, porque registro de associação nos cartórios não é uma coisa que se dá de

um dia para o outro; muitas e muitas vezes, é uma coisa bem demorada. A Fernanda e eu já tivemos uma experiência tentando fazer o registro de uma cooperativa, e foi muito difícil, exatamente porque existem muitos entraves com os cartórios. Então, prestem atenção para que isso entre o quanto antes no cartório e, também, para que saia do cartório o quanto antes, para que essa associação possa conveniar com o DMLU antes de vocês irem lá para o loteamento, para que já possam começar a trabalhar com a garantia de que vão receber o valor do repasse. O lixo está garantido, mas o repasse precisa estar conveniado.

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Só aproveitando, eu gostaria de registrar, dentro da fala da Maira, que o trâmite da documentação no Cartório de Registros Especiais demora de 30 a 40 dias, não menos do que isso. Então, que a comunidade fique atenta à tramitação dessa documentação. O próximo inscrito é o Sr. Diemas. (Pausa.) A Dona Sônia. (Pausa.) Já falou? Eu vou aproveitar e passar a palavra para a Eliane.

**A SRA. ELIANE:** Boa-noite. Eu gostaria de saber qual vai ser o local que nós vamos morar no Minha Casa, Minha Vida.

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** O pessoal da Conterra divulgou aqui que, na quarta-feira, no plantão social, vai estar anexada a lista. A partir da semana que vem, nós vamos ter uma data específica que vai ser divulgada na comunidade, para a gente conversar com os adensados e poder elencar quais são os adensados e qual o local do Projeto Minha Casa, Minha Vida que a gente vai contemplar. Então, eu peço paciência, porque hoje nós não temos o local para divulgar para vocês, mas, na próxima semana, a partir da divulgação da lista, o DEMHAB, junto com a equipe técnica da Conterra, vai estar organizando uma reunião específica para tratar da pauta com os adensados.

A Dona Laci está inscrita. (Pausa.)

Passo a palavra ao Marco Antônio.

**O SR. MARCO ANTÔNIO:** Quería só fazer uma pergunta sobre a associação. Ela vai ser equipada com esse salão de festa, coisa e tal, mas eu queria saber se vai ter alguém que

vai coordenar a entrada e a saída, se não vai ser colocada uma pessoa lá que vá querer cobrar taxa para usar o salão e coisas assim, porque não adianta os moradores da Vila irem para lá, e eles querem cobrar taxa para usar o salão e coisas assim

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Quanto à utilização da sede social, quando finalizarem todas as unidades habitacionais, e o DEMHAB for reassentar a comunidade e for realizar a entrega da sede social, é realizado um contrato de Termo de Permissão de Uso. Esse contrato é assinado entre as partes, entre o Departamento Municipal de Habitação e a associação de moradores. De que forma vai ser organizada a sua utilização? A associação de moradores vai ter que realizar uma assembleia com todos os moradores, onde todos vão ter o direito à voz, vão poder opinar e vão chegar a um consenso sobre a forma como vai ser utilizado esse equipamento que a Prefeitura está disponibilizando para a comunidade. O uso do equipamento fica registrado em um contrato acordado entre as duas partes: entre o Município, que é representado pelo DEMHAB, e a associação de moradores.

Posteriormente, essas dúvidas serão resolvidas através de uma assembleia, com a presença de toda a comunidade, e o acerto da presidência, do colegiado da associação dos moradores, com todos os moradores juntos.

**O SR. MARCO ANTÔNIO:** São 181 pessoas que vão para lá, não é? Não é certo essas pessoas chegarem lá e uma querer se adonar da associação e querer cobrar taxa de uso pessoal da associação.

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Só para esclarecer mais um pouco. O DEMHAB vai estar disponibilizando sua área jurídica, os seus advogados, para poder formatar junto com a associação dos moradores. O ideal, para não ficar dúvida, é criar um estatuto. O estatuto vai regular toda a utilização da sede social. Então, com a orientação jurídica e com todas as informações que a comunidade vai apontar para a boa utilização desse espaço, é formatado, ao final, o estatuto, que vai reger de que forma vocês vão manter o controle e a utilização desse espaço.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Eu vou emendar uma pergunta: vai ter uma lista do loteamento, ou vai ter uma lista das pessoas que vão morar no Minha Casa, Minha Vida? Só para esclarecer.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** A lista que vamos disponibilizar, a partir da semana que vem, é a lista das pessoas que serão atendidas ou das famílias que serão atendidas no loteamento.

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Nós temos inscrito aqui o João Luiz. Ele está presente? Tem mais alguém da comunidade que queira falar antes de eu passar a palavra para o Régis? (Pausa.) Fernanda e Tainá? Vou passar a palavra para a Fernanda primeiro.

**A SRA. FERNANDA:** Sou moradora da comunidade do Chocolate e eu só quero colocar que a minha preocupação e, pode-se dizer, a decepção em relação ao projeto, é o atraso da entrega da creche, porque a maioria da nossa comunidade são mulheres chefes de família. Nós tínhamos toda uma visão em relação ao projeto de nova estrutura de vida, novas possibilidades, de nova estrutura social, até para gerar mais tranquilidade para essas mulheres. E, hoje, a gente se depara com o aviso de que a creche vai ser entregue até seis meses após o reassentamento. Então, as mães vão ter que sair para trabalhar; antes disso, a gente vai ter que procurar outro lugar para deixar nossos filhos, até as crianças se adequarem com outras crianças, porque elas não estão acostumadas, porque o convívio delas, geralmente, é com as crianças dentro da comunidade, porque as creches que nos atendem ali têm um grande número de crianças, devido à vulnerabilidade de estrutura das nossas crianças.

Um exemplo prático foi meu filho. Meu filho sofreu um acidente, ele está com traumas emocionais, ele regrediu. Então, a gente tinha todo um projeto em cima da creche da comunidade. E eu acho que, em algum lugar, o projeto tropeçou na "burocracia". Não é burocracia, é "burocracia", porque nós batemos, nós debatemos, nós pedimos, nós conversamos, e temia que ter o pontapé inicial. Não é uma questão de técnica, não é uma questão de profissionalismo, é uma questão de responsabilidade social. Deixo o meu descontentamento - falo como mãe, falo como mulher, falo como dona de casa, falo como

liderança da comunidade - com a SMED, e lamento eles não estarem presentes para ouvir isso, porque eu não gosto de falar sem a presença das pessoas, quero deixar bem claro, mas lamento muito. E a gente vai batalhar, a gente vai correr atrás; são três meses, muita coisa pode ser feita nesses três meses.

Como pessoa, quero deixar o meu agradecimento à equipe que deu muito apoio nas nossas reuniões, ao pessoal que trabalhou em cima do projeto - a gente tem consciência de quem nem sempre a gente consegue agradar a todos. Se a gente pudesse escolher os rumos da nossa vida, com certeza, a gente não estaria aqui agora. Mas quero deixar também o meu agradecimento à Dra. Lisandra, a toda sua equipe, que, com carinho, vai lá na comunidade cuidar das nossas crianças, das nossas gestantes, buscam-nas pelo braço, com todo o carinho e dedicação, levam-nas ao outro lado da Cidade. Isso é ser humano: atrás de um diploma, existe um ser humano, pessoas de verdade. E a muitas pessoas que estão no nosso projeto, hoje, dentro do Tribunal, ao pessoal do Departamento Jurídico, ao DEMHAB, eu agradeço, porque, agora, sim, estão me mostrando que estão com uma visão de seres humanos. (Palmas.)

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Vou passar a palavra para a Tainá.

**A SRA. TAINÁ:** Tem uma coisa que não foi esclarecida até hoje, desde que eu entrei na Vila: para onde é que vai o restante das famílias que estão na Chocolatão? Se uma parte, quarta-feira, vai estar escrito ali que vai, o restante, eles vão fazer o quê? Vão pra onde?

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Assim, só para esclarecer, mais uma vez, para vocês não saírem daqui com dúvidas, o que a gente menos quer é que vocês saiam daqui com dúvidas. Inicialmente, nós respondemos, e eu vou responder novamente para vocês. Tem a garantia da Prefeitura, através do Departamento Municipal de Habitação, até por um compromisso que nós temos com o Tribunal Regional Federal, que nenhuma família vai ficar desassistida. Ou seja, o projeto inicial foi feito com 181 unidades habitacionais. A empresa Conterra, através do DEMHAB, fez todo o levantamento, e nós temos um número "x", que totaliza ali, que é o excedente, que são os adensados. Os adensados - novamente repito - serão atendidos no Programa Minha Casa, Minha Vida. Quarta-feira da semana que vem, no plantão social, estará a relação das famílias

---

pág. 27

atendidas, e, nessa mesma semana, estaremos divulgando para vocês uma reunião com o número de adensados e estaremos apresentando para os adensados o local do projeto Minha Casa Minha Vida que a Prefeitura estará disponibilizando para atender essas famílias.

Então, mais uma vez, gente, ninguém vai ficar sem atendimento, só para esclarecer e para vocês não saírem com dúvidas. Já que não tem mais ninguém inscrito... Ainda tem? Está, só um minutinho.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Eu queria falar, como a Fernanda falou, da creche. Eu tenho três crianças pequenas e eu estava fazendo que eu ia para lá, porque eu ia ganhar uma casa. Elas têm asma, e lá é fechadinho, limpinho e tudo, não é? E daí, agora, eu fico preocupada com a creche. Sou eu que sustento os meus filhos, eu recebo o dinheiro do Governo, mas aquilo ali me ajuda, mas não dá. Daí, como é que eu vou fazer para pagar a casa, coisa e tal, se eu não vou poder trabalhar? Eu me inscrevi lá para o negócio de reciclagem, mas, daí, como é que eu vou fazer com a creche agora? Eu fiquei apavorada.

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Assim, já que veio, de novo, esse questionamento em relação à creche, eu acho que a Fernanda colocou isso muito bem. Eu acho que o momento é este, a assembleia é oportuna para isso. Infelizmente, a gente não conta aqui com a SMED, mas eu quero dizer para vocês que, nas reuniões que são pautadas com a representação de todas as Secretarias, inclusive do DEMHAB, nós temos sinalizado essa preocupação. A Secretaria Municipal de Educação não está aqui presente, mas ela tem a consciência de que a gente tem esta preocupação, porque a gente também contava que a creche fosse entregue - o ideal seria que ela fosse entregue junto com as unidades habitacionais -, mas, por uma série de questões, a Secretaria Municipal de Educação não vai conseguir entregar a tempo, vai ter uma demora de alguns meses, e eles já estão fazendo um estudo e uma avaliação sobre isso, porque não vão deixar a comunidade na mão. Então, quero dizer e reforçar, mais uma vez, para vocês, que, infelizmente, hoje a SMED não está aqui presente, mas vai ter uma pauta específica para a SMED, ainda durante este mês de outubro, com a garantia da sua presença, através da nossa rede lá do Chocolateão, para que eles possam tranquilizar vocês e dizer quais são as alternativas que eles estão pensando para dar o atendimento a todas as

pág. 28

crianças, e para que vocês possam, realmente, realizar o trabalho com tranquilidade. Então, antes de...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** É, é importante, a Ana Elene, a nossa técnica da FASC, está trazendo aqui que o Programa PIMPIA vai ter continuidade lá na comunidade, assim que vocês forem reassentados, ou seja, não vai ter essa ruptura, vocês não vão ficar sem esse atendimento também. Eu vou passar a palavra para o Gilberto.

**O SR. GILBERTO:** Só me diz uma coisa, eu falo uma coisa que a Dona Fernanda falou: por que o cidadão ali, no tempo em que ele está lá catando e reciclando, porque ele não participa mais das reuniões? Esse cidadão ali, oh! Por que agora ele vem fazer a gente passar vergonha aqui na assembleia? Então, ele tem que estar mais nas reuniões conosco.

**A SRA. MARIA LUIZA:** Então, assim, reforçando: toda a comunidade sabe dos dias de reuniões, então a gente quer aqui reforçar esse pedido de que todas as pessoas participem de todas as instâncias de discussões dentro da comunidade, porque a única forma de vocês poderem se organizar é através da participação.

Eu vou passar a palavra para o Régis, da SAJU, e aí a gente vai dar o encaminhamento final aqui.

**O SR. RÉGIS:** Boa-noite, gente. Até nem ia falar, mas surgiu o assunto com relação à Associação de Catadores e Recicladores, então é importante só um pequeno esclarecimento. Nesse sábado, dia 9, às 16h - data e horário escolhidos pela comunidade que esteve reunida em assembleia, quarta-feira passada -, será realizada a eleição, a primeira eleição da primeira diretoria da Associação de Catadores e Recicladores da Vila do Chocolate. Como este assunto se materializou aqui, surgiu como uma preocupação muito importante de vocês, é importante, então, para que as coisas saiam da melhor maneira, que vocês, que estão reunidos em assembleia, estejam presentes, todos

pág. 29

aqueles catadores, recicladores que trabalham com reciclagem de alguma forma estejam presentes no sábado nessa assembleia, para participarem.

Amanhã, encerra o prazo para inscrição de chapas. Teremos, a partir das 17h de amanhã até sábado, o horário da assembleia, o período de campanha para as chapas que, eventualmente, se candidataram. Então, os prazos estão aí, estão acontecendo da maneira como vocês mesmos combinaram conosco, com a assessoria do SAJU-UFRGS, da Gajup-UFRGS, na última assembleia.

E, finalizando, para vocês verem a importância dessa assembleia, a importância da presença de vocês nessa eleição, para o andamento do trâmite legal, a questão da documentação com relação ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos, para ocorrer esse processo, para iniciar e para que seja rápido, é preciso, necessariamente, passar na assembleia. Ele começa por essa eleição, porque a documentação que vai para esse Cartório é, entre outras, a nominata da Diretoria que vai ser eleita e a lista dos primeiros sócios-fundadores, assim como o estatuto, também a ser aprovado nessa assembleia. Então, é muito importante a presença de todos na assembleia - repito, sábado, dia nove, às 4h da tarde. Obrigada. (Palmas.)

**A SRA. MARIA LUIZA:** O Fabiano está com a palavra, e vamos encaminhar para fazer o encerramento.

**O SR. FABIANO:** Como eu trabalho no Centro, ali no Mercado Público, eu e minha esposa, eu queria saber: não trabalho com papelão, nem nada. Eu só queria que me avisassem, quando eu tivesse que vir, o dia da reunião. Não trabalho com reciclagem, só não quero perder a minha casa, porque eu e minha esposa dependemos dessa casa. Tem mais um filho meu que é doente e um netinho meu que vai morar comigo. Então, eu gostaria que me avisassem, para eu vir às reuniões que for preciso, não nas reuniões de papuleiros, porque eu não trabalho com isso. Desculpe.

**A SRA. COORDENADORA (Maria Luiza):** Só para ficar bem claro para todo o mundo: a gente reforça a participação sempre, em todas as reuniões. Se, porventura, alguém não puder participar de alguma reunião, isso não significa que vocês não receberão a casa. A casa é uma garantia de todos, e, se, por uma eventualidade, não puderem participar, não

tem problema nenhum. O que a gente reforça é que participem para não ficarem desinformados de todas as decisões tomadas em conjunto.

Eu gostaria de encaminhar o final da nossa assembleia, agradecendo aqui em nome do Diretor, em meu nome, em nome de todos os representantes das Secretarias, o dizer que, para nós - eu falo em nome de todo o grupo -, é uma satisfação enorme realizar esta assembleia com tranquilidade, com serenidade, e poder esclarecer as suas dúvidas, para que saiam daqui tranquilos e possam, com isso, ser os nossos multiplicadores junto às famílias que não puderam estar aqui, para que as pessoas fiquem tranquilas e saibam que toda a equipe está fazendo o possível e o impossível para que a gente tenha sucesso no reassentamento de todas as famílias.

Então, agradeço e finalizo dizendo a vocês que ninguém faz nada sozinho, mas todos nós, juntos, conseguiremos, com certeza, atingir todos os nossos objetivos, que vocês, agora, nesse empenho da unidade de triagem, não desistam desta caminhada, que sigam firmes, embora surjam alguns obstáculos; que vocês continuem firmes atrás dessa realização, porque para nós, também, é uma realização a finalização, de fato, da documentação e do andamento de toda essa unidade de triagem e de todas as atividades que a gente vai prestar a vocês.

Muito obrigada, e desejo também as boas-vindas à Isabel, técnica da FASC, à Denise e ao Felipe, que são os técnicos da área da Saúde. Obrigada pela presença de todos. Está encerrada a reunião. (Palmas.)

Anexo 8 - Ata de Reunião entre moradores da Vila Nova Chocolateão, representantes do Grupo Assessoria Justiça Popular e o Procurador Regional de Direitos Humanos, Júlio Carlos Schwonke de Castro Júnior:



#### Ata de Reunião

No dia 17 de outubro de 2012, às 16h30min, na sala de reuniões da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, localizada no 7º andar do prédio de n.º 57, da Praça Rui Barbosa, em Porto Alegre/RS, compareceram perante o **Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC)**, Procurador da República Júlio Carlos Schwonke de Castro Júnior, para tratar de assuntos relacionados ao inquérito civil 1799/2003, os senhores(as) José Luís Ferreira, morador da Vila Chocolateão; Rogério Moraes, presidente da Associação de Moradores da Vila Chocolateão; Ernani Juriatti, Júlio Alt e Guilherme Albuquerque, representantes do SAJU - GAJUP.

Os representantes da Vila Nova Chocolateão apresentaram as seguintes demandas, em especial:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República no Rio Grande do Sul**  
**Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão**

Praça Rui Barbosa, 57, CEP 90030-100 – Porto Alegre - RS Fone/fax 051 3284-7220/7219

- 1) insatisfação quanto não cumprimento das promessas feitas antes da realocação, em especial quanto à inclusão social dos moradores por meio de qualificação para a geração de renda, especialmente no que se refere à educação;
- 2) a saída de membros da comunidade do novo loteamento devido à falta de sustentabilidade do mesmo, especialmente quanto à deficiência na geração de renda e a distância do loteamento do centro;
- 3) baixa tecnologia do galpão de reciclagem;
- 4) falta de local adequado para a associação dos moradores, de acordo com o prometido pelo presidente do DEMHAB no Evento Presidência em 06 de outubro de 2010, na Câmara Municipal de Porto Alegre
- 5) dificuldade do pagamento das contas de energia elétrica, que pelo valor comprometem severamente o sustento das famílias;
- 6) pagamento da taxa em contraprestação à concessão especial de uso para fins de moradia;
- 7) tarifamento da creche da comunidade por ONG lá colocada pela Prefeitura, sendo que na comunidade anterior no centro os moradores tinham acesso à creche gratuita.
- 8) inserção de pessoas que não eram da comunidade original no novo loteamento em prejuízo de antigos moradores da original Vila Chocolateão que ficaram de fora do processo de realocação;
- 9) sobrecarga do atual posto de saúde da região, que disponibiliza apenas 10 fichas diárias, notadamente inferior ao que a comunidade disponibilizada no centro (violando cláusula quinta parágrafo segundo do TAC que prevê ampliação do atendimento em caso de aumento de demanda);

Os representantes da Vila Nova Chocolateão também trouxeram os seguintes documentos:

- 1) Resposta ao ofício encaminhado ao Sr. José Luís Ferreira pelo anterior PRDC, Procurador da República Alexandre Amaral Gavronski.
- 2) Representação quanto à cobrança de taxa em contraprestação pela concessão especial de uso para fins de moradia.

*Procurador Regional*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República no Rio Grande do Sul**  
**Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão**  
Praça Rui Barbosa, 57, CEP 90030-100 – Porto Alegre - RS Fone/fax 051 3284-7220/7219

Diante das insatisfações e informações trazidas, o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão propôs os seguintes **encaminhamentos**:

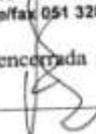
- 1) início do trabalho pela observância do Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo MPF e Poder Público Municipal, bem como das demais promessas registradas em outros documentos emanados do Poder Público;
- 2) viabilização da sede definitiva para a Associações de Moradores, nos moldes do prometido pelo Poder Público Municipal; dentre as sugestões, surgiram a construção de um prédio em um dos espaços disponíveis na comunidade, ou do uso de ponto comercial de esquina (abandonado pelo ex-presidente da AMVC – Sr. Soli) que atualmente está destinado a pessoa estranha à comunidade original com ampliação;
- 3) estratégia para aumento na geração de renda dos moradores, com aumento de tecnologia do galpão de modo a possibilitar aumento no número de vagas sem a diminuição de renda por trabalhador;
- 4) investimento em novas possibilidades de geração de renda;
- 5) estratégia para enfrentamento da questão dos altos valores das contas de luz das moradias da comunidade;
- 6) estratégia para enfrentamento da questão do pagamento da taxa em contraprestação pela concessão especial de uso para fins de moradia;
- 7) diligência no sentido de verificar a possibilidade de utilização de verba remanescente do processo de realocação;
- 8) participação efetiva dos moradores da comunidade em qualquer futura medida que seja adotada com relação ao loteamento;
- 9) verificação das famílias que atualmente ocupam as casas do novo loteamento junto ao DEMHAB e do encaminhamento dado aos moradores da antiga Chocolatão que ficaram em lista de espera e/ou foram para o programa Minha Casa Minha Vida;
- 10) marcação de data de uma segunda reunião para avaliação das medidas cabíveis para superar os problemas narrados;

*Rui Barbosa*

*[Assinatura]*



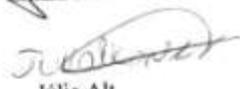
**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República no Rio Grande do Sul**  
**Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão**  
Praça Rui Barbosa, 57, CEP 90030-100 – Porto Alegre - RS Fone/fax 051 3284-7220/7219

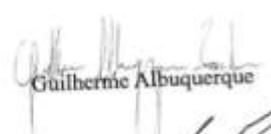
Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada às 18h, lavrando-se a presente ata, que elaborada por mim, Rodrigo Simões , e assinada pelos presentes.

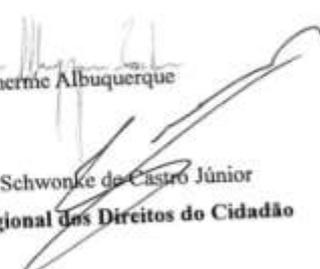
  
José Luís Ferreira

  
Rogério Moraes

  
Emami Juriatti

  
Júlio Alt

  
Guilherme Albuquerque

  
Júlio Carlos Schwonke de Castro Júnior  
Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

Anexo 9 - Suspensão do pagamento de taxa referente à concessão especial de uso para moradia:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO



Df. n° 086/2013 GDG

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2013

Ref.: Of./PROC/PRIRSIN° 707/2013

Inquérito Civil n° 1.29.000.00219812012-34

Senhor Procurador da República

Apraz-nos cumprimentá-lo e, em atenção ao ofício em epígrafe, informamos que efetivamente o Departamento adotou como instrumento contratual às famílias reassentadas no *Loteamento Residencial Nova Chocolate*, o *Contrato de Concessão de Direito Real de Uso*. Este ato decorreu de interpretações internas divergentes, as quais desconsideraram o longo período de ocupação dessa comunidade no antigo espaço, ao lado do foro federal em Porto Alegre.

De qualquer modo, imediatamente após tomar ciência dos documentos encaminhados por V. Sª, esta Direção Geral determinou aos setores competentes, a imediata suspensão da cobrança de futuros pagamentos relativos a este empreendimento.

Além do que, determinou também que a Superintendência Financeira adotasse todas as providências necessárias à devolução dos valores indevidamente recebidos, devidamente atualizados. Para garantia das ações, estas providências serão objeto de futura Instrução Normativa, a ser oportunamente encaminhada a essa Procuradoria.

Cabe realçar, no entanto, que para perfectibilizar os atos necessários, demandará tempo, estimado em noventa dias, para as providências administrativas visando reconstituir a situação ao modo adequado.

Limitados ao presente e colocando-nos à disposição de V. Sª, subscrevemo-nos

Atenciosamente

Everton Braz  
Diretor Geral

Ilmo. Sr. Df. Procurador da República Júlio Carlos Schwonke de Castro Júnior  
Procurador Geral dos Direitos do Cidadão  
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul  
Praça Rui Barbosa, 57, 5° andar  
Porto Alegre/RS  
CEP 90030-100